



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PPGCS – PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**ENTRE RITOS E LITURGIAS: O DISCURSO RELIGIOSO ENUNCIADO PELA
DIOCESE DE NOVA IGUAÇU SOBRE A VIOLÊNCIA NA BAIXADA
FLUMINENSE (1972-1984)**

Débora Cristina Ribeiro

20231003121

Rio de Janeiro

2025

Débora Cristina Ribeiro

**ENTRE RITOS E LITURGIAS: O DISCURSO RELIGIOSO ENUNCIADO PELA
DIOCESE DE NOVA IGUAÇU SOBRE A VIOLÊNCIA NA BAIXADA
FLUMINENSE (1972-1984)**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais, da Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof. Dr. Naara Lúcia de Albuquerque Luna

Rio de Janeiro

2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Biblioteca
Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R482e Ribeiro, Débora Cristina, 1999-
 Entre Ritos e Liturgias: O discurso religioso
 enunciado pela Diocese de Nova Iguaçu sobre a
 violência na Baixada Fluminense (1972-1984) / Débora
 Cristina Ribeiro. - Rio de Janeiro, 2025.
 108 f.

 Orientadora: Naara Lúcia de Albuquerque Luna.
 Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
 do Rio de Janeiro, PPGCS-UFRRJ, 2025.

 1. Baixada Fluminense. 2. Diocese de Nova Iguaçu.
 3. Ditadura Militar. 4. Teologia da Libertação. 5.
 Violência. I. Albuquerque Luna, Naara Lúcia de, 1966
 , orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
 Janeiro. PPGCS-UFRRJ III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS


DÉBORA CRISTINA RIBEIRO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências
Sociais.


DISSERTAÇÃO APROVADA EM 24/02/2025

Aprovada em 24 de fevereiro de 2025.


Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 NAARA LUCIA DE ALBUQUERQUE LUNA
Data: 16/04/2025 00:29:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Dr. Naara Lúcia de Albuquerque Luna (Orientadora) -
UFRRJ

Documento assinado digitalmente
 JOAO MARCUS FIGUEIREDO ASSIS
Data: 17/04/2025 16:18:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis - UNIRIO

Documento assinado digitalmente
 RENATA COSTA REIS DE MEIRELLES
Data: 17/04/2025 07:21:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Renata Costa Reis de Meirelles - USP

Documento assinado digitalmente
 SILVIA REGINA ALVES FERNANDES
Data: 17/04/2025 21:57:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Sílvia Regina Alves Fernandes - IM/UFRRJ

Rio de Janeiro

2025

DEDICATÓRIA

Ao meu padrinho Dimas, que se foi antes que eu pudesse expressar todo meu amor.

AGRADECIMENTOS

O caminho acadêmico que estou traçando somente é possível devido as pessoas que fazem parte da minha vida, pois formam o conjunto de tudo que sou. Nesse sentido, meu coração se transborda em graça.

Agradeço primeiramente aos meus pais, Evandro e Lucilene. Me tornar mestre é muito simbólico pois este casal não teve a chance de concluir o ensino fundamental, sendo impedidos de sonhar com o ensino superior e, mesmo assim, sempre reafirmaram para mim, a importância da educação. As minhas irmãs, Olivia e Helena, agradeço por se espelharem em mim, pois de alguma forma, sinto que não posso dar nenhum passo em falso por vocês. Aos meus avós já falecidos, minha tia-avó Geralda, minhas madrinhas Nair, Maria de Lourdes e Janaína, tios e primos, de primeiro, segundo e terceiro grau, nossa família é o meu bem mais precioso. Obrigada!

Agradeço aos meus amigos: Bárbara, Miqueli, Larissa Brandão, Cristiane Dutra, Gabriel Henrique, Franklin, Jorge, Alex, Alan, Beatriz, Luiz Felipe, Larissa Gasparelo, Gabriela Pires, Guilherme, Iasmim, Ricardo, João Pedro, Julia, Lucas Caires, Thiago Cunha, Diego, Pedro Reculiano, Higor, Bruno Pimenta, Karine, Giovanna, Izabelle, Karen, Edu, Rennan, Carol Bezerra, John, Cinha e Lary Luiza. Vocês fazem com que minha vida seja muito mais bonita e claro, muito mais divertida.

Agradeço a minha querida orientadora Naara Luna que me escolheu em 2019 para ser sua assistente de pesquisa e que, desde então, seus ensinamentos me fizeram ser a pesquisadora que estou me tornando hoje. Obrigada por cada correção, indicação, apoio e, principalmente, pela confiança no meu trabalho.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ e a todo corpo docente, principalmente a meus professores queridos: Nalayne, Edson, Alessandra, Marco Antônio, Carly e Luena. Vocês tornam as Ciências Sociais cada vez mais especiais para mim.

Agradeço a minha turma de mestrado, do ano de 2023. Nela fiz novos amigos, compartilhei dúvidas, anseios e medos. E me enxerguei nos medos deles. Nos fizemos mais fortes durante esses dois anos. Também agradeço a troca feita dentro do meu grupo de estudos,

orientado por Naara Luna. Nossas discussões sempre foram ricas e de muito proveito para minha formação acadêmica.

Agradeço a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Ser ruralina é uma das coisas que mais me orgulha. A Rural me reconstruiu como ser. Foi nesta universidade que vivi os melhores momentos da minha vida e hoje colho frutos da melhor escolha que fiz em 2018, ao ingressar na graduação e ao repetir o ato em 2023, na pós-graduação.

Agradeço ao CEDIM-Centro de Documentação e Imagem, ao Repositório de Múltiplos Acervos da UFRRJ, localizado no Instituto Multidisciplinar da UFRRJ, que disponibilizou de forma gratuita, digitalizada e online, com fácil acesso, todo o acervo do Jornal *A Folha*, objeto de pesquisa dessa dissertação.

Agradeço à FAPERJ, pelo financiamento dessa pesquisa, ao conceder minha bolsa de mestrado. É importantíssimo que jovens advindos do interior, das periferias, dos subúrbios e da Baixada continuem adentrando as pós-graduações. Agradeço também a CAPES, pois o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. A assistência estudantil dada por estas instituições faz com que pessoas como eu possam mudar de vida. Pra melhor. E assim está sendo feito.

Agradeço aos membros que comporam a banca de defesa desta presente dissertação, Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis, Prof. Dr. Renata Costa Reis de Meirelles e Prof. Dr. Sílvia Regina Alves Fernandes. Suas contribuições foram muito valiosas para a construção e também, para a continuidade desta pesquisa.

Enfim, são muitas pessoas que devo minha formação e minha conquistas. O universo tem sido muito bom comigo, em especial, nesses dois anos árduos de mestrado. Tenho uma família linda, amigos incríveis, colegas de pesquisa renomados, professores amáveis e uma orientadora que tanto admiro. Sou muito feliz por estar compartilhando mais esse sonho com vocês e que estou realizando, graças a cada um que faz parte da minha vida. Compartilhar vivências é a minha dívida.

*“A vida dá um jeito de manter a gente vivo mesmo
quando a gente morre de dor.”*

Carla Madeira

RESUMO

RIBEIRO, Débora Cristina. **Entre Ritos e Liturgias**: O Discurso Religioso enunciado pela Diocese de Nova Iguaçu sobre a violência na Baixada Fluminense (1972-1984). 2025. 108 F. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2025.

Esta pesquisa tem como tema o discurso religioso sobre a violência na Baixada Fluminense. Para isso, usa-se como fonte o Jornal Litúrgico *A Folha*, considerando os anos de 1972 a 1984. Esse folheto litúrgico distribuído pela Diocese de Nova Iguaçu e seus artigos, influenciados pela Teologia da Libertação, discutiam política nacional, internacional e os problemas locais, como a violência crescente no local, já que neste período em específico, estavam surgindo grupos denominados como esquadrões da morte. O objetivo central é analisar o discurso religioso católico proferido no Jornal Litúrgico *A Folha* sobre a violência na Baixada Fluminense e estratégias discursivas utilizadas, visto o período de censura instituída pela ditadura militar, utilizando a análise de discurso crítica como metodologia. Este trabalho também quer discutir se esse discurso religioso promoveu um sentimento de identidade com a Baixada Fluminense e como o mesmo contribuiu para a construção de um movimento social no território, apresentando as controvérsias religiosas entre política e religião.

Palavras-chave: Baixada Fluminense; Diocese de Nova Iguaçu; Ditadura Militar; Teologia da Libertação; Violência.

ABSTRACT

RIBEIRO, Débora Cristina. **Between Rites and Liturgies:** The Religious Discourse enunciated by the Diocese of Nova Iguaçu on violence in the Baixada Fluminense (1972-1984). 2025. 108 F. Dissertation (Master's Degree in Social Sciences) - Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2025.

The theme of this research is religious discourse on violence in the Baixada Fluminense. Its source is the liturgical newspaper A Folha, from 1972 to 1984. This liturgical pamphlet was distributed by the Diocese of Nova Iguaçu and its articles, influenced by Liberation Theology, discussed national and international politics and local problems, such as the growing violence in the area, since in this specific period, groups known as Death Squads were emerging. The central objective is to analyze the Catholic religious discourse in the liturgical newspaper A Folha on violence in the Baixada Fluminense and its discursive strategies of denunciation, given the period of censorship instituted by the military dictatorship, using critical discourse analysis as a methodology. This work also aims to discuss whether this religious discourse promoted a sense of identity with the Baixada Fluminense and how it contributed to the construction of a social movement in the territory, presenting the religious controversies between politics and religion.

Keywords: Baixada Fluminense; Diocese of Nova Iguaçu; Military Dictatorship; Liberation Theology; Violence.

Sumário

INTRODUÇÃO	12
A antropologia que permite o “eu” na pesquisa.....	12
Baixada Fluminense: notas introdutórias sobre a relação entre religião e violência	15
O Jornal litúrgico <i>A Folha</i>: apresentando o folhetim	18
O processo metodológico: Análise de discurso	21
1. BAIXADA FLUMINENSE: UM FÉRTIL CAMINHO PARA A PRÁTICA DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO	26
1.1 Teologia da Libertação e a possibilidade de construir uma Igreja das margens.....	26
1.2 A construção da Diocese de Nova Iguaçu: Uma igreja conciliar e periférica	30
1.3 A Igreja Católica frente a ditadura militar: Conivência e subversão.....	33
1.4 Dom Adriano Hipólito: atuação política-religiosa, consequências e violência.....	38
2. A FOLHA RECONTA: O DISCURSO RELIGIOSO SOBRE A VIOLÊNCIA NA BAIXADA FLUMINENSE	47
2.1 Baixada Fluminense: história e território.....	47
2.2 A acumulação social da violência na Baixada Fluminense.....	53
2.3 O discurso litúrgico do Jornal <i>A Folha</i> como um contraponto à abordagem sensacionalista da mídia	61
2.4 O cidadão da Baixada Fluminense é ruim por natureza? Discussões sobre a violência policial e a sujeição criminal	67
3. O EVANGELHO COMO CAMINHO DE CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA: REFLEXÕES DIOCESANAS SOBRE A VIOLÊNCIA URBANA.....	73
3.1 Sensação de insegurança na Baixada Fluminense: explicações diocesanas	73
3.2 Maria e João da Baixada: Personagens da resistência	82
3.3 Campanha da Fraternidade de 1983: Fraternidade e Violência.....	86
3.4 O Jornal <i>A Folha</i> na Baixada e no Brasil: Percepção dos Leitores	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100
FONTES	104

INTRODUÇÃO

A antropologia que permite o “eu” na pesquisa

A antropologia sempre foi uma ciência que me fascinou muito, por inúmeros motivos. Um deles e, principalmente, é permitir que a aproximação com o tema de pesquisa não seja algo a se temer, mesmo que, em muitas das vezes, tudo se torne mais difícil. Bom, para isso existem inúmeros antropólogos com suas metodologias que nos ajudam a praticar o processo de distanciamento/ aproximação com rigor científico e metodológico.

Digo isso porque, estou inserida em minha pesquisa da mesma forma que essa pesquisa se insere em mim. Isso ocorre pois, desde minha infância até meus quinze anos, participei da Igreja Católica, mas não essa que descrevo nesta pesquisa, mas sim a que se afastava da atuação política. Aliás, lembro da minha surpresa ao ler um artigo da antropóloga Paula Montero (2012) que citava as diferentes contribuições da esquerda católica na consolidação dos direitos civis e sociais no Brasil:

Hoje é preciso reconhecer que a Igreja Católica no Brasil – ainda a mais influente instituição religiosa do país – sempre atuou, material e simbolicamente, na formulação de uma ideia de direitos (individuais, coletivos e culturais) e foi ator importante na construção de um modelo de sociedade civil pelo menos em três grandes momentos: do início da República até os anos 1970 lutou contra as forças positivistas e anticlericais pela definição dos atos civis e da liberdade religiosa; nas décadas de 1970 e 1980 colaborou na construção da ideia de direitos sociais; nas décadas seguintes alinhou-se às lutas pelos direitos étnicos. (Montero, pág. 170, 2012)

Essa era uma parte da Igreja Católica que não conhecia, pois, um dos motivos que me afastou da mesma foi sua história de violência, principalmente no período colonial brasileiro e também, seu conservadorismo em relação aos direitos das mulheres. Nesse sentido, me vi com muitos anseios em pesquisar a dimensão religiosa no Brasil, em especial o catolicismo e suas diversas faces e complexidades, principalmente sua posição complexa frente ao Golpe Militar de 1964.

Sobre a dimensão religiosa, no Brasil, a Igreja Católica esteve presente na esfera pública durante o século XX, com direções confessionais e também, na defesa dos Direitos Humanos (Camurça; Silveira.; Andrade Júnior, 2020). Nesse sentido, a presença da Igreja Católica no

Brasil é complexa pois, esteve ao lado de um projeto de poder estatal, atuando material e simbolicamente em um contexto de violência, como fez com os indígenas, que foram considerados desalmados. Porém, a Igreja Católica no Brasil atuou também, ao menos uma parte dela, na construção do ideal de direitos, tendo um papel importante na criação de um modelo de sociedade, principalmente no início da era republicana e nas décadas de 70 e 80, influenciando a consolidação dos direitos sociais (Montero, 2012). Neste período em específico, setores da Igreja Católica, inspirados pela Teologia da Libertação, desempenharam um papel muito importante na formação de lideranças populares e também na organização de movimentos sociais (Montero, 2012).

De acordo com Paula Montero (2009), o Brasil, ao se constituir enquanto um Estado Republicano, exigiu a construção de uma esfera secular distinta da autoridade religiosa, sendo composta por dois processos paralelos: um debate jurídico que delimitava propriedades da Igreja Católica e também seu papel dentro das esferas política e econômica; por outro lado, durante esse processo foi desenvolvido uma longa controvérsia, envolvendo demasiadas personalidades como médicos, intelectuais, jornalistas e figuras da Igreja Católica para definir um consenso sobre o que seria considerado prática religiosa e o que seria denominado como atos de feitiçaria e possessão, sendo objetos ou não da repressão do Estado, influenciada pelo ambiente científico proposto pelo higienismo.

A partir desse ponto, a noção de pluralismo religioso no Brasil, considerando o processo histórico do seu processo de criação, é colocada por Montero (2009) como categoria sociológica, resultante de um processo de “ordenação e codificação de práticas em sistemas religiosos” (Montero, p. 13, 2009). Nesse sentido, Montero (2009) afirma que:

embora o princípio de liberdade religiosa tenha se institucionalizado juridicamente, a “Igreja” – isto é, esse tipo particular de maquinaria burocrático-legal associado ao Estado que garante o monopólio estatal da crença – mantém seu poder político de natureza estatal, resistindo a tornar-se uma “comunidade de culto” entre outras. (Montero, p.13, 2009)

Nesse sentido, com essas premissas sobre a Igreja católica e o pluralismo religioso, inicio minha pesquisa, ainda na graduação, analisando a construção da Esquerda Católica a partir da trajetória de vida de Frei Betto, uma metodologia ainda pouco explorada pelas ciências sociais. Assim, por meio do processo de escrita da minha monografia, encontro documentos que citam a atuação política da Diocese de Nova Iguaçu na Baixada Fluminense e,

mais uma vez me sinto envolvida, no que acabo de descobrir o que seria a minha mais nova ambição de pesquisa, pois morei em uma cidade da Baixada Fluminense por cinco anos.

Assim, me inscrevo no processo seletivo de mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro com a intenção, primeiramente, de pesquisar a Pastoral Operária Católica e sua atuação na Baixada Fluminense. Infelizmente (ou felizmente) não deu certo, pois a documentação que tinha como fonte não me possibilitou encontrar as respostas que procurava. Assim, aquela ambição pelo saber tinha se dissipado, pois o não, à primeira vista, pode ser desesperador. E justamente por isso, perdi o interesse no objeto que tinha em mente no começo da pesquisa. Ainda bem que a antropologia nos ensina que até o “não” é passível de ser resultado e, ainda bem que com o auxílio da sociologia, dei de cara com o jornal *A Folha*, o qual achei fascinante.

A partir de tudo que foi exposto, o questionamento principal que essa dissertação de mestrado se propõe a responder é: qual era o discurso religioso proferido sobre a violência urbana vivida na Baixada Fluminense? Dessa forma, o objetivo geral dessa pesquisa é apresentar qual era o discurso religioso, no tocante a violência urbana na Baixada Fluminense, produzido pela Diocese de Nova Iguaçu. Em específico, visa investigar se essa narrativa religiosa seria uma alternativa ao que se era produzido pela mídia da época sobre a Baixada, analisar qual ou quais eram as estratégias discursivas utilizadas pelo jornal *A Folha* relacionadas à repressão e à violência vivida na Baixada Fluminense, apresentar as consequências advindas dessa atuação política da Diocese de Nova Iguaçu, principalmente ao bispo Dom Adriano Hipólito, narrar a construção da Diocese de Nova Iguaçu e como a mesma foi um campo fértil para a prática da Teologia da Libertação e por fim, identificar o potencial político do jornal *A Folha* e como o mesmo pôde contribuir para a construção de uma consciência cristã no território em que circulou.

Sendo assim, esta pesquisa objetiva demonstrar como a Diocese de Nova Iguaçu apresentava a realidade vivida na Baixada Fluminense através do jornal litúrgico *A Folha*, em relação à violência urbana. Dessa forma, se compromete a apresentar a construção da Diocese de Nova Iguaçu e como a mesma foi um campo fértil para a prática da Teologia da Libertação; demonstrar como o jornal *A Folha* foi uma iniciativa de embate com as notícias majoritárias advindas dos maiores jornais da época, que privilegiavam a cidade do Rio de Janeiro, já que priorizou noticiar a realidade da Baixada; refletir sobre o problema do policiamento da região, apresentando que o racismo é um processo formador da violência policial; analisar o potencial

político do jornal *A Folha* e como o mesmo pôde contribuir para a construção de uma consciência cristã no território em que circulou, questionando se há um processo de legitimação e um certo tipo de campo de possibilidades (Velho, 2003) que esse jornal adquiriu mesmo sob a ditadura militar e sua política de censura. Para além, visa apresentar as explicações diocesanas sobre a violência na Baixada, apresentar a Campanha da Fraternidade de 1983, que tinha como tema “Fraternidade sim, violência não” e também, expor a recepção dos leitores do *Jornal A Folha*, por meio das cartas dos leitores.

Assim se inicia ela, depois de muitas reformulações, a minha proposta para dissertação de mestrado, a qual acredito ser uma devolução aos cinco anos que residi na Baixada Fluminense. Que continuemos a contar a história desse território, com suas complexidades, cicatrizes e enredamentos.

Baixada Fluminense: notas introdutórias sobre a relação entre religião e violência

O catolicismo na Baixada Fluminense recebeu seu primeiro esforço sistemático para aprofundar a fé católica na região a partir da Fundação da Diocese de Nova Iguaçu em 1960, promovendo uma evangelização que conduzia mais de perto a vida religiosa de seus fiéis e, dessa forma, foi produzida uma relação política da diocese com as classes populares nas décadas de 60 e 70, por vias do trabalho pastoral inseridas no cotidiano das camadas pobres deste território (Silva, 2014). Essa aproximação com as camadas mais carentes se deu de modo principal com a vinda do Bispo D. Adriano Hipólito, em 1966, que promoveu uma atualização da estrutura da diocese de Nova Iguaçu, instaurando um novo catolicismo local que versava com as novas atribuições postas a Igreja Católica com o advento do Concílio Vaticano II (1962-1965) (Silva, 2014). Nesse sentido, se mostra importante revisitar essa história, tendo como norte a concepção que, a Baixada Fluminense estava em disputa por ideologias conservadores e progressistas, tendo como exemplo a violência intereclesial que Dom Adriano sofreu por seguir em sua atuação política por meio de sua vida religiosa, enfrentando entraves ao implementar a Teologia da Libertação nesse território.

Após o Concílio do Vaticano II (realizado entre os anos de 1962-1965), a Conferência Episcopal de Medellín (1968) e a de Puebla (1979) (estas que alinharam as decisões do Conselho a realidade da América Latina), uma parte do setor sacerdotal católico passou a ser um dos mais inquietos e atuantes pelos direitos dos mais pobres e subalternos (Gutiérrez, 1975). A partir dessas reformulações da estrutura da Igreja Católica e também com o crescimento e

fortalecimento da Teologia da Libertação, houve a releitura dos dogmas cristãos e da bíblia, influenciada por uma orientação progressista.

De acordo com Michael Lowy (2016), a ideia central da Teologia da Libertação é a opção preferencial pelos pobres. Inspirada por conceitos marxistas e pelo clima de revoluções ascendentes na América Latina, um setor do clero sentiu a necessidade de adotar o método marxista de transformação da sociedade, tendo como ponto de partida um fato inevitável e incontestável da realidade latino-americana, a pobreza (Lowy, 2016). Ademais, o autor apresenta que esse movimento compreendia a criação das CEBs, Ação Católica, Juventude Universitária Cristã, jovens trabalhadores cristãos, intervenções pastorais de base popular (pastoral operária, pastoral camponesa, pastoral urbana, etc.) e que, sem estas, não se podia compreender os fenômenos sociais e revolucionários existentes na América Latina e a ascensão do movimento operário no Brasil.

A classe operária na Baixada Fluminense obteve uma ascensão com a implementação de citricultura (plantio de laranjas) no século XIX, com objetivo de valorização da terra (Reis, 2013). No século XX, aumentaram as ocupações urbanas e o contingente populacional da Baixada, a partir da venda de loteamentos advindos destas terras utilizadas para plantio das frutas cítricas e, com a chegada de Dom Adriano Hipólito na Diocese de Nova Iguaçu, houve uma aproximação do clero com essa população operária em crescimento. A fundação da Diocese de Nova Iguaçu diz respeito a um projeto de evangelização da Igreja Católica para a região, visto o crescimento do protestantismo na mesma, porém não se deve ser reduzido a isto, pois as questões sociais e políticas foram pontos importantes para se construir esse projeto religioso, de forma que a história da diocese se confunde com a própria história da Baixada Fluminense, principalmente nos anos de 1960 a 1970 (Silva, 2014).

O diferencial atribuído pela Teologia da Libertação é o “surgimento de um pensamento religioso que usa conceitos marxistas e que serve de inspiração para as lutas pela libertação social” (Lowy, p. 34, 2016), de forma que a autonomia dos trabalhadores seria produzida pelos próprios trabalhadores. A partir destas reformulações, a Diocese de Nova Iguaçu, influenciada pela Teologia da Libertação, calcada nas Pastorais Populares e nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), contando também com a organização de movimentos sociais, se contrapôs ao regime militar e também aos grupos de extermínio existentes na Baixada Fluminense, o que possibilitou uma grande participação popular no território, frente a esse cenário de violência estabelecido durante a década de 1970 (Alves, 2002).

Utilizando as reflexões de Alves (2002), na esfera política da Baixada Fluminense são encontradas as maiores contradições, visto que uma das únicas referências de segurança pública nesse território foi a partir da atuação de esquadrões da morte, que com a sua notoriedade como matadores, construíram suas carreiras políticas. Outrossim, com a Ditadura Militar, houve apoio à construção de um dos maiores esquemas de execução sumária no país, de modo que, em 1967, alguns policiais começaram a atuar de forma direta e indireta nos grupos de extermínio (Alves, 2002). Nesse contexto, destaca-se a atuação de Dom Adriano Hipólito, bispo da diocese de Nova Iguaçu, que mesmo diante a repressão e as ameaças e atentados sofridos, não cedeu ao silêncio e atuou de variadas formas para a constante denúncia da violência urbana sofrida pelos moradores da Baixada.

Ainda utilizando as reflexões de Silva (2014), para a Diocese de Nova Iguaçu era uma necessidade refletir sobre a realidade material local, pois suas problemáticas pautavam o cotidiano das demasiadas atividades exercidas pelos grupos católicos, principalmente dentro das CEBs e também as produções litúrgicas, como o Boletim Diocesano e o Jornal *A Folha*. Desse modo, é importante caracterizar a região em uma complexidade que contempla o crescimento populacional desenfreado, mas com um desenvolvimento que não o acompanhava. Outrossim, a violência se torna uma alternativa para a resolução de problemas políticos e sociais, sendo utilizada pelas classes políticas e também por movimentos populares como uma estratégia para o alcance de seus objetivos, principalmente em relação a posse de terras.

A Baixada Fluminense é tida como uma grande periferia urbana e, este termo que a denomina, é carregado de sentido dentro do imaginário social do Rio de Janeiro, pois é acionado como sinônimo de violência, pobreza e marginalização social, a constituindo como uma grande região moral. Porém, é importante destacar que a Baixada Fluminense não se entende como favela, recusando qualquer conceito genérico de classificação de seu território, além de o conceito de periferia também não contempla todas as suas complexidades, já que é um território constituído por dez municípios, socio-culturalmente diferentes, com histórias e complexidades distintas, mesmo que o aspecto da violência seja algo em comum (Machado, 2024).

Formada pelos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti, e Seropédica, a Baixada Fluminense não é uma periferia hegemônica, pois contém histórias específicas de cada território, de forma que existam “várias baixadas”, com contextos e territorialidades específicas. Porém, de acordo com Alves (2002), esses territórios possuem uma

formação histórica, espacial e social, marcada por uma apartação da classe operária e também pelo alto índice de violência. Desse modo, a partir de sua realidade socioespacial, podem ser condensadas as maiores contradições experienciadas pelo Brasil (Alves, 2002).

Assim, esta pesquisa se mostra importante por ser, em potencial, uma demonstração da articulação do campo religioso com diferentes setores da vida social, podendo desenhar relações entre a religião e o território da Baixada Fluminense, além de poder contar a história da Baixada pela própria Baixada. Dessa forma, este projeto se encontra no meio de algumas pesquisas que abarcam as relações entre a Diocese de Nova Iguaçu e a Baixada Fluminense e as formações sociais e políticas que a mesma resultou (REIS, 2013; NASCIMENTO, 2007; SILVA, 2014; KRONENBERGER, 2018; SILVA, 2007; SERAFIM, 2013).

O Jornal litúrgico *A Folha*: apresentando o folhetim

O jornal *A Folha* será a fonte de análise se justificando por ser uma forma de aproximação do registro do passado de resistência feito pela esquerda católica, em especial pela Diocese de Nova Iguaçu. Criado em 1972, durante o Governo Médici, suas publicações perduraram até o ano de 1993. Esse jornal litúrgico era composto, em sua maioria das edições, principalmente por dois artigos em primeira página, que tinham um teor crítico, seguidos pelo folheto litúrgico para os fiéis acompanharem a missa dominical e, ao final uma entrevista com o Bispo Dom Adriano Hipólito, acompanhado de um artigo com reflexões que partiam do referencial cristão, sendo textos que refletiam sobre questões de cunho espiritual. Suas temáticas giravam em torno dos temas: Igreja Católica no nível mundial, que envolviam mensagens do Vaticano, reflexões teológicas, notícias da igreja local, meios de comunicação, violência, segurança, classe, política nacional, notícias nacionais e internacionais, desenvolvimento econômico e social da Baixada Fluminense, como também do Brasil, ditadura militar, demais religiões, Teologia da Libertação, entre outros. Mesmo que em sua maioria, os artigos tematizassem assuntos que envolviam a Diocese e a Igreja Católica, as publicações sobre a violência tiveram um destaque nos anos que o jornal litúrgico circulou.

Mesmo com publicações que denunciavam a situação social vivida na Baixada Fluminense, é importante apontar também a existência de artigos mais conversadores no tocante a assuntos de cunho ético moral, como o aborto e o divórcio. De acordo com Gomes (2014), a oposição a segmentos de cunhos ético-morais é um aspecto que pouco aparece nas análises sobre os bispos classificados como progressistas, já que suas divergências em relação a esses

temas relacionados com a moralidade eram quase que invisíveis. Os artigos publicados neste jornal eram de autoria principal de Dom Adriano Hipólito e de seus orientados. Os documentos utilizados, que há tempos atrás estavam dispostos somente na Diocese de Nova Iguaçu, foram digitalizados pelo Centro de Documentação e Imagem – CEDIM e estão disponíveis de forma online no Repositório de Múltiplos Acervos da UFRRJ (<https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4990>).

Esse folheto era distribuído nas missas e celebrações da Diocese de Nova Iguaçu e tinha como um primeiro objetivo melhorar a comunicação entre diocese e fiéis, porém, a partir do agravamento da violência estatal durante a ditadura militar e também da desigualdade social, esse jornal adquiriu um caráter político e revolucionário (Sampaio, 2022). É importante, neste momento, apontar a importância que jornais e revistas ocupavam na sociedade na divulgação de notícias, principalmente entre os anos 1960 e 1970, já que as páginas nos periódicos impressos se tornaram veículos para representações sociais no país (Jaques Cubas, 2014).

Como esse jornal era produzido com três meses de antecedência à sua publicação¹, seu objetivo não era informar os acontecimentos locais, mas sim, promover reflexões a partir da realidade vivida pelos moradores da Baixada e também, sobre acontecimentos nacionais e mundiais, explicado no trecho a seguir:

Nossa Folha precisa ser impressa com três meses de antecedência. Os fatos arrolados estarão sempre desconstruídos com a data de hoje, não tem jeito! Mas não temos a finalidade de informar. Para isso, existem os rádios e os jornais diários. Nosso objetivo é oferecer subsídios que ajudem na formação da consciência cristã. Sendo assim, os fatos, mesmo fora de época, possuem às vezes inestimável valor. Só precisamos achar a portinha de entrada para detrás das aparências. (Olhando para longe, não vemos o que está perto. *A Folha*. s.p, ano 10, n° 545, 1-08, 1982)

A Folha Diocesana surgiu com o objetivo de promover uma ampla comunicação dentro da Diocese de Nova Iguaçu. Nesse jornal litúrgico, denuncia-se como os moradores da Baixada vivem à margem do estado do Rio de Janeiro em todos os sentidos, em especial, se referindo ao sistema de comunicação, apontando como os jornais do Estado da “Guanabara” lucravam com o sofrimento vivido pelo morador da Baixada. É importante apontar aqui que, em 12 de julho de 1974, o Presidente Ernesto Geisel decretou a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, com a ideia de unir a cidade do Rio ao Estado do Rio, mesmo enfrentando variadas resistências (Ferreira, 2006). Dessa forma, a “Folha Diocesana” se dispôs

¹ A necessidade de antecedência na publicação pode estar relacionada aos artigos serem veiculados a uma publicação litúrgica.

a semanalmente promover um “subsídio litúrgico” para sua comunidade cristã, ao possibilitar uma reflexão sobre a vivência da Baixada Fluminense, sendo uma alternativa à imagem que foi criada pelos veículos de comunicação mais influentes da época, de acordo com o primeiro editorial lançado:

E haja Baixada Fluminense nos jornais do Rio, escalando manchetes quase sempre banhadas de sangue pesada de ódios, lívida de insegurança. E haja os jornais de segunda da GB a faturar em cima das misérias humanas que por aqui acontecem, e lá também, promovendo não a informação que eleva, mas servindo o alimento da curiosidade mórbida de um povo marginalizado. Baixada Fluminense tornou-se quase sinônimo de crimes estapafúrdios. Não se fala que por aqui acontecem também as coisas boas da vida. E às vezes nem nós que aqui moramos tomamos conhecimento delas, dessas coisas boas, e ficamos na de que a Baixada Fluminense é mesmo o mundo cão geograficamente concentrado. (Editorial. *A Folha*, s/p., ano 1, nº 1, 11-06, 1972)

Porém, é importante apontar como esse jornal litúrgico ganhou proporções que não eram imaginadas em sua criação pois, este jornal litúrgico se tornou um instrumento de denúncia utilizado pelo Bispo Dom Adriano e seus orientados, ao apontar as mazelas vividas na Baixada, como também uma forma de conscientização política-cristã. Em vista de sua importância, entre os anos 1974 e 1984, o jornal Litúrgico foi produzido pela editora Vozes, tendo suas produções financiadas por demasiadas instituições católicas². De acordo com Kronemberger:

O semanário diocesano *A Folha* iniciou suas publicações sob a égide de Dom Adriano Hypólito e com participação de outros membros da diocese, funcionando ininterruptamente de 1972 até 1992. Dom Adriano deu início à produção desse jornal semanário na cidade de Nova Iguaçu com a intenção inicial de usá-lo como instrumento de comunicação interna da diocese, mas aos poucos a fama de *A Folha* ultrapassou os limites das Igrejas Católicas daquela cidade, assumindo uma postura de conscientização política a partir das linhas pastorais da Teologia da Libertação. Assim este jornal se transformou em um instrumento de denúncias utilizado pelo bispo de forma contundente e ativa. Vale destacar que entre os anos de 1974 e 1984 o jornal diocesano *A Folha* foi produzido pela Editora Vozes, sendo sua produção financiada por instituições católicas europeias e pelas assinaturas realizadas por diversas paróquias (Kronemberger, p.24, 2018).

De acordo com Dom Adriano Hipólito, sua intenção inicial com o folhetim era uma comunicação interna, mas aos poucos foi se tornando um meio conscientizador dos católicos, sendo posteriormente até um objeto vigiado pelos órgãos que fiscalizavam a imprensa durante a ditadura militar:

Inicialmente *A Folha* queria ser um instrumento de comunicação interna da Diocese de Nova Iguaçu. Aos poucos foi assumindo uma dimensão pastoral

² Dom Adriano é franciscano, o que assinala a oportunidade de contato direto com a Editora Vozes, assim sua aproximação com a Teologia da Libertação se constitui também por meio dessa relação.

conscientizadora a partir da Liturgia e das linhas pastorais de nossa diocese. Baseando-se na Liturgia do domingo e na doutrina do Vaticano II, os artigos procuraram exprimir os dois grandes mandamentos nos quais se resumem a lei e os profetas: amor a Deus e Amor aos irmãos e irmãs. Nunca faltou em A Folha a dimensão social da Boa Nova de Libertação total (...) os artigos procuravam sacudir a consciência dos católicos e movê-las a assumir a causa dos irmãos pequenos com os quais Cristo se identifica (...) Lembrando-nos da integralidade da pessoa humana em sua dignidade total de corpo e de alma, gostaríamos de atender como Jesus às necessidades materiais prementes como são: trabalho, educação, saúde, salário, participação no processo social, direitos humanos, direitos da cidadania etc. (O QUE foi A Folha nos seus quase 22 anos. *A Folha*, s/p., Ano 20, nº 1143, 14-11, 1993).

A partir da fase exploratória feita nos documentos do Jornal *A Folha* do ano de 1972 a 1984, ao todo, foram encontrados 71 textos que versavam sobre a temática proposta nas publicações do folhetim nestes 12 anos propostos para análise. Destes, foram encontrados 14 textos que criticavam a mídia hegemônica que tratavam a Baixada Fluminense de forma sensacionalista sobre a violência. Sobre a temática da segurança, foram encontrados 16 textos sobre a questão de forma direta e, por fim 41 artigos que mencionavam a violência ocorrida na Baixada Fluminense e, abarcando também a esfera nacional. Estes artigos e as devidas análises estarão diluídas entre os três capítulos propostos.

O processo metodológico: Análise de discurso

A metodologia escolhida para esse projeto é a análise de discurso crítica (ADC), desenvolvida inicialmente pelo linguista britânico Norman Fairclough (1989, 1992, 1995, 1999 e 2003), na qual os discursos são analisados de uma forma dialética, de modo que os mesmos não só são moldados pelas estruturas sociais, mas também moldam a estrutura (Dias, 2012). Para a ADC, o discurso está imbricado nas relações e processos sociais, nos sistemas de valores, crenças, na formação das identidades, etc. Assim, dentro da ADC, o discurso contribui para a constituição das convenções que o restringem, diz Dias (2012), ao mesmo tempo que também é limitado e construído por essas convenções. Dito isso, o discurso pode ser socialmente constitutivo em três tópicos: primeiro, nas diversas posições de sujeitos e de diferentes relações sociais, possibilitador de mudanças sociais e também colaborador na construção dos sistemas de conhecimento (Dias, 2012).

A análise de discurso se mostra importante para esse projeto, pois na ADC, o discurso não representa somente a linguagem, mas também as relações e processos sociais, sistemas de valores e crenças e a construção de identidades. Assim, é preciso apontar o caráter dialético que a ADC atribui ao discurso, pois o mesmo molda as estruturas, mas também é moldado por ela. Desse modo, a análise de discurso não pode ser reduzida somente ao texto, pois exclui a forma

que os sentidos são produzidos no texto e os efeitos do mesmo, deixando de analisar a questão ideológica presente (Dias, 2012).

Pensando sobre o discurso em si, utilizando as reflexões de Michael Foucault (1990), em “A Ordem do Discurso”, o autor busca apresentar como os discursos representam formas de saber e de poder. Para o filósofo, o discurso direciona saberes e os mesmos significam formas de instituir e reproduzir poderes. Esses discursos envolvem signos e linguagens, representando lutas e tensões. Assim, com a análise de discurso é procurado o interdito, ou seja, deve ser procurado o que pode ser dito/ quem define o que pode ser dito/ o que fala/ para quem/ o que diz/ quando diz/ por que diz/ para quem diz/ quem legitima esse discurso e para quem está sendo dirigido. Dessa forma, será possível entender o que legitima a fala, pois os discursos de autoridade estão atrelados a quem pode dizer e o que dizer. Dessa forma, a questão gira em torno de pensar em quem está autorizado a falar, pois existe um discurso de verdade atrelado a racionalização do conhecimento.

Dentro dos discursos, de acordo com Foucault, é possível encontrar decisões políticas, estas que são seletivas. Desse modo, é preciso ser perguntado quem está habilitado para falar sobre determinados assuntos, pois existe uma seletividade na construção discursiva dentro de um determinado contexto histórico. O discurso não pode ser entendido dentro de uma linearidade histórica, mas situado em determinado contexto. O discurso deve ser entendido como um acontecimento, problematizando suas fontes e entendendo como funcionam suas práticas de poder e de autoridade, sendo tratado como materialidade. Assim, Foucault nos leva a pensar em como construir a ordenação do discurso, apontando quem está categorizando os discursos, produzindo autoria e quem são os autores. Ademais, é preciso pensar como os discursos são ritualizados e qualificados por meio da religião, do Judiciário, entre outros, entendendo como as posições e hierarquias produzem legitimação.

Se faz também importante traçar relações com os apontamentos de Bourdieu (2008). Em “Economia das trocas linguísticas”, o sociólogo se preocupa em responder quais são os efeitos da dominação linguística. Dessa forma, afirma que a linguagem dos símbolos participa da disputa entre dominantes e dominados, garantindo distinções. Como as palavras são construídas socialmente, a língua é um instrumento de poder e, como o capital define poder, existem pessoas que têm ou não capitais para produzir discursos com legitimidade. Assim, Bourdieu apresenta o processo de construção social do discurso, afirmando que os mesmos

produzem e reproduzem a estrutura, de modo que a língua participa da produção de mundo e de saberes.

Para a análise, será feita uma pesquisa exploratória no jornal *A Folha* dentre as publicações do ano de 1972 a 1984, utilizando principalmente o artigo de capa e as entrevistas feitas com o Bispo Dom Adriano Hipólito, que tinham como assunto principal a violência na Baixada Fluminense. Os artigos selecionados têm como assunto principal a crítica a mídia hegemônica que trate a Baixada de forma sensacionalista, a falta de segurança e a violência direta vivida pelos moradores deste território. Também serão utilizadas para a análise as cartas enviadas dos leitores, para tentar compreender o impacto desse jornal na comunidade. Esse recorte temático se justifica pelo grande número de publicações no Jornal *A Folha* sobre o tema da violência na Baixada Fluminense, algo que chamou a atenção pois a Teologia da Libertação tinha como temáticas centrais a pobreza, não se relacionando com a temática da violência urbana. Dessa forma, a partir das complexidades que envolvem a construção do território da Baixada Fluminense, a prática da Teologia da Libertação neste espaço aparenta ter um caráter peculiar, pois amplia seu debate, abarcando também a reflexão sobre a violência urbana.

Ademais, a justificativa para essa delimitação de tempo é que, justamente entre 1972 a 1984, estava em vigor a ditadura militar, na qual houve um aumento da violência na Baixada Fluminense, de modo que é o período que estão surgindo os esquadrões da morte e, também, é o período após o estabelecimento do AI-5 (instituído em dezembro de 1968) este que endureceu ainda mais a ditadura militar e, consequentemente, a política de censura que caçou variados veículos de informação que ousavam criticar o regime e a violência institucional.

Outro motivo que encadeou a escolha desse recorte temático é como esse jornal já foi utilizado como fonte em variadas pesquisas, mas a questão da violência ainda não era algo explorado pelas ciências sociais, em especial pela antropologia. Somente foi encontrado uma dissertação na área da história social, de autoria da pesquisadora Adriana Kronenberguer (2018), na qual a mesma discute a postura política de Dom Adriano Hipólito frente à violência na Baixada Fluminense, tendo com objeto de estudo a luta política de Dom Adriano Hipólito, propondo a cidade de Nova Iguaçu como recorte espacial. Como uma de suas conclusões, a autora demonstra como a atuação do bispo ficou marcada por uma postura ativa, tendo como sua bandeira de luta, denunciar que a violência atribuída a esse território era uma consequência dos graves problemas sociais, de forma que não negava a violência da região, mas apresentava que a Baixada Fluminense tinha outras características e que seu povo era trabalhador e

merecedor de melhor qualidade de vida. Dessa forma, parto desse ponto ao analisar o discurso religioso promovido pelo jornal *A Folha*, indo além do discurso proferido pelo bispo, refletindo-o como um formador de identidade política, não diminuindo o trabalho da historiadora, mas com a intenção de ampliar as discussões sobre o tema com o auxílio das ciências sociais e das análises antropológicas.

O primeiro passo para a produção desta pesquisa é uma análise artesanal, com um processo exploratório de todos os arquivos do Jornal *A Folha*, considerando os anos de 1972 a 1984, pretendendo-se produzir um banco de dados somente com as reportagens que tivessem como temática a mídia, segurança e violência, em uma tabela colorida, para melhor visualização, que contém as informações principais de cada texto, sendo título, autor, assunto, data, resumo e trecho selecionado para a análise. Desse modo, serão selecionados textos e artigos que, primeiro, tratam a segurança ou a insegurança de forma direta, coloridas em laranja; os que tratam sobre a mediatização da Baixada Fluminense, coloridas em azul e, os que falam diretamente sobre a violência na Baixada, seja de crimes, atuação dos esquadrões da morte ou violência policial, estarão em amarelo.

Após essa compilação de dados, será feita uma revisão bibliográfica sobre a Baixada Fluminense e a sua construção sócio-política-religiosa. Posteriormente, a investigação passará por uma análise de discurso crítica apresentada primeiramente pelo linguista britânico Norman Fairclough, reformulada pela pesquisadora Juliana de Freitas Dias (2012), em suas pesquisas na Universidade de Brasília. Desse modo, a pesquisa passará por alguns passos metodológicos, sendo a primeira a delimitação da questão motivadora, percebendo qual é a problemática relacionada ao discurso dentro da dinâmica social, apresentando o discurso religioso sobre a violência vivida na Baixada Fluminense.

Assim, se mostra importante construir uma análise de conjuntura do período delimitado, esclarecendo o quadro social em que o discurso está localizado. Ademais, é preciso fazer uma análise documental que demonstre que a linguagem é dialeticamente ligada com a vida social e, por fim, um estudo sobre a identidade religiosa produzida por esse discurso. Essas etapas serão diluídas durante toda a dissertação, pois é importante demonstrar como os dados e a análise mantêm uma relação dialética (Dias, 2012).

Dessa forma, essa dissertação se dividirá em três capítulos, sendo o primeiro voltado para a construção da Diocese de Nova Iguaçu e mostrando como o território da Baixada

Fluminense foi um terreno fértil para a aplicação da Teologia da Libertação, evidenciando suas atuações políticas frente aos problemas enfrentados na Baixada, principalmente a violência. Dessa forma, será trabalhado como a Igreja Católica estava dividida frente ao golpe militar, a atuação político-religiosa de Dom Adriano Hipólito e suas consequências.

O segundo capítulo focará nos artigos principais publicados no Jornal *A Folha* sobre a violência urbana na Baixada Fluminense, abarcando também uma análise de conjuntura do período delimitado para esta pesquisa, enfatizando principalmente o contexto de violência e insegurança vivenciado pela Baixada. Neste, será feita uma apresentação da construção do território da Baixada Fluminense e também as complexidades que envolvem a questão da violência urbana. Dessa forma, serão apresentados os principais artigos que criticavam a imagem que foi criada da Baixada pela mídia hegemônica da época, esta que evidenciava somente as altas taxas de violência e as publicações que denunciavam a violência policial, utilizando principalmente a ideia da Sujeição Criminal do Michel Misse (2010).

O último capítulo ficará responsável por apresentar as explicações diocesanas sobre os altos índices de violência urbana na Baixada Fluminense, expor a Campanha da Fraternidade de 1983 que tinha como tema central “Fraternidade sim, violência não”, analisando o discurso sobre a violência produzido pela Igreja Nacional, pois o mesmo influenciou as páginas do jornal em 1983 e o movimento de moradores na Baixada Fluminense; e, apresentar os artigos que apresentavam histórias de vida de pessoas que experienciaram algum tipo de violência, como uma forma de aproximação com os leitores que enfrentavam essa problemática no território. Por fim, serão apresentadas as cartas dos leitores, a fim de demonstrar o impacto que o Jornal *A Folha* teve na comunidade e também no território nacional.

Dessa forma, os dois capítulos finais ficarão a cargo de demonstrar o discurso religioso católico proferido sobre a realidade violenta vivida pela Baixada Fluminense, pensar as estratégias de denúncia e reflexão sobre o problema da violência utilizadas pela Diocese de Nova Iguaçu e também, como o discurso pode ser um construtor de uma identidade política, promovendo mudanças na realidade social.

1. BAIXADA FLUMINENSE: UM FÉRTIL CAMINHO PARA A PRÁTICA DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Neste item será exposta a formulação da Teologia da Libertação no Brasil e a estruturação da Diocese de Nova Iguaçu nesse contexto, apresentando sua atuação política na Baixada Fluminense encabeçada pelo Bispo Dom Adriano Hipólito, especialmente no período da ditadura civil-militar. Dessa forma, se faz importante apresentar o que constitui a Teologia da Libertação, sua formulação e como a mesma influenciou a construção de um catolicismo na Baixada Fluminense, se tornando uma Igreja disruptiva. Assim, será analisada a atuação da Diocese de Nova Iguaçu frente à política na Baixada Fluminense e as consequências desse processo, levando em consideração a posição complexa que a Igreja Católica tinha frente ao golpe militar. Nesse sentido, destaca-se a posição da Igreja Católica em relação à ditadura militar; a atuação do Bispo Dom Adriano Hipólito e sua atuação sócio-religiosa frente à Diocese de Nova Iguaçu, enfatizando seu sequestro, o atentado que a própria Diocese sofreu e o episódio de falsificação do Jornal *A Folha*, que demonstra como o teor político do mesmo gerou incômodo no governo militar.

1.1 Teologia da Libertação e a possibilidade de construir uma Igreja das margens

Nesta seção, visa-se debater a construção da Teologia da Libertação no Brasil, apresentando suas principais características e ações no país. Assim, será apresentado como ocorreu o Concílio Vaticano II e suas consequências para a Igreja Católica, em especial a possibilidade de construir um movimento de esquerda religioso, que no Brasil, foi muito atuante. Dessa forma, é preciso destacar também as controvérsias que envolvem esse processo, pois a Igreja Católica não tinha uma posição unânime, pois estava dividida entre setores mais progressistas e conservadores, principalmente durante a ditadura militar no Brasil.

Em 1961, houve uma modificação no pensamento católico por meio das encíclicas *Mater et Magistra*, de 1961 e *Pacem in Terris*, de 1963 que, ao proporem uma nova visão de Igreja, instituíram um compromisso em melhorar a vida humana no mundo, se comprometendo com a justiça social (Mainwaring, 1989). Dessa forma, inicia um dos maiores eventos da

história do catolicismo romano, o Concílio Vaticano II, no qual tivera a presença de bispos do mundo todo para discutir uma visão mais aberta da Igreja Católica. A partir das reflexões feitas nesse evento foi salientado a missão social que a Igreja deveria se comprometer, modificando a liturgia de modo que houvesse mais aproximação entre clero e seus fiéis (Mainwaring, 1989).

Realizado entre os anos de 1962 e 1965, o Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII, foi influenciado pelo advento da modernidade e tinha como intenção promover diálogo com a ciência e com o progresso. Contendo inúmeras conferências com a presença de bispos do mundo todo, foi repensado o papel da Igreja Católica diante do mundo moderno. Porém, desde a década de 1950, já havia teólogos, bispos e personalidades advindos de movimentos sociais que propagavam modificações na Igreja, de modo que o Concílio afirmou e consolidou essas ideias da época (Mainwaring, 1989). Lowy (2016) aponta que essa abertura promovida agitou as antigas certezas dogmáticas e, conseqüentemente, conferiu que a cultura católica estivesse aberta a novas ideias e influências externas, não podendo escapar de conflitos sociais que estavam ocorrendo e também, de algumas correntes ideológicas, como a Teologia da Libertação.

Mesmo que o Concílio Vaticano tenha ocorrido na Europa, a América Latina foi um terreno fértil para que houvesse mudanças mais significativas no catolicismo, de modo que houve grande participação de leigos católicos a lutarem por justiça social, promovendo um sentimento de comunidade e uma maior aproximação entre clero e povo, produzindo assim a Teologia da Libertação. Este é um movimento que surge na América Latina no início da década de 1960, ocasionando um movimento interessante no qual essa nova teologia surgida na periferia do capitalismo contribuiu para repensar a Igreja Católica Mundial (Barbosa, 2007).

Como já apresentado na introdução, a ideia central da Teologia da Libertação é a opção pelos pobres, tese que, ao ser influenciada por conceitos marxistas e pelo clima revolucionário na América Latina, principalmente pela Revolução Cubana, propiciou a um setor do clero adotar um método marxista para a transformação da sociedade (Lowy, 2016). Com a Teologia da Libertação, os pobres não seriam mais objetos de caridade e de ações paternalistas da Igreja, mas sim, sujeitos da sua própria libertação, se conectando com princípios políticos marxistas, nos quais a emancipação dos trabalhadores será feita pela obra dos próprios trabalhadores (Lowy, 2016).

Essa teologia foi denominada por libertação por conta da realidade sociocultural, econômica e política na qual a América Latina estava inserida na década de 50 a 70, de modo

que, os teólogos que estavam inseridos nessa dinâmica social viram na libertação a oportunidade de reafirmar seu fazer teológico. Desse modo, esses teólogos se comprometeram com os pobres, utilizando uma releitura marxista da Bíblia para alcançar a liberdade de todos. Assim, de acordo com Leonardo Boff, a Teologia da Libertação é oriunda das necessidades latino americanas, tendo em vista as duras realidades peculiares que eram vivenciadas nesse território. Nas palavras de Boff:

O compromisso político nasce da própria reflexão da fé que exige mudança. Mesmo quando se fazem análises sobre os mecanismos de opressão, nunca está ausente a fé, como horizonte de compreensão, como a mística poderosa para a ação e como ponto de chegada de todo agir humano. A comunidade não se transforma em uma célula política. Ela é aquilo que é: lugar da reflexão da fé e de sua celebração. Mas ao mesmo tempo é o lugar onde se ajuízam eticamente, à luz de Deus, as situações humanas. A comunidade cristã e a comunidade política não são dois espaços fechados, mas abertos, por onde circula o cristão: na comunidade cristã, este celebra e alimenta sua fé; aí ele ouve a palavra de Deus, que o envia para o compromisso para com seus irmãos; na comunidade política age e atua ao lado de outros, realizando concretamente a fé e a salvação; aqui ele escuta a voz de Deus que o chama a expressar-se na comunidade cristã (BOFF, 1982, p. 27).

Aqui se faz importante traçar algumas reflexões sobre o que constituía a Esquerda Católica Brasileira, esta que dentre os movimentos leigos e de base que foram muito atuantes dentre os anos de 1958 a 1964. Considerada como um dos movimentos católicos mais importantes, a Ação Católica (AC) impulsionou leigos a agir socialmente, em variadas frentes como Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Operária Católica (JOC). Com maior destaque por sua atuação, a JUC, que em sua concepção era um movimento conservador, ao se radicalizar em 1950, atuou de forma mais ativa no movimento universitário e se envolveu completamente com a esquerda brasileira, exercendo influência sobre variados movimentos estudantis, pela educação e também pela cultura.

Construída em maior parte por ex-militantes da JUC, que desejavam atuar fora da Igreja Católica, mesmo seguindo suas inspirações, a Ação Popular (AP) foi criada em 1961 e foi uma forma de alguns católicos de contribuir na construção de uma sociedade mais justa, sendo um caminho para a atividade política. Atuando dentro do sindicalismo, em organizações camponesas e também na construção da educação popular, acabou entrando em conflito com a hierarquia da Igreja Católica, pois acreditavam que a revolução seria a única forma de solucionar os problemas da sociedade brasileira.

O Movimento de Educação de Base (MEB) foi um dos mais importantes movimentos advindos da Igreja Católica que atuava de forma direta na educação popular. Iniciado na década de 1960, o MEB era um movimento que se comprometeu com a transformação da sociedade

brasileira, influenciando de forma direta na mudança da Igreja Católica, ao proporcionar um novo modelo de trabalho em conjunto com as classes populares. Financiado pelo Estado Brasileiro e executado pela Igreja Católica, o MEB enxergava a educação como uma forma de conscientizar o povo que seus problemas eram parte de uma estrutura social, com uma pedagogia baseada nas resoluções de Paulo Freire.

Outra perspectiva importante da esquerda católica brasileira é a formulação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), que a partir de 1972 começaram a se expandir e, em pleno regime militar brasileiro, essas comunidades se tornaram fé e ação, mostrando as pessoas pobres que as mesmas devem ser protagonistas de suas organizações para buscar justiça social. Dessa forma, atuando em várias frentes, as CEB's foram organizações ligadas a um determinado local, promovendo as pessoas que faziam parte da mesma, um sentimento de pertencimento e identidade.

De acordo com Meirelles (2024), sob a direção de Dom Adriano Hypólito, a diocese de Nova Iguaçu fez com que as CEBs fosse mais do que reuniões eclesiais, mas sim espaços de troca de experiências comuns entre os moradores da Baixada Fluminense, que possibilitavam a construção de ambientes de solidariedade em vista de seus desafios habituais, como o enfrentamento a violência. Contando com representantes das dioceses de Caxias, Nova Iguaçu, Itaguaí, Volta Redonda e Nova Friburgo, esses encontros eram utilizados para discutir pautas que iam muito mais além do que a evangelização, mas também a sociedade injusta, repressão violenta, manipulação dos meios de comunicação, racismo, divisão desigual de terras, armamento, entre outros (Meirelles, 2024).

Desse modo, é visto que vários problemas enfrentados pela Baixada eram motivadores de reflexões desse grupo religioso. Além disso, a atuação das CEBs em Nova Iguaçu motivou seus moradores a se organizarem para cobrar o governo Brasileiro seus direitos, como em 1968, ano no qual a Diocese de Nova Iguaçu construiu o Movimento de Integração Comunitária, responsável por direcionar fiéis católicos para mobilizar melhorias para o espaço urbano (Mainwaring, 2004 apud Meirelles, 2024).

De acordo com Mainwaring (1989), além de introduzir as ideias católicas europeias na Igreja Brasileira, a esquerda católica adequou essas ideias à realidade social do Brasil, construindo assim um novo conceito de Igreja, sendo uma precursora da Teologia da Libertação. Com o objetivo de compreender o papel da Igreja Católica frente às mudanças sociais que estavam ocorrendo na América Latina, a segunda Conferência Geral do Episcopado

Latino-Americano ocorrida em Medellin no ano de 1968, impulsionou a Igreja Popular³ no Brasil, traçando relações entre fé e justiça, demonstrando como era importante a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Ademais, outra grande contribuição de Medellin, foi o estímulo à Teologia da Libertação, de modo que as primeiras obras sobre a mesma foram escritas entre os anos de 1968 a 1973, pelos brasileiros Hugo Assman e Leonardo Boff, e pelo peruano Gustavo Gutiérrez, as quais se tornaram clássicas (Mainwaring, 1989).

1.2 A construção da Diocese de Nova Iguaçu: Uma igreja conciliar e periférica

Neste item, é pretendido discutir sobre a construção da Diocese de Nova Iguaçu e suas principais características. Desta forma, destaca-se sua formação a partir das reformulações posteriores promovidas pelo Concílio Vaticano II, se caracterizando como conciliar e também periférica, pois muitas das vezes sua história é confundida com a da Baixada Fluminense, de modo a se constituir como uma diocese marginalizada, tanto por sua localização, mas também por seu posicionamento, principalmente durante o bispado de Dom Adriano Hipólito.

Devido ao aumento populacional no território da Baixada Fluminense, surge a necessidade de instalar uma Diocese que organizasse as demandas religiosas desta região e, em 1960, toma posse como bispo da Diocese de Nova Iguaçu, Dom Walmor Battú Wichrowski (1920-2001) (Sana, 2015). Com esse processo, a Igreja apresenta o primeiro passo para se aproximar de seus fiéis moradores da Baixada, com a intenção de solucionar o descompasso que havia entre a diversificação social e o acompanhamento espiritual existente até 1960.

Antes da institucionalização da Diocese de Nova Iguaçu, a Baixada Fluminense estava vinculada à Diocese de Barra do Piraí, liderada pelo bispo D. Guilherme Muller, que nomeou Mons. João Musch ao cargo de vigário episcopal da paróquia de Santo Antônio de Jacutinga, localizada em Nova Iguaçu, no ano de 1929. Este é um personagem importante na história da Diocese, pois foi em sua gestão que houve a finalização da construção da Igreja matriz de Nova Iguaçu e também se criou o Instituto Educacional Santo Antônio (IESA), mais conhecido como colégio das Irmãs (Nascimento, 2007).

De acordo com Sana (2015), a partir dos feitos de Mons. João Musch como vigário em Nova Iguaçu, era perceptível que havia a intenção de aproximar a igreja com a elite econômica tradicional e com as autoridades governamentais, experienciando a fatídica troca de favores que

³ De acordo com Mainwaring (1989), a Igreja Popular define-se pela ênfase no valor humano de todos e no respeito pelas massas, de forma que seu objetivo inicial era cristianizar a classe operária, mas o que aconteceu foi o oposto, de modo que a Igreja Católica conseguiu compreender as demandas dos trabalhadores.

já era costumeira na região da Baixada Fluminense. Ademais, ao fazer com que o ensino religioso se tornasse referência, ficou assustado com a propagação de ideais espíritas pelo colégio Leopoldo Machado, que estavam tomando grandes proporções na própria paróquia guiada por Mons. João Musch. Dessa forma, elencou formas de barrar essa propagação, a partir do sentimento de identidade e de tradição religiosa católica em Nova Iguaçu, principalmente com a fundação de sua própria escola, vinculada à Igreja Matriz, obtendo sucesso, construindo depois o Ginásio Santo Antônio, que se tornou logo depois o Colégio das Irmãs.

Outra atitude de Mons. João Musch para barrar as expansões do espiritismo foi a criação do Colégio Normalista na Baixada Fluminense, com a intenção de fixar a tradição católica na memória dos habitantes da Baixada Fluminense, porém a igreja existente em Nova Iguaçu não propiciava uma fé conscientizadora, trabalho que foi instaurado somente após 1960, com a influência da Teologia da Libertação, sob o comando de Dom Adriano Hipólito (Sana, 2015). Todo esse empenho de Mons. João Musch demonstrava uma busca por uma Igreja que superasse as práticas populares que estavam estabelecidas na sociedade, se preocupando com uma educação comprometida com a base estrutural que condensavam fé católica, memória e tradição (Sana, 2015).

Como a Baixada Fluminense estava passando por um processo de crescimento populacional desenfreado, com uma assistência social que não acompanhava, que será mais trabalhado nos itens a frente, a criação da Diocese de Nova Iguaçu foi o movimento institucional que a Igreja Católica acionou para se aproximar da realidade social de seus fiéis, diferentemente do que vinha acontecendo sob a orientação de Mons. João Musch. Assim, após sete anos da primeira comissão que vinha debatendo o futuro do catolicismo na Baixada Fluminense, por meio da Bula *Quandoquidem Verbis*, ao desmembrar as Dioceses de Barra do Piraí/Volta Redonda e de Petrópolis, emitida pelo Papa João XXIII em 26 de março de 1960, foi institucionalizada a Diocese de Nova Iguaçu, sendo nomeado como bispo, D. Walmor Wichrowski (Nascimento, 2007).

Em março de 1980, a Diocese de Nova Iguaçu contemplava os municípios de Mesquita, Queimados, Japeri, Paracambi, Belford Roxo, Nilópolis e Nova Iguaçu, de acordo com os dados da Mitra Diocesana e do Censo do IBGE no ano de 2007, uma parte considerável do território da Baixada Fluminense. Desse modo, ao implantar as orientações advindas do Concílio Vaticano II e de Medellín, implementou um envolvimento entre igreja e território, de modo que a atuação religiosa fosse feita em torno dos problemas sócio-políticos dessa região, se tornando

uma diocese atuante e presente nos movimentos sociais (Nascimento, 2007). Nesse sentido, a Diocese teve um impulso na sua atuação com a nomeação de Dom Adriano Hipólito como bispo local, em 1966, correspondendo ao Plano Pastoral de Conjunto (PPC), constituído pela CNBB, que tinha como objetivo a renovação institucional, o planejamento pastoral e a aplicação das decisões conciliares (Nascimento, 2007).

Utilizando os apontamentos de Gabriel do Nascimento Silva (2014), é importante apresentar os dois bispos que antecederam Dom Adriano Hipólito, D. Walmor e D. Honorato Piazero. Ao contrário do imaginário social que se instaurou sobre os mesmos, esses dois bispos não tinham orientações conservadoras, de modo que D. Walmor foi dirigente da Ação Católica e D. Honorato foi o responsável pela primeira missa em português, realizada no dia seis de agosto de 1964. Como terceiro bispo da Diocese de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hipólito toma posse em seis de novembro de 1966, sendo seu episcopado impossível de se caracterizar em uma só palavra. Isso porque foram quase 30 anos à frente da diocese e ademais, seu trabalho religioso foi executado a partir das condições sociais que lhe foram apresentadas, como o advento da ditadura militar (Silva, 2014).

A Diocese de Nova Iguaçu pode ser classificada como conciliar e periférica, pois contém alguns fatos em sua história que lhe concedem essas características. Suas particularidades sociais e políticas, produtos do crescimento populacional desenfreado, da falta de políticas sociais e também da peculiar violência advinda do golpe civil-militar na região é um primeiro fator. Em segundo lugar, a Diocese de Nova Iguaçu foi estruturada sob as reformas propostas pelo Concílio Vaticano II, que proporcionaram uma nova liturgia, o que provocou uma redefinição do próprio sentido de Igreja. Isso viabilizou uma igreja com identidade religiosa, que conversava com seus fiéis. Por último, o confronto aberto entre Dom Adriano e o regime militar com sua atuação política através de seu discurso religioso, é algo que demonstra o caráter conciliar da diocese, pois esse movimento só foi possibilitado a partir do Concílio Vaticano II, que proporcionou um discurso religioso aberto a novos modos de evangelização, a inserção de leigos nas instituições e a construção de pastorais que ultrapassaram as questões religiosas (Silva, 2014).

Nesse sentido, Dom Adriano defendia o que seria um “cristianismo autêntico”, esse que exige uma participação efetiva na sociedade, com o objetivo de encontrar soluções para os problemas enfrentados no local que se encontra, característica esse fruto das reformulações propostas pelo Concílio Vaticano II:

Um **cristianismo autêntico** exige participação corajosa, sincera, otimista nos problemas da comunidade, com a decisão de encontrar soluções concretas. Repare que eu não falo de Igreja: padre, bispo, religiosos. Falo da Igreja encarnada através dos cristãos responsáveis que-segundo uma expressão do Concílio Vaticano II - constroem e aperfeiçoam a ordem temporal guiados pela luz do evangelho e arrastados pela caridade crista. É isto também o que espero de todos os movimentos pastorais desencadeados em nossa diocese, como por ex, os custos de cristandade. (Hipólito. A folha pergunta ao bispo diocesano, *A Folha*, s/p., ano 1, nº7, 23-07,1972)

A partir desta passagem, é possível perceber como na Diocese de Nova Iguaçu, em especial sob o comando de Dom Adriano, houve a abertura de espaços para reuniões, utilizando os espaços pertencentes a diocese, como salões, igrejas e capelas, além de também fornecerem apoio financeiro às organizações sociais (Sales, 2020). Assim, Dom Adriano é lembrado como inventor de uma ordem eclesial da Baixada que estava voltada para ação sociotransformadora, baseada na ideia de “comunidades”, que tem como princípio a prática de atividades de convívio religiosas que são ao mesmo tempo, sócio-políticas (Assis, 2008).

1.3 A Igreja Católica frente a ditadura militar: Conivência e subversão

Nesta seção, será refletido como a Igreja católica estava dividida entre os que apoiavam o golpe militar e os que se colocaram contra, em especial no momento em que foi instituído. A posição da instituição não era homogênea frente a ditadura, em termos políticos e sociais, isso pois a relação entre Igreja e Estado nos 20 anos de repressão foi complexa, mesmo que alguns documentos emitidos posteriormente ao regime pela CNBB tenham um caráter combativo, juntamente com demais personalidades que são lembrados como heróis da resistência, esse posicionamento não foi unânime entre todo o clero, principalmente em 1964 (Jaques Cubas, 2014).

Antes ao golpe de 1964, O Brasil estava passando por variadas crises econômicas, consequências advindas do declínio da política desenvolvimentista, resultado da alta inflação, déficit na balança de pagamentos, dívida externa e diminuição do poder aquisitivo da classe trabalhadora. Dessa forma, a eleição de João Goulart, petebista, não era vista com bons olhos por grupos conservadores, militares e também, pelos udenistas. Por meio de uma emenda constitucional que instituiu o parlamentarismo no país, o início de seu governo foi totalmente conturbado, pois suas ações foram limitadas, até que em 1963, através de um plebiscito, Goulart assumiu novamente as responsabilidades frente os dilemas sociais, com a volta do presidencialismo. Porém, suas medidas adotadas não foram recebidas com entusiasmo pelas multinacionais, pelas oligarquias rurais e industriais, provocando também atritos com o

exército, além de ser visto com desconfiança pelo setor conservador da Igreja Católica (Jaques Cubas, 2014).

Como estratégia de deslegitimação do Governo Jango, uma das principais ferramentas foi a acusação que o presidente cada vez se aproximava mais do ideário comunista, em que pese, neste contexto, no imaginário social comunistas eram considerados inimigos a serem combatidos. Nesse contexto, no dia 19 de março de 1964, ocorreu a “Marcha da Família, com Deus e pela Liberdade”, na Praça da Sé em São Paulo. Com aproximadamente 500 mil pessoas, sendo de forma majoritária católicos da classe média urbana, o ato foi finalizado com uma missa em intenção de salvar a democracia brasileira do comunismo.

Em abril de 1964, ocorreu o golpe civil-militar, o qual derrubou o até então presidente João Goulart, perdurando por 20 anos sob a influência da Doutrina de Segurança Nacional. Essa doutrina é a manifestação de uma ideologia que concebe a guerra de países ocidentais contra o comunismo e quem o propaga, são considerados como inimigos da nação. Criada durante a Guerra Fria, proporcionou uma estrutura necessária para a construção de um estado forte, colocando a guerra como sua única forma de atuação (Borges, 2003).

Utilizando as reflexões de Nilson Borges (2003), é possível distinguir a ditadura civil-militar em três fases distintas: a primeira sendo compreendida entre a decretação do golpe em 1964 até a publicação do Ato Institucional N° 5, período este que as forças armadas discutiam sobre o futuro do regime militar; a segunda é referente do AI-5 até o início da liberação política, ocorrida no Governo Geisel, fase que ocorreram os maiores atentados aos Direitos Humanos, período no qual foram cometidos variados abusos, violência a pessoas consideradas inimigas do Brasil, que eram torturadas, exiladas ou mortas; a terceira e última fase começa no início da liberação política, com o abrandamento da censura até o momento em que foi devolvido a população o direito ao voto direto. Porém, é importante frisar que, mesmo diante dessa separação em fases distintas, houve perseguição e violação dos Direitos Humanos durante todo o governo ditatorial, mesmo que tenha sido mais visível somente a partir do decreto do AI 5.

A Igreja Católica diante da ditadura civil militar teve um posicionamento controverso, pois não havia uma posição orgânica de todos os católicos. Isso pois, de acordo com Jesse Jane Vieira (2011), existiam grandes disputas em reuniões anuais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em relação às manifestações mais explícitas do regime, já que a maioria de seus membros eram complacentes com o regime militar, estes acreditando que esta

igreja era conservadora. Nesse sentido, de forma institucional, a Igreja Católica se posicionou de forma favorável à ditadura de modo que, em maio de 1964, a CNBB emitiu um comunicado, rendendo graças à ação dos militares, apontando que havia um perigo comunista no país:

Atendendo à geral e angustiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder, as Forças armadas acudiram em tempo e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra. Logo após o movimento vitorioso da Revolução, verificou-se uma sensação de alívio e de esperança, sobretudo porque em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais, a Providência divina se fez sentir de maneira sensível e insofismável. (...)

De uma à outra extremidade da pátria transborda dos corações o mesmo sentimento de gratidão a Deus, pelo êxito incruento de uma revolução armada. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos Militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente. (Matos, 2011, p. 171 apud Ferreira Júnior; Barbosa, 2018).

Porém, alguns bispos e organizações católicas se colocaram contra o regime militar, como Dom Hélder Câmara e Dom Adriano Hipólito.

É importante apontar que, em abril de 2014, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), emitiu uma declaração reconhecendo o seu apoio ao golpe militar instituído em 1964, no qual foi derrubado o então presidente João Goulart, afirmando ter sido um erro histórico no qual alguns setores das Igreja tiveram sua parcela de participação. De acordo com Nunes Mathias (2024), desde a década de 1970, a CNBB é apontada como uma das maiores adversárias do regime militar, principalmente pela atuação de alguns membros do clero que ficaram conhecidos como grandes heróis da resistência, como Dom Helder Câmara e Dom Paulo Evaristo Arns, o que fez por muito tempo que existisse um silêncio em relação à convivência e a postura assumida pela CNBB em 1964. É verdade que a posição da CNBB não foi unânime diante do golpe militar, pois de fato houve embates entre os membros para escrever a declaração sobre o novo regime, de modo que Waldyr Calheiros, um dos membros da comissão e bispo de Volta Redonda, afirmou que o clima da reunião foi tenso, consequência de uma divisão dos bispos, entre os que apoiavam a revolução, em especial Dom Sigaudo e, do outro lado, os que reclamavam da repressão sofrida por alguns membros da Igreja (Nunes Mathias, 2024). Mesmo com a divisão, a maioria dos arcebispos assinou a declaração, dando graças às Forças Armadas, por salvarem o Brasil do Comunismo.

Em vista disso, é importante analisar a Igreja Católica nesse período de uma forma não dualista, na qual é colocada uma régua entre o moderno e o conservador, mas analisar as diversas subdivisões em que consistia a igreja. Aliás, essa divisão não era particular ou que tenha começado na década de 1960, mas sim algo que iniciou sua modulação no Estado Novo, de forma que a Igreja Católica estava dividida entre o integrismo (teologia mais conservadora) e os progressistas, por influência dos precursores da Teologia da Libertação (Niero; Fernandes, 2017).

Após variados episódios de perseguição e violência a membros do clero brasileiro que se colocaram contra o regime militar, a Igreja Católica se posicionou publicamente contra o governo, no tocante ao uso de torturas e em defesa dos direitos humanos. Porém, mesmo diante desse posicionamento institucional, não significou que todos os membros do clero se colocaram contrários ao que vinha ocorrendo no país. Mesmo diante de episódios de prisões, sequestros e assassinatos de padres e bispos, não houve ruptura entre Igreja Católica e Estado.

No tocante a essa não ruptura, Keneth Serbin (2001) deixa isso claro ao apresentar as relações entre bispos e militares, dentro da Comissão Bipartite, formada por membros do clero e representantes do governo militar. Iniciada em 1970, a Comissão Bipartite estava dividida em dois grupos, sendo um chefiado pelo general Muricy, que agrupava representantes do Exército, Marinha e Aeronáutica, do Serviço Nacional de Informações (SNI) e também do Centro de Informações do Exército (CIE). Do outro lado se encontravam o grupo religioso, liderado sempre por um integrante da CNBB.

Durando até meados de 1974, a comissão Bipartite realizou 24 encontros durante o governo Médici e o começo do Governo Geisel, com o objetivo de evitar um conflito maior entre Igreja e Estado, como uma medida de apaziguar as pessoas de dentro da Igreja que denunciavam os episódios de tortura cometidos contra os membros do clero. Durante as reuniões, era produzida uma troca de ideias, acusações e contra-acusações, porém sem constrangimentos entre os bispos e os oficiais militares. Quando foi instaurada a comissão, a pauta dos encontros estava baseada nas ações que precisavam ser tomadas para se chegar em uma colaboração entre Igreja e Estado, para ser alcançado o desenvolvimento socioeconômico no Brasil. Em um segundo momento, foram discutidos casos específicos que produziram atritos entre Igreja e Estado, o que envolvia também as discussões sobre as violações de Direitos Humanos. Ademais, outro tema debatido durante a comissão Bipartite era a intenção de manter a concordata moral, uma espécie de conciliação de elites, esta que salvaguardava privilégios

tradicionalmente concedidos a Igreja Católica, incluindo ajuda financeira para obras educacionais e também de assistência social, que tinham sido cortados durante o golpe militar (Serbin, 2001).

Voltando a utilizar Nunes Mathias (2024) como aporte, é consenso entre os pesquisadores que, durante os anos iniciais da ditadura militar, a maior parte da hierarquia católica manteve seu apoio aos militares, em especial durante os anos 1964-1970, no qual a CNBB estava sob liderança de Dom Agnelo Rossi (arcebispo de São Paulo). Como reflexo de seu perfil conversador, esse período fora marcado pelo afastamento institucional da Igreja Católica dos debates políticos, para além de desencorajar as organizações laicas da juventude católica, estas que compunham o setor progressista da instituição.

A instituição do Ato Constitucional nº 5, no ano de 1968, marcou uma virada da Igreja católica frente à ditadura militar, no qual foram intensificadas as denúncias feitas por bispos contra as violações da integridade física e moral dirigidas a quem divergia do regime. Mesmo com críticas cada vez mais severas ao regime militar, Nunes Mathias (2024) afirma que não se deve ignorar comportamentos de alguns membros do episcopado que se mantiveram coniventes ou imparciais, frente a episódios de tortura, sequestros e violência que estavam ocorrendo no país, em especial a integrantes do clero, como Dom Adriano Hipólito.

Após a instituição da anistia e a revogação dos atos institucionais em 1979, se iniciou o processo de transição democrática que construiu a memória de que o regime militar teria sido uma imposição das Forças Armadas, contra a vontade das instituições brasileiras, inclusive a Igreja Católica, apagando o apoio que a mesma deu ao regime (Reis apud Nunes Mathias, 2024). Com o processo de abertura política, as relações entre Igreja e Forças Armadas começaram a melhorar, à medida que prisões políticas e a tortura foram diminuindo, de modo que os bispos aumentaram seu apoio a certas medidas do governo durante a transição.

Dessa forma, era cada vez mais explícito que a Igreja Católica tinha se afastado da esquerda brasileira, após 1980. A Teologia da Libertação viria a passar por um longo recesso, principalmente após a queda do Muro de Berlim e o fim do sistema socialista na Europa central, em 1989. É importante citar a III Conferência do Episcopado Latino-Americano (1979), ocorrida em Puebla, México, na qual começou a serem freadas as ideias mais combativas dos religiosos mais progressistas. Esse movimento é devido a ascensão de João Paulo II, anticomunista declarado, que limitou os espaços de liberdade teológica, para além de deliberar

punições severas a Leonardo Boff e Gustavo Gutierrez, principais construtores da Teologia da Libertação (Nunes Mathias, 2024).

A partir do que foi exposto até aqui, é possível perceber que a posição frente ao golpe militar foi composta por complexidades. Isso pois, de forma institucional, por meio de um pronunciamento emitido pela CNBB, a Igreja Católica deu graças a ação dos militares pois os mesmos salvaram o país da ameaça comunista. Porém, é preciso pontuar que essa posição não era unânime e que, variados membros do clero não compactuavam com essa declaração. A partir da Instituição do Ato Institucional N° 5, o que desencadeou a perseguição e tortura de várias pessoas membros do clero a posição da Igreja Católica, mudou, condenando as violações dos direitos humanos. Mesmo assim, apesar da memória construída de que a Igreja Católica foi uma das mais importantes instituições que se colocaram contra o regime, é importante pontuar que sua relação com o Estado Brasileiro continuou, mesmo que abalada, vide a comissão Bipartite, que tinha como intenção a manutenção dos privilégios da Igreja advindos do governo brasileiro.

1.4 Dom Adriano Hipólito: atuação política-religiosa, consequências e violência

Neste item, será debatida a atuação política de Dom Adriano Hipólito e as consequências advindas de suas ações político-religiosas dentro da Diocese de Nova Iguaçu, considerando a repressão instituída pela ditadura militar no Brasil. Destaca-se seu sequestro, a explosão da catedral de Santo Antônio da Jacutinga e o episódio de falsificação do jornal litúrgico *A Folha*.

Nascido como Fernando Polito, em Sergipe no ano de 1918, Dom Adriano Hipólito adentrou o mundo dos franciscanos em 1937, sendo ordenado em 1942 na cidade de Salvador, Bahia. Um fato interessante de sua trajetória é ter participado em 1962 do Concílio Vaticano II (1962-1965), o qual tinha como objetivo abrir a Igreja para a modernidade, sendo indicado pelo Papa João XXIII como bispo auxiliar da Arquidiocese de São Salvador da Bahia. Somente em 1966 que foi nomeado como Bispo da recém-criada Diocese de Nova Iguaçu, pelo Papa VI, cargo este que exerceu até 1994 (Kronemberger, 2018).

Ainda muito jovem, com 48 anos, Dom Adriano ao assumir suas obrigações como bispo, estando disposto a ter como seu principal desafio a prática do *aggiornamento*, Esse processo consiste em colocar a Igreja em harmonia com o mundo moderno, iniciado no Concílio Vaticano II, abrindo as portas da subcultura católica para a sociedade, em vista que era nítido uma luta da Igreja Católica contra a modernidade, em especial durante o Iluminismo, no qual a Igreja rejeitou suas formulações (Berger, 2001). Nesse sentido, o objetivo de Dom Adriano era

que a Igreja Católica estivesse presente na Baixada Fluminense, principalmente para as pessoas pobres (Serafim, 2013). Dessa forma, Dom Adriano assume uma diocese ainda em sua fase de estruturação, tendo que ampliar o corpo clerical e os ambientes religiosos no território para atender essa população em constante crescimento (Serafim, 2013).

Na orientação de sua primeira assembleia diocesana, em 1968, o Bispo se comprometeu em fomentar e organizar as CEBs como a sua principal atividade diocesana, essas que estavam ligadas as ações políticas da Baixada Fluminense, principalmente com as questões que envolviam melhorias urbanas. Dessa forma, com Dom Adriano à frente das CEBs, esses espaços se tornaram muito importantes na mobilização dos fiéis e moradores deste território, de modo que o trabalho pastoral era feito em círculos operários, grupos de jovens, grupos de mães, entre outros. No dia 14 de setembro de 1980, a *Jornal A Folha* faz um pedido para que as Comunidades Eclesiais de base sejam espaços para a mobilização contra a violência:

A saída da violência é uma só: Justiça Social! Que todos os brasileiros tenham motivos e razões de viverem uma vida digna, a fim de ficarem motivados ao comportamento social digno. Que todos nós lutemos por um novo pacto social, a fim de que, em nossa Pátria, se instaure um sistema político que defenda os indefesos contra a fome voraz dos tubarões nacionais e multinacionais. Que nosso povo crie consciência de sua dignidade e de seus direitos; que nosso povo marginalizado aprenda a não mais definir os problemas de nossa sociedade com as definições das elites opressoras. Que nosso povo se una e se mobilize em suas organizações, em seus sindicatos, em seus grupos de Amigos de Bairro, em seus Clubes de Mães, em suas Comunidades de Base, em seus movimentos populares e em toda espécie de organização conscientizadora. (Mão Branca – outro nome para nossa culpa coletiva. *A Folha*, s/p., ano 8, nº 440, 14-09, 1980).

Dom Adriano chegou na Diocese de Nova Iguaçu disposto a promover transformações voltadas aos problemas sociais da região, sendo fundamentais esses anos de trabalho na Baixada Fluminense em sua formação social e política (Kronemberger, 2018). A partir do posicionamento político de Dom Adriano, em seu bispado na Diocese de Nova Iguaçu, em especial sua denúncia em relação aos feitos atribuídos aos grupos de extermínio, o bispo sofreu represálias, censuras e críticas. Estas feitas tanto por outras dioceses, como também pelos meios de comunicação impressos.

No dia 4 de maio de 1984, o *Jornal A Folha* reage às críticas feitas ao posicionamento político da Igreja Católica na Baixada Fluminense, de modo que:

Ultimamente tem sido assim: hoje, o jornalão publica a notícia; no dia seguinte, cai de cima, desancando a ‘ingerência da Igreja’ em assuntos políticos’. Passei a prestar atenção em tal ingerência: ‘O cardeal de São Paulo denuncia torturas no Cone Sul’. ‘Bispo aponta os esquadrões da morte como responsável

pelas matanças’, ‘Igreja do Pará diz quem são os assassinos dos índios’ ‘Igrejas sociais denunciam genocídio provocado pelo agente laranja da Dow Química’ ‘Comunidades eclesiais apontam a luta do povo pelos seus direitos’ ‘Paróquia de Petrópolis celebra missa dos flagelados e aponta as causas da miséria do povo’. Não encontrei nenhuma notícia de padres e bispos candidatando-se fazendo comícios, pleiteando cargos. (Profetas profissionais não querem Igreja política. *A Folha*, s/p., ano 12, n° 640, 04-05. 1984)

Dessa forma, é evidenciado que existia uma campanha dentre os jornais impressos contra a atuação da Igreja Católica em assuntos políticos, para que a religião não fosse vista como inevitavelmente política. Para os autores do Jornal *A Folha*, tudo é político, especialmente as relações sociais. O ato de se calar ou não é político, isso porque “o sistema opressor tem todo interesse de manter-se”. Ainda nesse artigo, para defender o Bispo Dom Adriano Hipólito e sua atuação política juntamente com a Diocese de Nova Iguaçu, o Jornal *A Folha* utilizou uma passagem do Antigo Testamento, apresentando a divisão dos profetas entre os verdadeiros e os profissionais:

No Antigo Testamento, os profetas eram divididos em verdadeiros, e profissionais. Os verdadeiros profetas punham-se à disposição de ordenamentos divinos desinstaladores e antipáticos. Suas palavras constituíam denúncia das opressões e defesa do povo contra os poderes opressores. Naturalmente, eram mal vistos e perseguidos por estes poderes. Eram poucos os que aceitavam ser profetas verdadeiros. Já os profetas profissionais serviam ao poder, participavam nas mordomias e garantiam seus cargos seus prestígios nas altas rodas. (Profetas profissionais não querem Igreja política. *A Folha*, s/p., ano 12, n° 640, 04-05. 1984)

Em sua coluna semanal, Dom Adriano aborda sobre a falta de ação social na Diocese de Nova Iguaçu, respondendo à pergunta: “o Sr tem lamentado a falta de ação social organizada na diocese de nova Iguaçu. Será que a situação política do Brasil impede a igreja de atuar neste sector?”. Frente ao Ato Institucional n° 5, Dom Adriano apresenta que a ação social da Igreja Católica depende da situação política e filosófica dominante no país, mas acreditava que esse esforço social deveria partir do evangelho, se alimentando também do evangelho, de modo que:

A mística da segurança nacional, como valor absoluto e critério normativo de realidade política, está sujeita a toda espécie de distorção. Aliás é absolutização de certos valores secundários já é em si mesma uma aberração perigosa. Mais não acontece entre, a partir do Ato Institucional n°. 5 que coloca um poder quase ilimitado nas mãos de uma -pessoa ou de um grupo, mas não acontece talvez porque o homem brasileiro sempre conserva muito da cordialidade, de sensibilidade, do ser-criança que caracteriza o nosso povo. (Hipólito. Situação política impede ação social, *A Folha*, s/p., ano 1 n° 43, 01-04, 1973)

Assim, promete que, ao modo que a Diocese de Nova Iguaçu dispusesse de o mínimo de recursos e também de colaboradores dispostos a assumir obrigações sociais, não terá receio de começar e de continuar as organizações sociais por meio do evangelho.

Dom Adriano sofreu inúmeras represálias a partir de sua atuação política-religiosa, tanto dentro da Igreja Católica como também pelos meios de comunicação impressos e também por políticos. Em sua coluna semanal no jornal *A Folha*, em resposta à pergunta “Meses atras o sr. foi objeto de críticas em jornais da Baixada Fluminense, em câmaras de vereadores e mesmo na câmara federal, em Brasília. Poderia explicar as razões dessas críticas?”, Dom Adriano Hipólito apresenta que sua atuação visa a consciência cristã de seus fiéis, acreditando que por sua posição que a Igreja Católica lhe fornece, tem o dever de ir contra essa ordem social precária e injusta, mesmo que isso signifique alguns sacrifícios:

Confesso que empreguei palavras candentes. Mas isto se explica: nossa população vive marginalizada pelos poderes públicos há muitos anos ou decênios. Como se trata de um povo ordeiro e bom, talvez conformado demais, o que acontece é a marginalização, a exploração. Denunciando um bocado de coisa errada, é claro que não viso a Fulano ou Sicrano. Viso à consciência cristã dos cristãos. Viso àqueles que, por sua posição social, por sua influência política, por sua profissão e atividade — como cristãos — têm o dever de se insurgir contra uma ordem social precária e injusta, têm o dever de procurar soluções, mesmo com grande esforço e sacrifício. (Intervenções do bispo diocesano, *A Folha*, s/p. 17-08, 1975).

Como sua principal fonte de denúncias e comunicação com os seus fiéis eram as publicações no Jornal *A Folha*, o qual continha uma vasta documentação com teor político, suas publicações foram vigiadas e analisadas por políticos da região e militares (Kronemberger, 2018). Ademais, a edição de número 263, de maio de 1977 do Jornal *A Folha* foi falsificada e distribuída anonimamente pelo correio, contendo em suas páginas um relatório escrito pelo Sr. Arcebispo de Diamantina D. Sigaud, tradicionalista, que temia as influências esquerdistas dentro da Igreja Católica:

1. Hoje, leitor bem amado, somente uma catacrese da existência. Mas uma que vale por muitas. A saber: 2. Nosso número 263, do dia 29 de maio passado, festa do Espírito Santo, conheceu um concorrente clandestino. O cabeçalho falsificado procurava imitar o nosso. A apresentação externa, o título e o subtítulo, a cor, o expediente, inclusive a tipografia da Editora Vozes. Tudo falso. 3. E o texto? Isso é o que interessava os falsificadores. Não copiaram o nosso texto, substituíram-no. Puseram o relatório do Sr. Arcebispo de Diamantina D. Sigaud, precisamente o texto que saiu em O Jornal do Brasil de 04-05-77. 4. Convenhamos que o gesto não é nada bonito. Muito pelo contrário, E muito mais feio foi a colocação furtiva, covarde, das folhas falsificadas em várias igrejas da nossa diocese, de outras paróquias da Baixada e do Rio de Janeiro. Houve também distribuição anônima pelo correio. 5. Numa igreja do Rio o padre notou. Chamou à fala os dois distribuidores clandestinos e estes, na linha da falsificação, disseram que eram ‘amigos do bispo de Nova Iguaçu, que o bispo de Nova Iguaçu estava sendo perseguido e eles queriam apoiá-lo’. Mas quando o padre notou a realidade e pediu a identificação dos dois ‘amigos’, disseram que iam buscá-la no carro e... na linha da falsificação... se mandaram. 6. A Folha está unicamente a serviço de Jesus Cristo e dos irmãos. Daí por que aceitamos críticas e divergências. Mas repudiamos esses métodos do Maligno. Sim, repudiamos com muita tristeza.

Não haverá maneira cristã de discordar e combater? (Um golpe baixo: A Folha é falsificada!, *A Folha*, s/p. ano 5, n°273, 07-08,1977).

Esse relatório, teve suas primeiras 200 cópias mimeografadas, enviadas pelos Correios e entregue principalmente ao Comandante da 4ª divisão do Exército e para vários bispos, incluindo dois que detêm as maiores acusações de dificultarem a relação entre Igreja Católica e Governo Brasileiro, sendo eles D. Pedro Maria Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia e D. Tomaz Balduino, bispo da cidade de Goiás. Nesse relatório, também publicado no *Jornal do Brasil*, na edição do dia 04/05/1977, D. Sigaud, afirmava que existia infiltração comunista em toda parte, inclusive na Igreja, dizendo esperar que a “Santa Sé tome as medidas necessárias que o problema exige”. Contendo um compilado de provas contra os bispos que acusam serem subversivos, Sigaud apresentou esse relatório à imprensa brasileira, acreditando alertar seus irmãos do episcopado e a Nação Brasileira sobre os grandes perigos que estavam correndo diante de uma possível infiltração de ideias comunistas dentro da Igreja (D. Sigaud, 1977).

Nesse relatório, além de acusar diretamente D. Pedro Casaldáliga e D. Tomaz Balduino de serem os responsáveis pela tensão entre a Igreja e o Estado, D. Sigaud afirmou que existia também uma infiltração comunista dentro da Ordem Dominicana, citando como exemplo o caso Marighela. Ao apresentar suas principais denúncias contra os dois bispos, enfatiza que os mesmos planejam uma revolução na Igreja, ao organizarem um grupo dentro da CNBB para que suas ideias triunfassem dentro da instituição. Ademais, afirma que os dois pretendiam também fazer uma revolução no campo político, social e econômico, influenciados pelo marxismo, ao optarem pelo socialismo-comunismo. (D. Sigaud, 1977).

D. Sigaud, nesse relatório, também denuncia a ruptura de Dom Pedro Casaldáliga com o regime brasileiro, acusando o mesmo de colocar as Forças Armadas inimigas, pois, além de ironizar os programas sociais do governo, rompeu também com os proprietários das fazendas. D. Sigaud acusa os dois bispos de romper com a Liturgia, ao zombarem dos rituais católicos. Por fim, D. Sigaud explica porque recorreu a imprensa para fazer suas denúncias. O bispo explica que a penetração das ideias comunistas no clero brasileiro e também no episcopado é um fato incontestável, pois o apoio que D. Pedro e D. Tomaz encontram dentro do clero revelam afinidades de posições, demonstrando que existe um número significativo de bispos que fizeram a opção pelo comunismo. (D. Sigaud, 1977).

A partir desse episódio de falsificação do jornal *A Folha*, é possível apontar que esse ato foi uma forma de censura aplicada ao jornal litúrgico e a atuação política de Dom Adriano Hipólito, com intenção de desqualificar a Folha Diocesana. Na edição de 1993, Dom Adriano

falou sobre o ocorrido, afirmando que o objetivo desse ato foi semear a confusão, intriga e difamar a Diocese e sua forma de comunicação entre seus fiéis:

Ainda na interpretação marxista de *A Folha* sucedeu a falsificação de nosso jornal em 29 de maio de 1977, solenidade de Pentecostes. A Folha autêntica, com alguns títulos em cor verde, tinha além das duas páginas internas com a liturgia do Espírito Santo, os artigos ‘Os homens aqui na frente, as mulheres lá atrás’ e ‘Catabis & Catacretes: Os equívocos da vida’ (...) e – aqui viram provocação – uma entrevista de A Folha com o bispo diocesano, com o título: ‘Bispos comunistas? Uma estranha acusação’ sobre a então recente declaração de Dom Geraldo Sigaud, acusando de comunistas dois bispos brasileiros: Dom Pedro Casaldáliga, de São Félix, e Dom Tomás Balduino, de Goiás. Pois bem, a edição falsa, procurando imitar *A Folha* no cabeçalho, no uso da cor verde, na apresentação (...) trazia precisamente a declaração de Dom Sigaud. Texto integral. A falsificação foi distribuída aos milhares, em Igrejas de Nova Iguaçu, da Baixada e do Rio de Janeiro (...) Objetivo da falsificação? Semear confusão, intrigar, espalhar difamação. Numa carta assinada, com assinatura provavelmente falsa, alguém me escreveu, ‘dando os parabéns pela mudança de linha de A Folha, como se vê da publicação do relatório de Dom Sigaud’. (Um Pouco, *A Folha*, 1993, s/p. Apud Kronemberger, p.46, 2018)

Outro episódio que demonstra a insatisfação do governo militar em relação a atuação política de Dom Adriano foi o seu sequestro, feito por seis homens, no ano de 1976, no qual fora espancado e abandonado nu, pintado de vermelho, em Jacarepaguá. Em uma entrevista ao jornal *O Globo*, na edição do dia 13 de novembro de 1994, afirma que seu atentado fora organizado por militares da linha dura do exército, contando que fora “*encapuzado, algemado e levado num carro, que passou pelo menos duas vezes pela Vila Militar. Tiraram minha roupa e, depois de me baterem, me pintaram com um spray vermelho, sempre me acusando de ser comunista.*” Ademais, seu fusca foi levado à frente da CNBB e explodido, como uma mensagem para a Igreja Católica. Em sua coluna de perguntas e respostas no Jornal *A Folha*, Dom Adriano discorreu sobre seu sequestro:

Não tenho porque lamentar ou chorar. Pelo contrário, acho que o sequestro de um bispo veio mostrar claramente o que para muitos era impossível: a Igreja do Brasil desligou-se ou vai-se desligando de uma tradição de vantagens e posição sociais. Aqui na Baixada Fluminense, talvez muito mais do que noutras áreas do Brasil, a Igreja conta quase exclusivamente com a força de Jesus. Cristo. Aqui se torna cada vez mais claro que o direito tradicional, do qual na república tem vivido a Igreja, vai perdendo consistência e base. (Hipólito, Dom Adriano. Olhando para trás, *A Folha*, 26 de dezembro de 1976, ano 4, nº 241)

As repressões contra Dom Adriano não cessaram após seu sequestro, pois a Diocese de Nova Iguaçu também sofreu atentados e pichações acusando Dom Adriano de ser comunista. Como uma resposta a sua atuação política, no dia 20 de dezembro de 1979, a catedral de Santo Antônio da Jacutinga, uma construção que simbolizava a presença de Dom Adriano na cidade, foi bombardeada. No dia 2 de março foi publicado a seguinte artigo no jornal *A Folha*, narrando a explosão da Catedral Santo Antônio da Jacutinga:

As 11 h da manhã do dia 20 de dezembro explodiram uma bomba na Catedral de Nova Iguaçu. A Catedral é a igreja do bispo, a igreja-mãe, a igreja-sinal-de-unidade para toda a diocese. Pior: na Catedral escolheram precisamente o altar do Santíssimo. Trata-se de um altar provisório, à espera do altar definitivo que o arquiteto planejou, mas ainda não executou; sobre a mesa, o sacrário de uns 50 kg. E no sacrário as ambulas com as Sagradas hóstias. (O sacrilégio de dezembro. *A Folha*, s/p., ano 8, nº411, 02-03, 1980)

Para compreender tamanha violência com Dom Adriano, se faz importante analisar o fato a partir da ideia de desvio. Howard Becker (2008), em seus estudos sobre a sociologia do desvio, afirma que todo grupo cria e impõe regras, ao delimitar o que é certo e o que é errado e também, dessa forma, delimitando também quem é diferente. A criação das regras é o que produz o desvio. Nesse sentido, regras sociais vão definir situações e padrões de comportamento, de forma que quem as infringe pode ser classificado como outsider. As regras podem ser promulgadas em forma de lei ou podem ser acordos informais. Assim, a imposição das mesmas pode ser feita a partir de algum corpo responsável, como o Estado, polícia e até mesmo da sociedade. A partir disso, pode se entender como Dom Adriano era enxergado como desviante, pois suas ações não convergiam com o que era esperado de um Bispo pelo imaginário social conservador, tanto dos militares como também o setor mais tradicionalista da Igreja Católica.

Ainda pensando nos conceitos de rótulo e desvio de Becker (2008), os grupos sociais criam o desvio ao construírem as regras sociais e, de forma que essas regras são aplicadas, são criados também os outsiders, sendo o desvio uma consequência da aplicação dessas regras morais, sociais e institucionais, não podendo ser categorizada como um conceito homogêneo. Dessa forma, as pessoas tidas como desviantes compartilham desse rótulo e da experiência de ser uma outsider pela sociedade, o que explica o fato de bombardearem o Santíssimo, mesmo sendo símbolo sagrado, pois representava os feitos considerados desviantes de Dom Adriano na comunidade. Defendendo-se, Dom Adriano nega as acusações que lhe fazem, reafirmando que seu trabalho é baseado na fé:

Nosso trabalho pastoral é fruto de uma fé encarnada, que se realiza numa situação concreta, de sofrimento, de angústia, de insegurança, como é a situação de nossa Baixada fluminense; desta fé encarnada tiramos nossas soluções pastorais. Sem qualquer interesse ou ambição pessoal. Sem qualquer conotação ideológica. Sem qualquer concessão ao poder do 'Senhor do mundo'. Sem medo nem covardia nem acomodação. Rejeitamos as acusações que nos fazem. Estamos prestando expiação pelo sacrilégio cometido contra o Corpo do Senhor na Eucaristia e na Igreja. Mas perdoamos de coração aos que profanaram o Santíssimo Sacramento. Pedimos que Deus lhes faça ver o pecado monstruoso que cometeram contra Jesus Cristo e o seu Corpo. (Hipólito, Dom Adriano. Sem medo, sem covardia, sem acomodação. *A Folha*, s/p. ano 8, nº 417, 13-04, 1980)

Mesmo sendo ameaçado de morte, aconselhado por amigos a sair da Baixada Fluminense, resistiu, seguindo como bispo até 1994, falecendo dois anos depois, no dia 10 de agosto de 1996 (Sales, 2020). O bispo reafirmou que, por meio do trabalho pastoral, ele pretendeu eliminar ou atenuar as injustiças que permeavam a região da Baixada Fluminense. Nesse sentido, Dom Adriano em sua celebração na noite de 25 de dezembro de 1979, após o atentado à Diocese de Nova Iguaçu, faz uma reflexão sobre o papel da comunidade cristã de atenuar as injustiças sociais:

É aqui, em nossa Baixada Fluminense, nesta Baixada tão violentada, tão humilhada, tão marcada pelo Maligno, que nós somos encarregados por Deus de construir a sua família. É partir deste sentimento profundo de família que fazemos nossa Pastoral: o esforço de Igreja, alimentada pela Palavra de Deus, alimentada pela Eucaristia fortificada na esperança pelos sacramentos, pela oração, pela doutrina dos apóstolos, pela comunidade, para eliminar ou atenuar tremendas injustiças que arrasam toda a fraternidade, que bloqueiam o plano de amor do Pai, que deformam a face de nossos irmãos. (Na catedral dinamitada o mais belo presépio do mundo. *A Folha*, s/p., ano 8, n° 418, 20-04, 1980)

Em vista disso, Dom Adriano afirmou que o esforço para a conscientização do povo, em relação a moradia, direitos humanos e por condições mais dignas de vida, por meio de bispos, padres, religiosos e leigos engajados, não está ligado a nenhum tipo de ideologia ou qualquer interesse material. Nesse sentido, acredita que o que motiva os líderes religiosos para atuar pela diminuição do sofrimento do povo da Baixada é a força do Espírito Santo, de modo que por meio do amor e da justiça, será atenuada a ação do maligno e alcançada a paz na Baixada Fluminense.

Após essa longa exposição sobre a atuação político-religiosa de Dom Adriano Hipólito, frente à Diocese de Nova Iguaçu, é possível fazer alguns apontamentos. Primeiramente, é perceptível que a Igreja Católica neste momento estava totalmente dividida, de modo que havia denúncias de bispos conservadores contra bispos que eram considerados subversivos, afirmando que os mesmos não estavam promovendo o verdadeiro cristianismo. Dom Adriano, ao assumir uma posição política frente às injustiças sociais na Baixada Fluminense, ao denunciar os grupos de extermínio e também ao se colocar contrário ao regime militar, se tornou alvo. Por isso foi sequestrado, uma de suas catedrais fora explodida, diversas igrejas da Diocese de Nova Iguaçu foram pichadas, atribuindo o título de comunista ao seu bispado e também, o jornal *A Folha* foi falsificado. Não é trivial que essa edição falsificada do Jornal *A Folha* tenha sido produzida com um relatório que denunciava bispos acusados como subversivos, pois era como uma mensagem direta a Dom Adriano Hipólito, pois sua gestão não estava sendo vista

com bons olhos, tanto pelo governo militar, mas também pelo setor conservador da Igreja Católica.

2. A FOLHA RECONTA: O DISCURSO RELIGIOSO SOBRE A VIOLÊNCIA NA BAIXADA FLUMINENSE

Neste capítulo, será discutida a formação do território da Baixada Fluminense, incluindo a sua estrutura política e econômica, a problemática da violência urbana e o discurso religioso sobre os altos índices da mesma no território. A partir de Veena Das e Debora Poole (2004), a Baixada Fluminense será analisada com o auxílio do conceito de margem, entendendo esse conceito como ausência de tudo, articulando as ideias de moralidades e os dinamismos entre as relações entre Estado e populações. Para isso, será apresentado sua construção sócio-geográfica, juntamente com a formação do aspecto violento desse território e como essa dinâmica se tornou maior que a sua história por meio do sensacionalismo midiático.

Nesse sentido, nesta seção se intenciona debater o discurso religioso sobre a violência urbana proferido pela Diocese de Nova Iguaçu, ao demonstrar como o Jornal *A Folha* se mostrava um contraponto discursivo sobre a violência na Baixada Fluminense, apresentar alguns traços sobre classe e raça que o Jornal *A Folha* trouxe em alguns artigos sobre a violência policial. Em um primeiro momento, a partir das complexidades que envolvem a construção do território da Baixada Fluminense, a prática da Teologia da Libertação nesse espaço aparenta ter um caráter peculiar, pois amplia seu debate, abarcando também a violência urbana. Para além, os marcadores de classe e raça são debatidos no discurso religioso dentre as publicações do jornal litúrgico, ao desmistificarem que os mesmos são os causadores do aumento de violência na Baixada Fluminense.

2.1 Baixada Fluminense: história e território

Nesta seção, será explorada a história da Baixada Fluminense, principalmente as lutas pelo seu território. Desta forma, será apresentada a sua formação a partir do séc. XVI, em relação as sesmarias, posteriormente as plantações de laranjas, os loteamentos de terras e as disputas que envolveram grileiros e posseiros, além de debater sobre o crescimento

populacional acelerado com as migrações, na qual as condições mínimas de sobrevivência não o acompanhavam.

Baixada Fluminense é um termo carregado de sentido e, muitas das vezes é visto no imaginário social como um território homogêneo, sendo lembrado como um espaço violento, ligado sempre a noções de pobreza e miséria. Porém, sua história é complexa e cada município apresenta suas singularidades e peculiaridades, podendo ser considerada a existência de “várias baixadas”, as quais suas complexidades podem até se aproximar com variadas localidades brasileiras.

A Baixada Fluminense é um território localizado entre a Serra do Mar até o litoral, sendo uma planície situada entre a cidade de Itaguaí (RJ) e a divisa do Espírito Santo (Torres, 2004 apud Reis, 2013), fazendo parte da região metropolitana do Rio de Janeiro, constituída pelo território da margem oeste da Baía de Guanabara. Atualmente essa região é formada pelos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti, e Seropédica. Porém, esse território passou por muitas mudanças até se tornar o que conhecemos hoje. Essa região surge como o propósito de ser um lugar apto para ser urbanizado para alocar a expansão urbana ao redor da cidade do Rio de Janeiro, durante a década de 40, principalmente com a onda de loteamentos que viria a acontecer naquela época.

Durante o século XVI é iniciada a distribuição de sesmarias, processo esse instituído pelo Governo Português de Dom João III para colonizar a orla da Baía de Guanabara e, estas terras eram destinadas a nobres e militares portugueses que juravam defender a fé cristã católica e que firmavam compromisso de construir igrejas nessas terras doadas, como parte de um processo de expansão católica pelo mundo (Simões, 2007 apud Reis, 2013). De acordo com Torres (2004 apud Reis 2013), a construção dessas Igrejas na Baixada Fluminense, advindas do processo de sesmarias, datam do século XVII, formando o que foi nomeado como freguesias, distritos eclesiásticos que distribuíam sacramentos, sendo caracterizada pela Igreja matriz e suas filiais, tendo a primeira localizada em Pilar, bairro da cidade de Duque de Caxias.

De acordo com Almeida (2009), no território denominado como Recôncavo da Guanabara, crescia o número de engenhos de açúcar, igrejas e pequenos povoados no século XVI, de modo que, a paisagem natural foi sendo modificada com o passar dos anos, sendo predominante uma população agrícola que adentrava as florestas do recôncavo (Barros, 2000

apud Reis 2013). Segundo Torres (2004 apud Reis 2013) a colonização do Vale do Rio Iguaçu foi iniciada a partir da construção da fazenda São Bento, onde foi erguida a capela Nossa Senhora do Iguaçu.

Ainda conforme os estudos de Reis (2013), durante a primeira metade do século XIX, a Baixada Fluminense era constituída por grandes fazendas produtoras de bens alimentícios para a cidade do Rio de Janeiro, como verduras e legumes, leite e cereais, porém, posteriormente, é implementada a citricultura, com uma alta produção de laranja, que vem a ser um importante capítulo na construção da história desse território.

Iniciada ao final do século XIX, com maiores produções marcadas no ano de 1930, a citricultura promoveu algumas consequências para a Baixada Fluminense (Silva, 2014), mesmo que a produção não tenha abrangido toda a região, influenciou, de forma direta e indireta, a construção de relações sociais, políticas e econômicas. Ademais, é importante também apontar os motivos de seu declínio: em primeiro lugar, a II Guerra Mundial dificultou o mercado externo, sendo este o destino da maior parcela da produção da citricultura da Baixada; outro motivo foi a proliferação de uma praga que dificultou ainda mais o plantio e, por último, o grande processo de loteamento que teve seu início no pós-guerra, promovendo uma reordenação-econômica, sendo mais rentável que a produção de laranjas (Souza, 1992 apud Silva, 2014), além de contar com a facilidade de ser concedido as licenças aos loteadores pela Prefeitura de Nova Iguaçu (Simões apud Silva, 2014).

A ocupação urbana começa a apresentar seus traços no século XX, com os primeiros loteamentos urbanos que surgem em terras rurais, principalmente no território que hoje é denominado por Nilópolis, antes Estação de Engenho Neiva, processo que ocorreu em outras atuais cidades da Baixada, proporcionando um demasiado crescimento populacional, expansão tamanha que não foi acompanhada por serviços de infraestrutura (Reis, 2013). Esse crescimento demográfico acentuado, de acordo com Almeida (2009), foi resultado de diversos processos migratórios advindos de diferentes áreas do Brasil e também, de outras nações mundiais.

A Baixada Fluminense se tornou atrativa para a migração por alguns motivos, apresentados por Sonali de Souza (apud Silva 2014), sendo o primeiro, a construção de uma rede de transporte que possibilitava uma aproximação com a cidade do Rio de Janeiro, contando com a eletrificação da estrada de ferro Central do Brasil e a abertura da Avenida Brasil e também, da rodovia Presidente Dutra, tornando acessível o acesso à Baixada Fluminense. O

jornal *A Folha* estampou em suas páginas os problemas desse crescimento populacional desenfreado:

A situação concreta da Baixada, com seus problemas tremendos, com o abandono quase total do povo, com guias violências constantes, com a impunidade dos criminosos, com o caciquismo de certas elites econômicas e políticas, com a inchação caótica da população vinda de fora na grande maioria, isto de um lado; e do outro lado o nosso esforço de dar uma resposta de Fé cristã encarnada a esses tremendos desafios — eis o que me parece ser a causa principal da hostilidade e do ódio. Há também a situação especial que se criou no Brasil, nos últimos anos, com a segurança do regime-político reduzindo a frangalhos a segurança social, das comunidades, das instituições, do Povo. Quantas violações dos direitos humanos temos de presenciar em toda a parte. (Participação no sofrimento do irmão, *A Folha*. s/p., n° 414, 23-03.1980)

Dessa forma, a Baixada Fluminense enfrenta um grande crescimento populacional na qual os serviços urbanos não o acompanham, o que torna a sua formação mais complexa (Silva, 2014). Dom Adriano, refletindo sobre as causas da insegurança na Baixada, cita o desenvolvimento desenfreado que ocorreu no território. O bispo afirma que seus moradores acreditam que existia mais paz anterior ao desenvolvimento que se achegou ao território. Nesse sentido, acredita que o progresso desordenado foi um alicerce para o desrespeito aos Direitos Humanos:

(...) É indiscutível o progresso material, apesar de tudo. Quando pergunto aos moradores mais antigos ou aos filhos da Baixada como era isto aqui antigamente, recebo quase sempre as mesmas respostas: havia mais paz, embora o Povo vivesse quase totalmente abandonado. Viera o progresso. E com o progresso desordenado, caótico, aumentou a violência, o desrespeito aos direitos humanos. Para nossa região vale de modo partícules o tema da Campanha de 1980; "Verdade: força da Paz". E cabe a nossa Igreja, pelo contato intenso que tem com as bases, trabalhar para que a verdade consiga uma vitória, sempre mais clara sobre a mentira e as hipocrisias sociais. E uma tarefa árdua que excitara mentirosos e hipócritas. (Hipólito, Dom Adriano. Um pouco da história do dia mundial da paz, *a Folha*, s/p., ano 8, n°403, 06-01.1980)

Durante a reforma Pereira Passos (1902-1906), houve um forte processo de segregação entre a cidade do Rio de Janeiro e a Baixada Fluminense, de forma que o centro do Rio como a capital da nova elite cosmopolita, seria protagonista de processo de higienização que consistia na demolição de cortiços, proibição de vendedores ambulantes e também na europeização do espaço carioca. De forma contrária, o território da Baixada seria destinado a abrigar a mão de obra barata, se tornando um espaço constituído de cidades dormitórios (Abreu, 1987). Neste período, a Baixada era lida de diferentes formas pelo Estado Brasileiro: sob os olhares estaduais, suas terras alagadas eram vistas como barreiras para a expansão da agricultura; para o governo federal, o território era tido como um suporte para sua capital, de modo que seria controlado o abastecimento de água, criando um cinturão verde e o oferecimento de terras para a habitação,

tudo visado para a cidade do Rio de Janeiro (Silva, 2015). No dia 7 de setembro de 1980, foi publicado um artigo no jornal *A Folha* que denunciava essa visão que perdurou durante o século XX, sobre a Baixada Fluminense:

Nossa Baixada aparece, todos os dias, no lixo dos jornais, geralmente numa linguagem cínica de lamentação da violência. O capitalismo selvagem das redações não está interessado nas causas reais da violência; quer apenas faturar na morbidez alienada de um povo propositadamente mantido na inconsciência de seus direitos. Onde há cadáveres decompostos, lá se ajuntam os urubus. No campo das comunicações sociais, pertence à logística do sistema servir escabrosidades embruteceastes ao povo faminto. Assim protela-se o risco de as massas exploradas virarem sua fome na direção do feijão e do arroz. Nas páginas nobres dos jornais, a Baixada quase nunca aparece. As páginas nobres e as grandes letras são reservadas aos feitos gloriosos dos grandes homens, que moram em bairros nobres, a quilômetros-luz de nossa realidade. De seus escritórios refrigerados, os grandes senhores engravatados veem a Baixada Fluminense como a senzala imensa, onde se esconde a multidão anônima da mão-de-obra rotativa e barata, indispensável à construção de suas riquezas. Riqueza hipocritamente chamada nacional, mais uma vez o patriotismo servindo de refúgio seguro dos velhacos. (Eis que merecia quatro estrelas, *A Folha* s/p., nº 439, 07-09. 1980).

Utilizando as reflexões de Veena Das e Deborah Poole (2004), se mostra necessário fazer alguns apontamentos sobre a concepção de Estado e margem. As antropólogas repensam o Estado a partir de suas práticas e políticas em suas margens sociais, sendo esses locais que o direito e recursos estatais são executados por outras formas de regulação, por consequência das necessidades de sobrevivência da população que reside nessas localidades (Das; Poole, 2004). Dessa forma, as margens além de representarem os limites territoriais, são integrantes e constitutivas do Estado, assim como o território marginalizado da Baixada Fluminense foi utilizado como suporte a capital brasileira durante a reforma Pereira Passos.

Ao apontar como as margens não são inertes, Veena Das e Deborah Poole (2004), argumentam que é na observação da vida cotidiana que se constata a reconfiguração do Estado nas margens, estas que não são somente espaços periféricos. Isso pois, em alguns casos, essas margens determinam o que está dentro e o que está fora, mas em outros contextos, podem atravessar o corpo político do Estado. Dessa forma, essas fronteiras são espaços nos quais a soberania do Estado atua com o direito sobre a vida e sobre a morte, criando situações que emanam sensações de perigo constante, porém, essas zonas de margens não são homogêneas. Mesmo que as populações residentes nessas margens, sejam consideradas no imaginário do Estado somente como grupos a serem administrados, estas não podem ser considerados como objetos inertes, pois as formas de governo, as relações sociais e os vínculos culturais geram maneiras de lidar com o Estado Biopolítico. Assim, Veena Das e Poole (2004) apresentam como

as margens são importantes para a compreensão do Estado, de modo que as concepções de soberania podem se modificar a partir da posição centro-periferia, pois as margens se movem, mesmo dentro ou fora do Estado.

Em vista desse processo, é possível perceber que existe um modelo dicotômico núcleo-periferia, entre Rio-Baixada, configurado pela ideia de que territórios ricos se contrapõem a bairros pobres (Reis, 2013). Assim, a Baixada foi estigmatizada, de forma que no imaginário social, este território é lembrado como sinônimo de pobreza e violência, se constituindo como um não-lugar. Essa homogeneização do território que envolve a Baixada é exemplificado nesta publicação feita pelo jornal *A Folha*, no dia 01 de junho de 1975:

As duas garotas olhavam pela janela do ônibus, apontavam umas coisas, riam e cochichavam. Finalmente criaram coragem:

— Moço, que lugar é esse?

— Nova Iguaçu.

Ante meu ar interrogativo, explicaram que eram da zona sul; naquele domingo resolveram fazer uma aventura: tomar o ônibus da Baixada, ir até o ponto final e voltar. Não desceriam, tinham medo. Falavam da Baixada como de ‘povo estranho’. O passeio era aventura que mais tarde contariam das coleguinhas boquiabertas. O problema eram os pais. Como ficaria a cara deles, quando soubessem que elas tiveram a coragem de atravessar a ‘fronteira’ sem guarda-costas, de pular do outro lado da paliçada para ver como nós vivemos? (Inferioridade dos outros é o espelho da minha inferioridade. *A Folha*, s/p. n°158. 01-06.1975.)

A partir desse trecho, é possível perceber que existe uma fronteira que separa a Baixada da cidade do Rio de Janeiro, de modo que, tudo que envolve a Baixada é colocada como ruim, sendo até mesmo comparado a uma “aventura”. Além disso, a Baixada Fluminense pode ser lida como localidade marginal até os dias atuais, ampliando essa marginalização também para o catolicismo, isso pois, mesmo estando vinculada à arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, a Diocese de Nova Iguaçu contrasta com a capital no que diz respeito a posição ideológica. Isso pois, desde alguns anos de sua constituição, se destacou pelo seu posicionamento mais avançado com ideias católicas, classificadas como “progressistas” ou “libertárias”, influenciadas pela Teologia da Libertação (Assis, 2008).

Desse modo, em meio a esse ambiente segregador, onde a violência e a pobreza se fazem presentes no que se imagina ser Baixada Fluminense, Assis (2008) demonstra como a Diocese de Nova Iguaçu foi importante na construção de uma organização eclesial voltada para a transformação de sua comunidade, dentro de suas atividades religiosas e sociopolíticas, além de ser porta voz de um discurso que falava da Baixada pela própria Baixada. Ainda sobre essa

divisão entre dioceses, é interessante perceber que existia uma classificação das mesmas de acordo com seu perfil, sendo colocadas como liberacionistas ou libertadoras, essas localizadas mais ao centro sul ou a esquerda do mapa representacional geográfico, estando sob orientação da Arquidiocese de do Rio de Janeiro; enquanto as dioceses que são submetidas à Arquidiocese de Niterói, ao norte e a direita do mapa são classificadas com um perfil mais conservador, conhecidas como direita católica.

Assim, localizada na região centro-sul da Regional Leste 1, a Diocese de Nova Iguaçu demonstra ser uma instituição mais progressista, principalmente com a vinda de Dom Adriano Hipólito para a mesma, sendo considerado como um idealizador e executor de uma organização eclesial que tinha objetivo de promover ações sócio-transformadoras, baseado na ideia de comunidade e de convívio dentro de suas atividades religiosas. Dessa forma, no campo sócio-político e econômico, a Diocese de Nova Iguaçu, durante sua existência, foi marcada pela configuração sócio-espacial em que estava inserida, região esta que demonstrava altos índices de pobreza e de violência (Assis, 2008).

2.2 A acumulação social da violência na Baixada Fluminense

Nesta seção, intenciona-se explorar a história da violência da Baixada Fluminense e, para isso, será utilizado como principal aporte teórico o livro “Dos Barões Ao Extermínio: Uma História Da Violência Na Baixada Fluminense”, de autoria do sociólogo José Claudio Alves (2003). Ademais, como exemplificação do sensacionalismo midiático atribuído à Baixada Fluminense, serão discutidas como a Baixada Fluminense era representada em alguns jornais de grande circulação, como O Globo, por meio de publicações acadêmicas que refletiram como a violência neste território era tratado de forma exacerbada. Em sua coluna semanal no Jornal *A Folha*, Dom Adriano expõe o que acredita explicar o alto índice de criminalidade na Baixada, principalmente a estrutura violenta que dominou a conjuntura política do local:

Repito que gostaria de ter estatísticas exatas e fidedignas para poder endossar a frase ‘Elevado índice de criminalidade’. Afirma-se isso sem provas. E daí segue a deformação da imagem de nossa Baixada. Tenho para mim, que a criminalidade da baixada é normal e inferior a normal, se consideramos outros grandes aglomerados por ex. mesmo a Guanabara. Quanto às causas da criminalidade, parece-me que serão as mesmas de outras regiões superpovoadas e urbanizadas. Pode ser que a insegurança de nosso povo cause transtornos graves que levem à instabilidade emotiva e daí ao crime. (...) Também a falta de formação (tanto no povo simples como em certas camadas cultos da sociedade) pode ser uma das causas. Também a tradição dos caciques políticos que durante longos anos dominaram a política da velha província, com suas perseguições, com sua intriga, com seus ódios, pode ser que com esse caciquismo, que ainda não morreu de todo, tenha criado para nossa área uma atmosfera perniciosa de violência. Também as tradições de violência da nossa

polícia, tradições antigas e compreensíveis, se pensarmos que muitos elementos policiais são recrutados entre pessoas mal formadas e violentas, dispostas a enfrentarem qualquer parada. (Hipólito, Dom Adriano. *A Folha pergunta ao Bispo Diocesano. A Folha*, s/p., nº 10. 13-08. 1972.)

Refletindo sobre a Baixada Fluminense, é possível analisá-la a partir do conceito de acumulação social da violência, proposto por Michel Misse (1999), sendo um processo dialético que envolve práticas e representações sociais, sendo administrada por rupturas, continuidades e metamorfoses. Para Misse, a acumulação social da violência refere-se à incorporação da violência como um elemento estrutural, que persiste em certas localidades, não sendo um fenômeno isolado, mas algo que se acumula e perpetua na sociedade, se tornando sistemática nas relações sociais e econômicas. Assim, o conceito de “acumulação social da violência” analisa a questão da violência, de forma que ela não deixe de ser uma representação social, mas que “comparece em seu triplo sentido de práticas representadas e acusadas como de violência interpessoal, de violência estatal e de coercitividade da estrutura social, podendo vir a constituir uma causalidade circular acumulativa, pelos agentes sociais e práticas que desempenham” (Misse, p. 60, 2016). Para Misse,

É como se alguns fatores sociais se alimentassem reciprocamente em algo como uma causação circular acumulativa, gerando, de um lado, acumulação de desvantagens para um segmento da população e, de outro, estratégias aquisitivas partilhadas tanto por agentes criminais quanto por agentes encarregados de reprimi-los, de um modo que ganhou diferentes graus de legitimação em importantes camadas da sociedade mais abrangente (Misse, p. 18, 2010).

Como já apresentado, dentre o período da década de 1930 até o início dos anos 1960, a Baixada Fluminense experienciou um crescimento populacional advindo de um grande fluxo migratório, a reincorporação loteadora e as consequentes transformações loteadoras. Alves (2003) reafirma que, apesar da explosão urbanizadora e de suas consequências econômicas, as condições sociais de vida dos moradores da Baixada Fluminense continuaram carentes, com precárias condições de transportes, serviços básicos reduzidos e com um quase inexistente serviço de saneamento básico, o que era utilizado no imaginário social para explicar os altos índices de violência no território.

Alba Zaluar (2002), ao se questionar se a violência é uma questão social ou institucional, começa sua reflexão afirmando que a tese altamente difundida de que a pobreza seria a explicação da criminalidade não se sustenta. Isso porque, aponta a pesquisadora, o índice de pessoas pobres que optam pela carreira criminosa é baixo e, as maiores taxas de mortes violenta foram observadas em estados mais ricos do Brasil. Ademais, Zaluar (2002) apresenta que a

violência contém uma face “inflacionária” de modo que quando a taxa de crimes alcança um teor elevado, a sensação de medo e insegurança põe em cheque a qualidade de vida da população, essa conquistada por meio do desenvolvimento econômico e pelos movimentos populares, de modo que as pessoas trancafiadas em casa deixam de se organizar socialmente, se armando para enfrentar perigos de forma individual, como se estivessem numa guerra. No dia 29 de abril de 1984, é feita uma publicação no jornal *A Folha* sobre a associação direta feita entre pobreza e violência:

Está virando moda, em certa opinião pública, defender a pobreza como causa geradora da violência que assola o país. Em linguagem indignada, editorialistas, sociólogos e até teólogos defendem os pobres desta acusação e canonizam a pobreza como um estado de vida onde reinam a humildade e a obediência. Ora, pobreza não gera violência, pobreza gera humildade e obediência! Usam-se até citações: ‘Felizes os pobres!’ Olhando quer defende isso, dá quase para concluir que a tese só pode estar errada: tem insensibilidade, prepotência e jogada no meio. (Deixa como está! Pobreza não produz violência. *A Folha*, s/p., n° 639. 29-04.1984.)

Não era somente a paisagem urbana que sofria grandes mudanças na Baixada, mas também o mundo rural, essa relacionada a vaga loteadora, tendendo a uma grande fragmentação de propriedades e reduções de áreas médias para as mesmas. Ademais, as grandes propriedades estavam sob posse de administradores e, entre as demais era ampliado a posse de arrendatários e posseiros, de forma que ao mesmo tempo que as terras da Baixada estavam mudando de donos, também estava ocorrendo a entrada de lavradores que tinham o objetivo de expandir a lavoura, durante os anos de 1950 a 1960, mesmo que sua vocação agrícola tenha fracassado (Alves, 2003).

Dessa forma, Alves (2003) apresenta que a causa dessas grandes mudanças foram os loteamentos e, diante do alto lucro produzido, surge também um novo personagem dessa história: o grileiro, este que através de documentações falsas, despejos judiciais e uso de violência policial e de jagunços, foi o principal expoente de uma grande ruptura entre lavradores e proprietários. Em vista disso, surge um movimento de resistência constituído por pequenos produtores que se autodenominaram posseiros ao final dos anos 50, momento esse que se intensificava os despejos, contando também com a participação de lideranças camponesas, principalmente as ligadas ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), tendo como principal reivindicação o usucapião e, posteriormente, a desapropriação, ligada aos debates sobre a Reforma Agrária.

Diante desse cenário de crescente conflitos, ocorrem variados casos de resistência armada por parte dos lavradores, o que transformou a Baixada em um barril de pólvora. Desse modo, esse contexto que continha a politização da luta pela terra, o aumento das mobilizações camponesas, as desapropriações e a criação da FALERJ⁴, apontam o grande processo de reincorporação urbana que o território baixadense passou. Nesse sentido, o uso da violência se ampliou, de modo que deixou de ser um *modus operandi* exclusivo dos donos do poder local à medida que as mobilizações camponesas abraçam seu uso (ALVES, 2003). Assim, a violência deixa de ser algo pontual e se torna algo presente nos demasiados confrontos locais, se tornando uma via estratégica para a obtenção de interesses, sejam eles das elites locais e também, dos demasiados movimentos sociais existentes (ALVES, 2003).

Para a compreensão desse fenômeno, se faz necessário o suporte das reflexões sobre a violência urbana de Machado (2008). Violência que é entendida como uma representação coletiva, sendo uma categoria do senso comum, que proporciona sentido as experiências vividas nos centros urbanos e que orienta de forma moral as ações que os moradores aderem, sejam de forma individual ou coletiva, que são consideradas mais convenientes a medida das situações que atuam. Desse modo, violência urbana não pode ser considerada sinônimo de crime comum e de violência geral, de forma que se constitui como uma representação que questiona o crime comum, não tendo foco no estatuto legal das práticas consideradas como ilegais, mas sim na força colocada nelas, responsável pela quebra da normalidade cotidiana. A noção de violência urbana, apesar de polissêmica, também expressa um campo semântico particular, de modo que é uma categoria construída de forma coletiva que identifica um conjunto de práticas que nas quais, a força é o motivo de coordenação. Assim, violência urbana pode ser compreendida como “ordem social”, na linguagem sociológica.

A partir desta ideia de violência urbana e de sua característica principal, que é captar e exprimir uma ordem social, Machado (2008), apresenta um padrão específico de sociabilidade, denominada como violenta. O que caracteriza esse tipo de sociabilidade é que as práticas sociais se constroem de forma unidimensional ou sem variação significativa, com o intuito de manipular ambientes que só apresenta resistência física ao controle dos agentes. Essa forma de sociabilidade se expressa onde a violência é normalizada e integrada às práticas sociais, moldando a maneira como as pessoas interagem e percebem o mundo ao seu redor. Desse modo,

⁴ A Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj) foi criada, em 1959, por meio de associações de trabalhadores em Pedra Lisa, Nova Iguaçu.

a sociabilidade violenta produz medo nos agentes que se constroem não abandonando a violência como princípio, mas a incorporando. A partir de uma notícia de uma mulher moradora da Baixada que foi vítima de violência policial, é refletido no jornal *A Folha* sobre a normalização da violência no território:

Uma mulher humilde, dotada de espantosa coragem moral, tornou-se, nos últimos dias, o símbolo da consciência jurídica e dos mais elementares sentimentos humanos contra o estado de deterioração a que chegou, entre nós, o sistema de segurança pública. Teve sua casa invadida brutalmente por oito oficiais e soldados da Polícia Militar, que lhe arrancaram um irmão, a cuja tortura e morte foi obrigada a assistir. Já incorporada à rotina da violência oficial, a cena em si, amplamente narrada pela imprensa, não causou grande impressão ao espírito anestesiado da população. Seus desdobramentos, entretanto, passaram a somar novas e mais graves agressões à sensibilidade pública, na medida em que revelaram, nas últimas horas, a inviabilidade da segurança coletiva, entregue a órgãos policiais indignos da missão. (Marli, a mulher de quatro estrelas. *A Folha*, s/p., n° 434. 03-08. 1980.)

Outro fato importante que explica o alto índice de violência na Baixada Fluminense, ainda utilizando os apontamentos de Alves (2003), foi o grande saque, ocorrido principalmente em Duque de Caxias. Tendo como seu marco o dia 5 de julho de 1962, essa revolta popular, advinda da crescente insatisfação dos moradores com a falta de alimentos, consequência de os comerciantes burlarem o tabelamento de preços dos alimentos proposto pela Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), expressada por variados saques e quebra-quebras.

Diante desses movimentos violentos que desencadearam em mortes, comerciantes reivindicaram algumas medidas de segurança, algumas delas sendo muito repressivas. Uma delas seria a convocação de voluntários para o policiamento que, em grupos formariam a Brigada de Defesa da Família Caxiense, surgindo assim uma força paramilitar constituídos por jovens advindos de famílias mais privilegiadas da cidade. Mesmo essa brigada sendo ilegal, foi legitimada pelo poder local diante da situação, de forma que esses grupos paramilitares auxiliaram os comerciantes a separar consumidores de saqueadores, marginais e ladrões. Com o golpe militar de 1964, o uso desenfreado de violência nessa classificação pelas classes dominantes passa a ser legitimado e cada vez mais intenso, de modo que a Baixada Fluminense passará por grandes mudanças em meio de seu poder local, ainda que persistam algumas práticas políticas como o coronelismo (Alves, 2003).

Além desses grupos paramilitares que surgiram para auxiliar os comerciantes, após o saque, a Polícia Militar também ganhava poder no território, ao oferecer serviços exclusivos aos mercados locais. Com o advento da ditadura militar, de acordo com o verbete online proposto pela pesquisadora Giulia Escuri (2023), a partir de 1964, a Polícia Militar se

institucionalizou, atuando de forma direta construindo o que, dez anos depois veio a se consolidar como “grupos de extermínio” (Alves apud Escuri, 2023). Ainda segundo Escuri (2023), durante os 20 anos que perdurou o regime militar, houve uma reestruturação política na qual, variadas personalidades políticas foram cassadas ao se posicionarem de forma contrária ao governo, com câmaras de vereadores e prefeituras sendo fechadas, com o objetivo de extinguir qualquer forma de oposição que viesse a se manifestar.

Dessa forma, a PM começou a operar nesse sistema de opressão promovido pelo governo militar, empreendendo a militarização da Baixada Fluminense. Em vista disso, a mídia começa a explorar a sensação de insegurança vivida pelos moradores, de modo que membros dos grupos de extermínio eram denominados pela imprensa como homens de ouro, por “limparem” o território com assassinatos desenfreados (Escuri, 2023). No dia 24 de julho de 1983, o Jornal *A Folha* apresenta a atuação de policiais que, ao se aliarem com pessoas consideradas “criminosas”, foram denominados como esquadrões da morte na Baixada Fluminense:

Os esquadrões da morte estão numa de suas evidências momentâneas. A partir do depoimento de testemunhas, a Comissão Diocesana de Justiça e Paz pôde informar as Autoridades judiciárias de nosso Estado e fazer uma denúncia pública, de repercussão nacional: bandos de policiais assassinos e outros criminosos da Baixada Fluminense estão funcionando como grupos de extermínio, 'em nome da justiça que precisa ser feita'.

Descobriram-se, algumas fontes de tantos cadáveres, em nossa Baixada. Algumas reações das sociedades: 'A polícia tem mesmo que acabar com esses vagabundos!' 'ladrão tem que morrer mesmo'. As reações são agressivamente gritadas, quase com ódio contra a Diocese: o que mostra a insegurança completa em que vivem estes bairros periféricos, abandonados e violentados. (Se ladrão tivesse que morrer. *A Folha*, s/p., ano 11, n° 598, 24-07, 1983)

No Brasil, desde a década de 1950, sempre existiu um tipo de justificativa habitual para a execução de criminosos comuns, de modo que a sua “sujeição criminal” justifica sua eliminação. Michel Misse (2010), apresenta que o conceito de sujeição criminal se constrói a partir da subjetivação de um tipo de sujeito no Brasil, nomeado como bandido, produzido pela interpretação da polícia, das leis morais e penais, de modo que a sua morte ou desaparecimento é algo desejado. Assim, para Misse, existe uma ligação social entre algumas práticas criminais e alguns tipos marcados de agentes, que são acusados pela pobreza, pela cor e por seu modo de vida. Dessa forma, pode-se constatar que a sujeição é uma ordem de criminalização dos sujeitos, estes que “carregam” o crime em seu self, não sendo um ser que comete crimes, mas que sempre virá a cometer. Sobre essa normalização do extermínio, é feita uma denúncia no jornal *A Folha*, no dia 7 de janeiro de 1973, que tinha precedentes antes da década de 80:

No contexto de assaltos cotidianos da Baixada Fluminense, já apareceram propostas de solução: ‘A ordem é matar’ ‘Devia-se matar todos os assaltantes como se mata uma cobra venenosa!’ E aí estão os jornais nas bancas, contando todos os dias as mesmas histórias que só mudam no nome dos protagonistas: assalto à mão armada, tiroteios, prisões, mortes. Que tal se a gente tentasse dar uma definição de fé cristã, neste contexto de assaltos e propostas de soluções? (A ordem não é matar: é viver. *A Folha*, s/p. n° 31. 07-01. 1973.)

Em uma reportagem publicada no Jornal *O Dia*, em 18/12/1972, na qual foi discutido sobre menores de idade que mataram um ancião na Baixada Fluminense, é argumentado que os “pivetes” poderiam estar na escola, para moldar sua personalidade, mas escolheram o mundo do crime. Em resposta, o jornal *A Folha* questiona os cristãos sobre a concepção de o ser humano nascer bom ou ruim, acrescentando a reflexão sobre a eliminação dos que são considerados “ruins”, explicado pela ideia de sujeição criminal (Misse, 2010):

O fato mais uma vez leva ao problema diante do qual o cristão se decide ou não e de nada: O ser humano nasce bom ou nasce ruim? Eis uma pergunta de catecismo mais importante diz que muito blá-blá-blá que se aprende decorado e depois não serve para nada. Eis a pergunta que é do mesmo tempo uma questão-de fé cristã. Se o ser humano nasce ruim e prova isso depois com uma conduta negativa, então vamos matar os ruins, acabar com eles, para que a vida fique mais sossegada para os bons, que somos nós. Mas a teologia da fé cristã que nós professamos com tanta facilidade conta que o homem vem ao mundo imagem e semelhança de Deus. Imagem e semelhança de Deus, o homem é coisa preciosa, cada ser humano é coisa preciosa; é a coisa mais preciosa que existe, mais preciosa que o todo teu dinheiro. (...) O ser humano é bom. Todo mundo nasce bom. Todo mundo tem vontade de viver no bem da alegria. Todo mundo tem necessidade de conviver, pois é da convivência que se colhem as maiores alegrias. Quem não presta é o mundo como nós o organizamos. Dizem que os criminosos saem das prisões piores do que antes. E uma boa figura para a prisão que é este mundo para tanta gente. mundo, a terra de Deus para todos, é transformado pelos mais espertos no cárcere esmagador da personalidade. Parece que ser cristão é crer que a coisa pode funcionar diferente. (A solução é acabar com os que nascem ruins? *A Folha*, s/p. ano 1, n° 32, 14-01, 1973)

Antes de se transformar em “grupos de extermínio”, a categoria esquadrão da morte operava dentro do contexto de acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Sua primeira aparição na imprensa fluminense foi em 20 de janeiro de 1958, no Jornal *O Globo*, porém, seu principal propagador foi o jornal *Última Hora*, sendo utilizada para problematizar a violência policial (Neto, 2021). A partir daí, a categoria aglutinou mais referentes, se difundindo para demais regiões do Brasil, colocando até mesmo em cheque a própria existência desses grupos em discussões que envolviam jornalistas, juristas e autoridades policiais, de forma que uns acreditavam que eram marginais e outros, culpavam os policiais, além de acusarem a imprensa de ser sensacionalista demais (Neto, 2021). Porém, mesmo diante dessas dúvidas sobre a verdadeira face dos grupos de extermínio, suas práticas e ações que tinham como objetivo eliminar marginais, foram se tornando algo estereotipado, de modo que a partir de suas atuações, é possível elencar algumas características de seu *modus operandi*:

- a) abandono de cadáver em local ermo ou leito de rio, geralmente nu ou apenas de shorts, sem documentos que possibilitassem a identificação, ou então encontrado enterrado em cemitério clandestino, por vezes completamente carbonizado;
- b) mãos manietadas ou com marcas nos punhos;
- c) hematomas, queimaduras e indícios de outros tipos de torturas;
- d) estrangulamento por fio ou corda, geralmente de nylon, frequentemente encontrada junto do corpo, ainda enlaçada ao pescoço;
- e) fuzilamento com armas de diversos calibres;
- f) cartaz com o desenho de uma caveira com tíbias cruzadas, as iniciais E.M. e acusações à vítima — frases do tipo ‘eu era um ladrão de carros’ ou ‘agora não roubo mais’;
- g) um ‘relações-públicas’ que ligava para os jornais e avisava sobre os próximos mortos ou onde os encontrar (Neto, p.28, 2021)

No dia 20 de janeiro de 1974, foi publicado no Jornal *A Folha*, um acontecimento que pode ser enquadrado como uma ação feita por grupos de extermínio:

Seis corpos — cinco em Belford Roxo e um em Queimados - apresentando sinais de violência e quase deformados a tiros de arma de grosso calibre, foram encontrados pela polícia ontem pela manhã, elevando para 25 o total de mortos achados nas mesmas condições desde novembro, na Baixada. Todos os cadáveres apresentavam sinais de enforcamento, levaram pelo menos um tiro na cabeça — um deles tinha cinco perfurações a bala no rosto - vestiam sunga e não tinham nenhum documento que possibilitasse a identificação. A Polícia de Nova Iguaçu está procurando ainda dois corpos vistos por populares em um matagal de bairro Jardim de Anápolis. (Cumprir o dever: atirei a minha pedra! *A Folha*, s/p. n° 75. 20-01. 1974.)

Em vista do que foi apresentado pode se concluir que, em 30 anos, a Baixada Fluminense passou por um momento que a violência se tornou uma forma de estratégia coletiva, tanto das elites locais quanto os movimentos de camponeses, assumindo dimensões mais amplas com caráter político. Essa dimensão peculiar é percebida em variados acontecimentos na região, como a explosão populacional e de loteamentos, a resistência camponesa, os conflitos por terras e os grandes saques, nos quais a violência era caracterizada por ser, por um lado, instrumento dos setores dominantes e, por outro, utilizada para superar seus problemas pelas classes mais pobres (Alves, 2003). Em especial, é perceptível que a socialização na Baixada Fluminense seja violenta, de modo que a violência é naturalizada e integrada as práticas sociais, principalmente na normalização da atuação dos grupos de extermínio, nas quais suas ações eram aplaudidas pois, estavam “limpando” o território

2.3 O discurso litúrgico do Jornal *A Folha* como um contraponto à abordagem sensacionalista da mídia

Nesta seção se intenciona debater sobre o contradiscurso no tocante à violência na Baixada Fluminense, feito pelo jornal litúrgico *A Folha*, em contraponto ao imaginário social produzido pelos maiores jornais impressos do estado do Rio de Janeiro. Pretende-se analisar como o jornal litúrgico produzido pela Diocese de Nova Iguaçu se apresenta como um produtor identitário em relação ao imaginário social produzido por jornais com grande circulação na época, que disseminavam notícias sensacionalistas sobre a Baixada no tocante à violência urbana, denominando o território muitas vezes como Baixada Sangrenta. Assim, serão apresentados os principais artigos e publicações do Jornal *A Folha*, que criticavam essa mídia sensacionalista e as manchetes exacerbadas que tinham como foco centralizar a violência urbana ocorrida na Baixada Fluminense.

A partir da situação de violência encontrada no território da Baixada Fluminense sua realidade passará a estampar os jornais impressos do Rio de Janeiro, não somente pelos casos reais de violência, mas foi criado também um imaginário social sobre essa região, pois era destacada somente essa temática, sendo sempre retratada como Baixada Sangrenta. Isso porque a partir dos anos 60, a Baixada Fluminense começa a ser destaque nos meios impressos de forma mais efetiva, com matérias apontando a crescente violência no território, principalmente com o surgimento da figura de Tenório Cavalcante, migrante nordestino que chega na Baixada Fluminense em 1926, que, por meio de suas relações familiares, foi introduzido em círculos políticos e econômicos, assimilando também a prática da violência. (Alves, 2003)

Com o mito de ter o corpo fechado, não podendo ser morto por seus adversários, Tenório Cavalcanti andava com uma capa preta e uma metralhadora que apelidou de Lurdinha, se tornando uma figura política independente e personalista, tendo sua projeção nacional aumentada devido a sua posição dentro da exploração da violência local. Tornando-se deputado estadual e federal, se mostrou um grande político emergente, caracterizado pelas suas violentas disputas, de forma que, desde sua inserção na política, a Baixada Fluminense passou então a ocupar com frequência as laudas das mídias impressas nacionais, principalmente no que diz respeito à segurança pública. (Alves, 2003)

Diante desse contexto, como estratégia de comunicação, Dom Adriano fala de forma direta aos seus fiéis, consequência da reforma proposta pelo Concílio Vaticano II, no qual foi possibilitada uma relação direta entre padres e leigos, por meio de coluna semanal dentro do

Jornal *A Folha*, no qual respondia questões sobre variados temas, inclusive sobre a violência na Baixada. Em resposta à pergunta “Por que a Baixada só aparece nos jornais do Rio com a imagem de região violenta?”, Dom Adriano em sua coluna semanal faz um comparativo entre a imagem social construída sobre o Rio de Janeiro e a Baixada Fluminense, afirmando que a impressão que se tem é que não ocorre nada além de crimes da Baixada, já que somente esta perspectiva é noticiada:

Sofremos as consequências de estarmos perto do Rio. Toda a cidade grande sofre os mesmos problemas sociais. Por curiosidade o leitor examine durante algumas semanas a crônica policial dos jornais cariocas e veja que os subúrbios da Guanabara estão mais representados no submundo do crime. Mas como os jornais trazem outras notícias do Rio de Janeiro, a criminalidade não aparece tão gritante como na Baixada. Aqui os repórteres pouco encontrem de fatos sociais, culturais, religiosos etc, que sejam também comunicados dos leitores. Fica a impressão dos crimes sem nada que a contrabalance. (...) (Hipólito. *A Folha pergunta ao bispo diocesano, A Folha*, s/p., ano 1, n°7, 23-07, 1972)

Voltando às reflexões sobre margem proposta por Veena Das e Debora Poole (2004) no capítulo anterior, é preciso lembrar que essas margens delimitam o que está dentro e o que está fora e, partindo da fala do Bispo, a Baixada sofre por ser um território próximo à cidade do Rio de Janeiro, de modo que todas as cidades sofrem de todos os problemas sociais, inclusive, a violência. Porém, aparentemente, essa marca social violenta parece ser algo intrínseco da Baixada para os grandes jornais da época, de modo que mesmo que a cidade do Rio de Janeiro também sofra com a violência urbana, a mesma não era carregada desse sentido pejorativo em reportagens dos mesmos jornais.

No dia 6 de agosto de 1972, Dom Adriano volta a refletir sobre o sensacionalismo midiático que envolvia a Baixada Fluminense, evidenciando como que, em relação a Baixada Fluminense, sempre é destacado a violência, como se fosse somente um problema existente nesse território. Nesse sentido, em vista de sua indignação, apresenta suas reclamações e ações para conter essa construção de imagem de uma Baixada Violenta, entrando em contato com jornalistas e jornais que circulavam na época:

Prefere-se o negativo, a violência, o crime, como se as Comunidades da Baixada Fluminense fossem piores do que o resto do Brasil grande. Eu mesmo já reclamei diversas vezes contra esta parcialidade que deforma a imagem de nossa região. Escrevi uma vez uma carta à redação da *Veja*, a propósito de uma reportagem unilateral sobre Nova Iguaçu e um crime que aconteceu em Morto Agudo. A revista não deu atenção. Às vezes converso com repórteres dos jornais cariocas e peço-lhes mais objetividade. Respondem que o que interessa ao grande público são as notícias sensacionais, dentro daquele princípio pouco cristão: jornalisticamente a má notícia é que é a boa notícia (...). Até quando deveremos esperar pelo diário da Baixada Fluminense, bem feito, sério, noticioso, que contribua para melhorar a imagem da região? (Hipólito, Dom

Essa indignação de Dom Adriano é justificada, pois durante a década de 70, de acordo com Enne (2008), a imagem da Baixada Fluminense passou a ser ligada de forma direta com a violência na imprensa, transformando o território em sinônimo de criminalidade, por consequência da ação dos grupos de extermínio, que “garantiam” a segurança local assassinando quem definiam como “criminosos” e, também, por utilizarem a Baixada como local de desova. Houve uma produção de um discurso, principalmente pelo jornal *O Globo* (9/08/1977), que enfatizou a “fauna criminosa da Baixada Fluminense” e também do *Jornal do Brasil*, que caracterizou esse território como local onde “a lei do gatilho é tão natural quanto à lei da gravidade”, em um editorial cujo título era “Câncer vizinho” (Alves apud Enne, 2008). Porém, ao final da década de 70, há uma mudança discursiva na mídia impressa, ao negarem a existência dos justiceiros ou esquadrão da morte, em especial pelo jornal *O Globo* (Enne, 2008).

O Jornal *A Folha* acusa os meios de informação impressos de utilizar episódios trágicos ocorridos na Baixada para trazer repercussão para os maiores jornais que circulavam na época. Nesse sentido, na edição do dia 18 de junho de 1972, é feita uma crítica à mídia sensacionalista que apresentava casos trágicos ocorridos na Baixada Fluminense como entretenimento. Nesse artigo, aponta-se como o povo marginalizado desse território é utilizado para gerar Ibope, faturando a partir da miséria vivida por esses moradores:

Mundo cão hein, amigo? A coisa é para chorar. E haja TV com força total, com um bando de energúmenos invadindo os nossos lares para disputar, palmo a palmo, o vale-tudo do Ibope. Para servir melhor apresentando o melhor? Não interessa! O que interessa é dar Ibope porque isso aumenta o preço do comercial. Se para isso é preciso compactuar com a curiosidade mórbida de um povo marginalizado da cultura, haja então o desfile daqueles que a vida estropiou, física, intelectual e às vezes também moralmente: aleijados, pisados, humilhados, criminosos, imbecis, cretinos, de cambulhada com aquilo que merece ser visto e elevado. negócio é faturar, nem que seja em cima da miséria alheia. (Editorial. *A Folha*, s/p., ano 1, n° 2, 18-06. 1972)

Ainda nesta perspectiva de crítica, o jornal *A Folha* aponta que o tipo de manchete que preenche as gazetas são as mais trágicas e impactantes. Em uma de suas publicações, reflete-se sobre o conceito de julgamento, apontando como o fato está dado dentre essas notícias e, em consequência, o agente dito “criminoso” ou como “culpado” é sempre mau, colocando em perspectiva essa dualidade entre bem x mal. Um artigo publicado no dia primeiro de abril de 1973, cuja autoria é assinada por Altamir, coloca que o processo de julgamento é produzido

pela forma que são noticiados os casos violentos na Baixada, de modo que o fato sempre está dado dentro da manchete, não tendo espaço para questionar o porquê ou a origem dos fatos:

As nossas gazetas estão fartas de manchetes assim: Monstro violenta menina, matou a mãe a facadas, matou o filho a pancada e outras tantas que levam a um só julgamento: este é um homem mau. Nada nos custa julgar este ou aquele criminoso. O fato está ali, em manchete, em denunciadoras palavras. O fato foi consumado e até que não interessa muito a origem do crime. Parece clara a situação, pois nada justificaria a ação final. Quem tem direito de matar, roubar ou cometer qualquer crime? Ninguém. Portanto, o criminoso é mau e ainda bem que temos a polícia para apurar e punir esses transgressores. (Altamir. Condenemos porque então somos bons. *A Folha*, ano 1, n° 43, 1-04, 1973)

Os autores do Jornal *A Folha* não criticam as denúncias feitas dos crimes e da alta violência, mas sim a forma que é feita. Os mesmos acreditam no papel social que deve ser feito pelos meios de informação, principalmente fomentar a consciência crítica da população. Porém, é apontado como as notícias que envolvem a Baixada são despossuídas de conteúdo crítico, produzidas somente para atingir um alto consumo, movidas pelo apelo comercial. Desse modo, em resposta a uma reportagem que evidenciava a alta criminalidade de Nova Iguaçu, publicada em *Fatos e Fotos*, revista semanal brasileira de variedades da Editora Bloch, do Rio de Janeiro, que circulou entre as décadas de 1960 e 1980 no estado, o jornal *A Folha* critica a irresponsabilidade dos meios de comunicação. Neste artigo é apontado como esse tipo de reportagem é publicada para atingir um alto consumo e compra das edições:

Claro que a denúncia se faz e tem de ser feita, mas os meios de comunicação são responsáveis pela consciência crítica do povo, apontar, portanto, é o seu papel. Mas é irritante a irreverência das notícias, despossuídas de conteúdo crítico, verídico, analítico e tudo mais. No fundo, elas são esquematizadas para atingir alto consumo e não para serem formadoras da consciência popular. O povo, alvo indefeso desse monte de nojento apelo comercial, fica entregue ao seu fatalismo, visto que nem a polícia, apresentada quase sempre como heroica defensora da justiça, consegue reduzir os crimes da Baixada. (João da Baixada não tem muito a escolher, *A Folha*, ano 1, n° 48, 06-05, 1973)

O jornal *A Folha* demonstra como as bancas de jornais, nos anos 1970, apresentavam a Baixada Fluminense como a região mais problemática do Brasil, principalmente em relação às manchetes produzidas pelo Sr. Chagas Freitas, jornalista e, governador da Guanabara entre os anos de 1971 a 1975. Assim, no dia 16 de junho de 1974, em uma publicação sobre o imaginário social da Baixada ser resumido à violência, o jornal *A Folha* afirma que, por conta de sua religiosidade, este território impressionaria até mesmo o apóstolo Paulo:

A Baixada Fluminense tem a fama de ser a região mais problemática do Brasil. A fim de provar isto, não precisa ir muito longe: basta olhar a banca de jornal e relancear as manchetes do Sr. Chagas Freitas. Crimes no atacado e no varejo,

assaltos, tragédias e desencontros fotografando o lado escuro da Baixada e a mente doentia de jornalistas caça-níqueis. A morbidez e preocupação de faturamento parece que impede de ver que a nossa Baixada é também uma das regiões mais religiosas de nossa pátria: em quase todas as ruas, você encontra centros de umbanda e templos das mais diversas denominações religiosas. Se passasse por aqui, o apóstolo Paulo teria talvez a mesma impressão que sentiu, ao entrar em Atenas (Ligou o radinho e pensa que já acordou, *A Folha*, s/p., 16-05, 1974).

A partir deste trecho, é possível perceber que era posto como um contraponto discursivo a essa ideia de território violento, o fato de a Baixada ser uma das regiões mais professas, com demasiados templos de variadas denominações religiosas, em especial os terreiros de umbanda, que vinham crescendo na época, já que não é trivial a religião ser um medidor de moralidade no Brasil.

Voltando aos apontamentos de Enne, na virada da década de 1980 é a fase que marca a relação direta entre violência e a Baixada Fluminense nos jornais nacionais, pois aumentam os artigos que afirmam que o território era um local violento, além de que as matérias sofreram mudanças, sejam no tamanho das páginas que muitas das vezes continham folhas duplas e também na construção narrativa, contendo fotos e enormes manchetes. Ao surgir a figura do “Mão Branca”, essa imagem violenta da Baixada se intensifica, personagem caracterizado como justiceiro e exterminador principalmente pelo jornal Última Hora (Enne, 2008).

Para exemplificar como a entrada para a década de 1980 marca a relação direta construída entre violência e Baixada, no dia 22 de abril de 1979, o Jornal *A Folha* publicou um artigo em resposta ao que o jornal *O Globo* anunciou no dia 03/01/1979. Nessa publicação, o venerado jornal nacional apresenta dados assustadores sobre a violência acometida em Nova Iguaçu. Como um contradiscurso, o Jornal *A Folha* evidenciou como o cidadão da Baixada Fluminense é bom, trabalhador e sofrido. Ademais, apresenta como os mesmos são vítimas da criminalidade que é advinda de um pequeno grupo da população, apontando que muitos dos homicídios vêm de fora da Baixada Fluminense:

Não deixa de ser um tremendo catabi da vida o que o venerável *O Globo* anunciou (8-1-79): ‘Os sequestros e assassinos de um juiz e de um policial estão entre os 421 homicídios cometidos no ano passado em Nova Iguaçu, contra os 251 registrados em 1977...’ Isto mesmo. 2 – Quem lê os dados, fica estupefato. 421 homicídios num ano? Que terra é esta? que povo é este? Espera, leitor amado de outras plagas.

3. Em primeiro lugar, o Povo da Baixada Fluminense é ordeiro e bom, trabalhador e sofrido. Por aqui é rara a família que nunca foi roubada, assaltada, ferida. Certo. De quem a culpa?

4. Os maus são uma pequena minoria, se comparados com a população densa de nossa área, se diluem. Mais: muitos cadáveres dos lamentáveis 42) homicídios vieram de fora.

5. O que é pior, segundo temos denunciado constantemente, muito pior do que os assassinatos e roubos é a impunidade que em regra se dá. Por motivos os mais diversos os criminosos escapam ao rigor da Lei.

6. Isto pode melhorar? Certo, certíssimo, desde que, sem suscetibilidades e sensibilidades tolas, todos nos conscientizemos de que muito mais pode ser feito para dar segurança ao nosso bom Povo. *A Folha* que convive com o extraordinário Povo da Baixada Fluminense, ainda confia nas autoridades. Alguma coisa tem de ser feita. (A Margem de dados e estatísticas. *A Folha*, s/p., ano 7, n° 363, 22-04, 1979)

A ideia de que a Baixada era um território inóspito foi criada a partir da narrativa dos principais jornais da época, como o Jornal *A Última Hora*, que no dia 13/01/82, publicou uma reportagem com o título “INFERNO”, que consistia em apresentar a viagem feita por um morador da Zona Sul (adjetivado como nobre país) para a Baixada Fluminense. A reportagem narra que, após ter “voltado vivo”, lembra como é feia e sórdida a Baixada Fluminense, sendo um local que poderia ser resumido a sua miséria. Em resposta a essa publicação, o jornal *A Folha* apresenta uma reflexão questionando qual o melhor adjetivo que definiria a Baixada Fluminense, afirmando que palavras como cemitério, lixeira, terra de ninguém funcionariam, já que a morte é algo rotineiro. Porém, a denúncia feita é que qualquer notícia ocorrida na Baixada, se fosse no Rio, seria algo chocante pois, no imaginário social, este faz parte do mundo civilizado:

Qual o qualificativo ou substantivo que melhor definiria a Baixada Fluminense? Cemitério? Lixeira? Terra de ninguém? Qualquer um deles serve e, na verdade, baixada é tudo isso ao mesmo tempo. Ali a morte é rotineira, coisa do cotidiano, como o nascer e o pôr-do-sol, como o ato de comer e dormir. Não faz muito, vi em jornal aqui do Rio uma foto que seria chocante em qualquer outra parte do mundo civilizado, mas que, na Baixada, mostrava apenas um flagrante trivial, coisa de todo dia. (Ele teve que vir a Baixada, coitadinho. *A Folha*, s/p., ano 10, n° 530, 02-05. 1982)

A partir do que foi exposto, é perceptível que o Jornal *A Folha* não negava os problemas relacionados à violência urbana presente na Baixada Fluminense. Porém, evidenciava como os jornais impressos da época que circulavam no estado do Rio de Janeiro tratavam a violência urbana ocorrida na Baixada como algo natural e particular do território, criando a repetitiva alcunha de Baixada Sangrenta. Outrossim, é importante destacar a atuação de Dom Adriano Hipólito, tanto por seus escritos e por seus pupilos que publicavam no jornal litúrgico estudado, mas também por seus questionamentos diretos a jornalistas, sobre a forma que a Baixada era retratada na mídia hegemônica. A partir de sua influência, mandava cartas aos jornais impressos

questionando o porquê de não serem mostrados outros aspectos da Baixada, além de solicitar também dados concretos sobre o que era publicado. Por fim, é importante destacar como o Jornal *A Folha* propôs ao seu leitor uma forma de aumentar autoestima e o sentimento de identidade do morador da Baixada, em relação ao seu território. Isso pois, ao exaltar características que julgava boas, como a alta religiosidade do local, o jornal litúrgico afirma como o cidadão advindo da Baixada não pode ser reduzido somente às altas taxas de violência do local.

2.4 O cidadão da Baixada Fluminense é ruim por natureza? Discussões sobre a violência policial e a sujeição criminal

Nesta seção, será debatido o discurso sobre a violência policial e a sujeição criminal presente na Baixada Fluminense, apresentado pelo jornal litúrgico *A Folha*, à luz das reflexões do sociólogo Michel Misse (2010). Nesse sentido, serão apresentados os principais artigos que envolveram o tema, enfatizando também as reflexões sobre raça e classe que estão presentes dentro dessas reflexões religiosas.

De título “Afiml encontrado o remédio da violência” em 30 de julho de 1972, foi publicado no Jornal *A Folha*, uma reportagem sobre a violência policial ocorrente na Baixada Fluminense. Nesta, é apresentada a violência policial enfrentada no território da Baixada, na cidade de Belford Roxo. É denunciado que um operário foi preso por não ter sua carteira de trabalho assinada, pois trabalhava como biscateiro, posteriormente sendo espancado e morto, após não ter crimes para confessar ao delegado responsável pela cidade:

Simplesmente porque era biscateiro. Explicou sua situação. Falou de seus cinco filhos, que estavam em casa aguardando o dinheiro que ele não conseguiria ganhar naquele dia. Falou de sua mulher, grávida do sexto filho, mais um para passar fome. Mas nada disso comoveu o ilustríssimo senhor de todas as verdades, de Belford Roxo. Conclusão: no dia seguinte, o operário foi atendido num hospital estadual, com inúmeros ferimentos e rupturas de diversos órgãos internos. E morreu. Simplesmente porque não tinha nenhum crime a confessar e o delegado de Belford Roxo queria uma confissão completa. Será que está faltando guaraná Brahma nos bares de Belford Roxo? (Afiml encontrado o remédio da violência. *A Folha*, s/p. ano 1, n° 8, 30-07, 1972).

Em sua coluna semanal, “*A Folha* pergunta ao bispo”, refletindo como os moradores da Baixada são estereotipados como pessoas ruins, Dom Adriano Hipólito responde à seguinte

questão: “O Sr acha que a grande incidência de criminalidade na Baixada Fluminense é decorrente da ruindade do povo?”:

O contacto com as camadas mais humildes de nossa gente, no Nordeste como aqui na Baixada, me demonstra claramente que nosso povo é bom, ordeiro, pacífico. Nosso povo é um povo criança com todas as qualidades e defeitos da criança. Sobre tudo com a simpatia irradiante das crianças. Melhor do que eu pode testemunhar a favor de nosso povo, inclusive da Baixada, os muitos estrangeiros que aqui vivem ou nos visitam. Quanto a dizer-se que há na Baixada ‘grande incidência de criminalidade’, eu gostaria de ver estatísticas exatas. (...) Nossa região, que pertence ao Estado do Rio, sofre ainda as consequências da vizinhança do Rio de Janeiro. Qualquer repressão policial na Guanabara traz espíritos para a Baixada os marginais que infestam o Rio. Infelizmente nossa polícia deixa muito a desejar. Recrutamento mal feito, formação deficiente, equipamento falho. Sobre isto tenho inclusive testemunhos de autoridades responsáveis. A criminalidade decorre menos da maldade do povo do que de um aparelho policial desqualificado. Também seria urgente a revisão de todo o direito penal brasileiro que é reconhecidamente obsoleto e emperrado. (Hipólito. *A Folha* pergunta ao bispo. *A Folha*, s/p. ano 1, nº11, 20-08,1972)

Como o Bispo estava em contato com as camadas mais pobres e humildes desse território, percebeu como seus fiéis são bons, algo que sempre afirma quando questionado sobre a Baixada ser um território violento. Como o discurso majoritário relacionava a “ruindade do povo” com altas taxas de violência, dom Adriano questiona se a criminalidade não é algo que se ocorre em quase todas as aglomerações urbanas do mundo, além de a Baixada sofrer por ser um território que margeia a cidade do Rio de Janeiro. Ademais, é interessante perceber que Dom Adriano denunciava como qualquer repressão policial ocorrida na então metrópole expulsava os considerados “marginais” para a Baixada, pensamento que até hoje permeia o imaginário social da Baixada, mais recentemente em relação à criação das UPPs.

Dentro da coluna “Mundo – Cão”, o Jornal *A Folha* publicou uma reflexão criticando a Lei da vadiagem⁵, ainda em vigor naquela época. Nesta, foi exposta a falta de assistência documental na Baixada Fluminense, o que impedia os moradores de acessarem seus direitos básicos como o documento de identidade e, em consequência, ter sua carteira de trabalho assinada, o que foi o motivo de um morador de Belford Roxo de ser assassinado, conforme apontado acima. Dessa forma, é denunciado o encarceramento em massa ocorrido no estado do Rio de Janeiro, atingindo principalmente pessoas em condições socioeconômicas baixa. A prática do encarceramento em massa é estimulada pelo prestígio social atribuído a policiais que

⁵ A Punição por “Vadiagem” foi revogada pelo Projeto de Lei 4668/04, de autoria do ex-deputado e ex ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em 2009.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

mais apreendiam, além de uma formação colonial e racista desses profissionais que permeiam gerações:

Numa cidade em que cada vez é mais difícil tirar um documento de identidade e onde o subemprego leva muita gente a não ter sua carteira de trabalho assinada, a prisão por vadiagem - Art. 59 do Código de Processo Penal — conta o maior número de pontos (cinco) na estatística da folha funcional de um policial e se constitui no trabalho mais fácil de ser executado.

Essa distorção do aparelho policial é responsável por um dado lamentável: em cada mês são presas cerca de 15 mil pessoas, na maioria humildes, que superlotam as prisões do Rio. Estimulados pelos pontos que acrescentarão nas estatísticas pessoais, que melhorarão seu prestígio profissional, os 8 mil policiais civis cariocas têm sempre uma preocupação: cada vez prender mais. (Preocupação do policial é prender cada vez mais para ganhar pontos. *A Folha*, s/p. ano 1, n/16, 24-09, 1972)

Dom Adriano retoma o problema da polícia violenta na Baixada, pois nem mesmo quantitativamente como qualitativamente, a atuação policial vinha suprindo as necessidades do território, em consequência de sua má recrutação, salários baixos e falta de equipamentos. Nesse sentido, Dom Adriano, em sua coluna semanal de pergunta e repostas, responde à seguinte pergunta: “em dias do mês passado aconteceram dois linchamentos no município de nova Iguaçu: o povo fazendo justiça com as próprias mãos. O que acha o sr?” O bispo questiona o porquê de não se fazer uma limpeza na instituição policial, para que casos de corrupção em cargos de chefia policial sejam diminuídos, de modo que:

Devemos reconhecer que apesar do esforço de homens capazes e bem intencionados- cito aqui Lula Gonzaga de Limo, delegado regional de Nova Iguaçu, a polícia entre nós, tanto no Estado do Rio como na Guanabara, continua sendo um problema muito sério. Nem quantitativamente nem muito menos qualitativamente, os contingentes de polícia militar ou civil satisfazem as necessidades de nossa população. São poucos. Mal recrutados. Mal remunerados. mal aparelhados. Por que o governo federal, que no momento detém praticamente todo poder na mão, não enfrenta este aspecto da vida social? Por que não procura limpar as áreas da polícia, para que não se repitam os casos que a imprensa constantemente denuncia de policiais corruptos em postos de chefia, homens que pela sua marginalização moral não perdem para os marginais que dizem perseguir? (Mais linchamentos na Baixada. *A Folha*, s/p. ano 1, n°41, 18-03, 1973)

Dom Adriano volta a analisar o problema do policiamento e encarceramento na Baixada Fluminense, apontando como a formação primária dos policiais da Baixada fomenta essa brutalidade normalizada. Como Bispo, propõe que existam políticas de saneamento da polícia, frente a tantos casos de corrupção, de violência, de morte, de estupro, tortura e de chantagem. Sobre a brutalidade no tratamento de presos na Baixada, Dom Adriano responde à pergunta “A propósito de uma pobre moça que foi presa injustamente pela polícia de Nova Iguaçu e cadeia ficou à mercê de duas criminosas que a maltrataram, inclusive sexualmente, com a tolerância

da polícia, o governo estadual reagiu com severidade: suspendeu todos os policiais que durante os acontecimentos estavam de plantão. O sr. vê nisto uma esperança de melhora?”. Ele afirmou que:

A brutalidade no tratamento de presos - culpados ou inocentes, políticos ou comuns, legalmente ou ilegalmente encarcerados tem sido uma constante nas cadeias da Baixada e noutras áreas do país.

Os fatos repetem-se com lamentável frequência. O primarismo de tantos policiais, nas duas polícias, oferece a matéria prima para toda espécie de violência e de desacato à pessoa humana. (Hipólito. Maltrataram uma pobre moça? *A Folha*, s/p., ano 2, n°64. 26-08, 1973)

No dia 26 de setembro de 1976, o Jornal *a Folha* publicou sobre a Chacina ocorrida no jardim Metrópole, em São João de Meriti, na qual cinco corpos foram encontrados com marcas de tortura e fuzilamento. Um dos mortos era Jorge Luís Chagas, nascido e criado na Baixada Fluminense. Viveu sua vida em situação de rua, foi preso e, aos 17 anos, foi mais um vitimado de uma das variadas chacinas que ocorrem na Baixada. É interessante o debate racial que o jornal *a Folha* levanta em relação a esse episódio, pois apresenta que Jorge Luís Chagas devia ser magro de fome, não tendo necessariamente uma cor de pele, pois neste estado de miserabilidade todos são “pretos”. Dessa forma, é perceptível como a interseccionalidade é acionada nesse território, de modo que Jorge Luís:

Nasceu, cresceu, matou e foi morto na Baixada Fluminense. Nasceu na miséria, cresceu na rua, onde foi educado para ser bandido, tirou o diploma de bandido nas prisões, resistiu à violência com violência. Viveu como um cão e morreu como um verme. E não terá sequer o consolo póstumo de um destino examinado em sua singularidade. Era um a mais, entre os chacinados da Baixada Fluminense, e não era nada além disso. Chamava-se Jorge Luís Chagas e tinha 17 anos, nada mais do que isso (JB, 2.6.76). (Pro Dr. Baixada da Silva, lixo tem seu lugar. *A Folha*, s/p., ano 4, n° 228, 26-09, 1976).

Nesse sentido, é preciso apontar as desigualdades de tratamento na segurança pública, de modo que determinadas características dos indivíduos demarcam o grau de violência da operação policial, como são conduzidas as investigações, a defesa dos acusados, o processo de julgamento e as penas (Sinhoretto e Moraes, 2018).

No dia 23 de janeiro de 1977, o Jornal *a Folha* fez uma publicação que denunciava os demasiados acontecimentos violentos ocorridos na Baixada, principalmente em relação a violência policial. Nesse artigo é destacado o evento ocorrido em outubro de 1977, em Morro Agudo, no qual 105 policiais entraram a procura de “criminosos” de forma violenta. Uma das moradoras do local, assustada com tamanha brutalidade, questiona se de fato isso seria uma forma de proteção, de modo que:

Em outubro, 105 policiais de Nova Iguaçu e do Norte Fluminense vasculharam Morro Agudo à procura de Antônio Dias e de sua quadrilha. Os criminosos procurados não estavam no Morro ou conseguiram escapar, mas a violência das buscas foi tal que a dona de uma casa da Avenida Maracanã, destruída pelas rajadas de metralhadora dos policiais, comentou: ‘Se isto é proteção, prefiro o amparo dos marginais’ (A mangueira adoeceu e começou a produzir frutas venenosa. *A Folha*, s/p. ano 5, nº 245, 23-01,1977)

Em vista dessa brutalidade da polícia no território da Baixada, é importante demonstrar como os espaços são demarcados e direcionados de forma racializada, em lugares destinados a pessoas não brancas, é naturalizado que as condições de existência sejam as mais precárias, principalmente no tocante à presença policial. Esta não tem a intenção de proteger, mas sim de aterrorizar:

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc, até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos ‘habitacionais’ (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...) No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão. (Gonzales, 1984, p. 232).

Ao final do artigo, o Jornal *A Folha* caracteriza os fatos apresentados como festival macabro, argumentando que as crueldades nazistas apresentadas pelos livros de história devem se igualar ao que se passa na Baixada Fluminense. Assim, colocando os moradores da Baixada como um povo cristão, aponta que a comunidade vai se acostumando “com as piores manifestações do fascismo”, sendo algo normalizado.

Dom Adriano, em uma publicação cujo nome “O teu irmão”, se questiona quantos crimes ficam impunes se crimes contra o evangelho também fossem penalizados. Seguindo em suas reflexões, recorda alguns crimes cruéis cometidos na Baixada, como o esquartejador de Duque de Caxias e também, episódio no qual alguns policiais eliminaram no Vale do Ipê pessoas consideradas indefesas, que posteriormente foram punidos. Dessa forma, segue um raciocínio cristão, se perguntando quantos crimes ocorrem impunemente, em especial os que violam o evangelho, estes que não são punidos pela polícia:

Há crimes de morte cruéis, bárbaros, como o do esquartejador preso em Duque de Caxias no mês de outubro; como o daqueles policiais que eliminaram no

Vale do Ipê uns rapazes indefesos. A lei puniu-os todos. Mas quantos crimes impunes acontecem por toda a parte. E quantas violações do mandamento da fraternidade que não são crime do ponto de vista jurídico, mas pecado grave contra o evangelho, cometidos sem remorso nem arrependimento, uma vez que a Polícia não pega. Para muita gente o mal não está em cometer o crime e sim em ser pegado ou denunciado. Basta ler os jornais e abrir os olhos, para vermos o que se peca contra o irmão. A Campanha da Fraternidade tenta durante as semanas da Quaresma acordar a nossa fé adormecida. Vivemos uma vida meio drogada, sem espírito crítico, sem revisão pessoal, como se tudo o que está aí devesse ser assim, fosse expressão da vontade de Deus. (Hipólito. Teu Irmão, *A Folha*, s/p., n° 250, 27-02,1977)

A partir de todas essas reflexões sobre os artigos selecionados do jornal litúrgico *A Folha*, pode se fazer alguns apontamentos. Primeiramente, é denunciado pelos autores como a polícia na Baixada Fluminense é formada por meios arcaicos, classistas e racistas. Em consequência, moradores deste território não se sentem protegidos, em vista de ações brutais da instituição. É destacado as execuções sumárias de jovens na Baixada Fluminense, principalmente de homens negros. Dessa forma, os autores do boletim da Diocese de Nova Iguaçu intercedem por uma reforma policial, além de levar a problemática para a Comissão de Justiça e paz, acreditando assim que esse problema poderia ser sanado.

3. O EVANGELHO COMO CAMINHO DE CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA: REFLEXÕES DIOCESANAS SOBRE A VIOLÊNCIA URBANA

Neste capítulo visa-se apresentar as explicações diocesanas sobre os desafios enfrentados pela população da Baixada em relação à violência urbana. Dessa forma, serão destacados os artigos que explicavam os altos índices de violência urbana na Baixada Fluminense; expor a metodologia utilizada pelo Jornal *A Folha* ao apresentar histórias de vidas particulares como uma forma de aproximar a realidade social ao leitor, o que poderia produzir um sentimento de identidade; refletir sobre a parceria entre o Jornal *A Folha* com a Campanha da Fraternidade de 1983, que tinha como tema “Fraternidade e Violência”, evidenciando que a mesma inflamou as publicações sobre a violência no jornal litúrgico neste ano em específico, contribuindo também para discussões em relação ao problema da violência local nas Assembleias Diocesanas e, por fim, demonstrar como o jornal *A Folha* era recebido pelos seus leitores, refletindo como essas publicações político-religiosas da Diocese de Nova Iguaçu eram utilizadas pela comunidade local e também em âmbito nacional.

3.1 Sensação de insegurança na Baixada Fluminense: explicações diocesanas

Neste item, visa-se apresentar as principais explicações diocesanas sobre a violência urbana na Baixada Fluminense. Nesse sentido, serão explorados os discursos sobre o sentimento de insegurança vivido pelos moradores desses territórios e membros da Diocese de Nova Iguaçu. Em especial os apontamentos de Dom Adriano Hipólito, sobre o que entendia ser as causas de tamanha falta de segurança neste território.

Como apresentado no primeiro capítulo, com a ascensão dos loteamentos, a Baixada passou por um processo de imigração no qual, os serviços de saneamento não acompanharam tamanho crescimento populacional. Nesse sentido, com autoria de P. Geurts, no dia 11 de junho de 1972, o Jornal *A Folha* publicou um artigo que tratava sobre o problema da insegurança vivida pela Baixada Fluminense, com o título “Insegurança – círculo vicioso?”. Nesse artigo, o autor apresenta que um dos problemas a serem enfrentados frente a esse crescimento populacional acelerado é o sentimento de insegurança relacionado aumento da violência, em vista do que se ocorreu em relação aos grileiros e aos posseiros. Assim, P. Geurts, argumenta

que é preciso analisar as causas desse sentimento de insegurança e, principalmente as motivações que movem as pessoas a aderirem à violência, apontada pelo autor ser principalmente a busca pela sobrevivência nesse território que se encontrava marginalizado:

E no trabalho, qual a segurança dos trabalhadores? Na saúde? No lazer? A partir desta realidade total dá para compreender mais ou menos porque a nossa Baixada Fluminense é uma área essencialmente insegura. Numa região composta de que veio de fora e que aqui veio buscar a sobrevivência encontram-se muitos elementos, marginais e marginalizados que, às vezes por mero instinto de sobrevivência, partem para a vida de violência e contra violência. Valeria a pena analisar todas as causas desta situação. Ajudaria para chegarmos às pistas mais objetivas para os remédios verdadeiros. Recomendamos aos nossos leitores este trabalho indispensável, ao menos se eles estão interessados que haja para nós todos uma vida menos insegura. (P. Geurts. Insegurança-círculo vicioso?. *A Folha*, s/p., ano 1, nº 1, 11-06, 1972)

P. Geurts, após duas edições do Jornal *A Folha*, volta as suas discussões sobre a sensação de insegurança na Baixada Fluminense. Partindo de uma discussão mais filosófica, acredita que o estudo da Bíblia e dos Evangelhos fornecerá uma explicação sobre a sensação de insegurança. Dessa forma, acredita que o cristianismo, proposto por Jesus Cristo, adentrou nosso mundo (pode ser entendido como território da Baixada), para quebrar esse sentimento de insegurança presente nesse território.

Para libertar o nosso mundo, o mundo da nossa baixada, é preciso que caiam as causas dessa insegurança geral: egoísmo, sectarismo, privilégio, discriminação, solidão. A segurança, ao contrário, é fruto da união, corresponsabilidade, solidariedade, colaboração, amor. Você não descobriu ainda que o desafio do cristianismo está precisamente aqui? Veja a Bíblia e principalmente os Evangelhos que você não descobrirá outra coisa. O cristianismo aquele de Jesus Cristo, parece que apareceu em nosso mundo para quebrar o círculo vicioso da insegurança. (P. Geurts. Insegurança na Baixada é um círculo vicioso, *A Folha*, s/p. ano 1, nº3, 25-06, 1972)

Desse modo, para o P. Geurts, o egoísmo, sectarismo, privilégio e a solidão são motivadores desse sentimento de insegurança geral. Nesse sentido, acredita que o cristianismo tem um desafio dentro desse debate, pois a segurança, para o autor, seria fruto de alguns dos princípios cristãos, sendo eles a união, solidariedade e o amor.

Dom Adriano, em uma edição do Jornal *A Folha* de 01 de agosto de 1976, reflete sobre o binômio segurança x desenvolvimento. Em resposta a questão: “Em muitas declarações oficiais, se tem louvado muito o binômio segurança e desenvolvimento. De outro lado tem-se a impressão de que nunca sentimos tanta insegurança como agora. Qual a sua opinião a esse respeito?”, afirma que os conceitos de segurança e desenvolvimento não podem ser colocados como valores supremos. Assim, Dom Adriano demonstra que o conceito de liberdade deve estar acima do desenvolvimento e acredita também que o sentimento de confiança deva estar acima

do conceito de segurança. Assim, desse modo, para se atingir a confiança, esta não se conquista por meio da violência, afirma o Bispo, mas é necessário que as autoridades públicas apresentem o mínimo de credibilidade, autenticidade e coragem cívica em suas atuações. Dessa forma, Dom Adriano expõe que, em processos que certas ideologias, como o nazismo e o fascismo, assumem posições absolutas o poder político, o conceito de segurança “incha”, ou seja, ganha uma prioridade máxima. Como estava em voga o regime militar, é possível entender que Dom Adriano se referia a Doutrina de Segurança Nacional, estratégia de manutenção da estrutura repressiva da ditadura militar, de modo que, nas palavras do bispo:

Muitas vezes o conceito de segurança incha — processo patológico portanto - que deforma irreparavelmente os valores fundamentais. Isso acontece todas as vezes que uma ideologia assume, de modo absoluto, o poder político. As ideologias têm isto de comum e de muito seu: absolutizam o relativo, mitizam os valores menores, tentam substituir com dogmas próprios, com disciplina própria, com ritual próprio a religião e todas as formas religiosas, fanatizam, radicalizam e acabam tiranizando o homem. Foi assim no nazismo/fascismo. (Hipólito. Valores sociais secundários – desenvolvimento e liberdade – segurança e confiança – inchação ideológica – exemplos recentes – paz social, progresso: a que preço? *A Folha*, s/p. ano 4, n° 220, 01-08, 1976)

Ainda sobre o debate sobre as causas da insegurança social, Dom Adriano remete as cartas dos leitores do Jornal *A Folha*, apresentando que os mesmos perguntam a quem recorrer sobre as experiências vividas na Baixada. Para os leitores, as autoridades públicas falham e se omitem. Para Dom Adriano, uma boa forma de contornar essa situação seria a reformulação do sistema educacional, pois a criança desde os primórdios é envolta pela irresponsabilidade. Ao responder à pergunta: “Continuando o assunto anterior, o sr. não poderia apresentar algumas causas da insegurança social em que vivemos? É claro que a situação do mundo, dividido entre duas ideologias inimigas, contribui por sua parte para a insegurança em que vivemos no Brasil?”, Dom Adriano retorna a sua reflexão sobre confiança, feita na edição do dia 01-08-1976, entendendo que uma das causas do sentimento da insegurança é justamente a desonestidade, de forma que a impressão é que ninguém mais acredita em ninguém:

Tocamos assim numa das causas da insegurança em que vivemos: a omissão, a incapacidade, por vezes também a desonestidade de muitas autoridades e de muitos serviços públicos. A impressão geral é a seguinte: ninguém acredita em ninguém, ninguém espera em ninguém. São promessas não cumpridas ou mal cumpridas. (Hipólito. Causas da insegurança em nosso contexto social, *A Folha*, s/p. ano 4, n° 221, 08-08, 1976)

Seguindo sobre as causas da insegurança vivida na Baixada Fluminense, Dom Adriano em sua coluna semanal responde à pergunta “o Sr carrega nas causas de insegurança que pertencem (na sua opinião) ao poder público. E as instituições particulares não terão também sua responsabilidade?” Em sua resposta, ao refletir sobre a responsabilidade dos setores

públicos e privados em relação à insegurança social, Dom Adriano afirma como a Igreja também tem responsabilidades sobre os problemas sociais, mas para isso é preciso que a missão profética da mesma deve começar pelo seu interior, sendo renovada para que atue frente a insegurança social, dizendo que:

Certo, as instituições particulares também contribuem para a insegurança social. Confesso que mesmo a nossa Igreja não está isenta de responsabilidade, como espero explicar mais detalhadamente noutra ocasião. Tenho dito frequentemente que a missão profética da Igreja começa por casa. Não podemos denunciar as falhas e deformações sociais, sem um sincero exame de consciência sem um esforço corajoso de renovação interior. Mais tarde trataremos da contribuição da Igreja para a insegurança social. (Hipólito. Causas da insegurança em nosso contexto social, *A Folha*, s/p., ano 4, n° 224, 29-08, 1976)

Sobre a renovação da Igreja, o bispo afirma que, com o Concílio Vaticano II em conjunto com as crises do mundo moderno, houve a possibilidade de se fazer uma reflexão mais profunda sobre o mistério de Cristo e da Igreja. Nesse sentido, Dom Adriano afirma que, a partir dessas resoluções, a Igreja pode exercer seu papel nessa problemática da insegurança, compreendendo-a em dois sentidos: o hierárquico/clero e o laicato, além citar as estruturas visíveis da igreja, sendo meios de se exprimir e atuar. Dessa forma, acredita que a Igreja contribui em parte também com o sentimento de insegurança social, quando apresenta sua reforma litúrgica, esta que parecia inabalável e absoluta. Porém, não nega que reformas sejam importantes, para que a Igreja cumpra seu papel na sociedade:

E aqui entra o meu pensamento: a Igreja contribuiu/contribui também com sua parte para a insegurança social. Pensemos, por exemplo, na reforma litúrgica. Lutando para encontrar novas formas de expressão, como é seu direito e dever, sofrendo para descobrir a fórmula exata que, conservando o valor definitivo, achasse a expressão mais compreensível, a Igreja fez desmoronar muita coisa que parecia inabalável, absoluta. Até aí podemos compreender a posição da Igreja.

Lamentavelmente houve também aqueles que se deixaram contagiar pela insegurança total do homem moderno e entraram a duvidar e questionar todos os aspectos da Igreja, inclusive os que têm uma ligação íntima com a revelação divina. O profetismo da Igreja supõe e exige uma plena solidez da fé. (Hipólito. Causas da Insegurança, *A Folha*, s/p. ano 4, n° 231, 17-10, 1976)

Dom Adriano aponta que que, como a vida na Baixada é de grande sofrimento, aparentemente o sofrimento de sua igreja e de seus bispos, também deva ser grande. O bispo afirma que, quando se decide pelo Evangelho, os cristãos dão um passo em direção a perseguição e a morte. Para o bispo, na Baixada, vive um povo que sofre pelo crescimento caótico do território, no qual ainda não tinham se formado comunidades estáveis, o que tornou

a vida dotada de insegurança. Desta forma, reafirma o papel da Igreja Católica, para mudar esse cenário:

Aqui (Baixada Fluminense) o sofrimento do povo é maior, parece que por isso também deve ser maior o sofrimento de Igreja, do bispo e dos cristãos engajados. Todos nós que decidimos pela grande causa de Jesus Cristo temos de compreender que a decisão pelo Evangelho é um terrível passo na direção da cruz, da pobreza, do despojamento, da perseguição e da morte. Na Baixada Fluminense vive um Povo abandonado, marcado de todo o tipo de sofrimento faltam comunidades para acolherem os milhares de irmãos que, tocados pelas secas, pelo descalabro da agricultura, mas também pela esperança de dias melhores, deixam suas terras, seus campos, seus trabalhos agrícolas e migram para a Baixada Fluminense. Aqui, diante de um crescimento caótico que, como já lembrei noutros momentos, é mais inchação do que crescimento, ainda não se formaram comunidades estáveis e organizadas. Toda a vida social está marcada de incerteza e de insegurança Apesar de nossa boa vontade e de nosso esforço pastorais, ainda é pouco o que a nossa diocese tem feito para apressar a formação de comunidades. Assim mesmo estou certo de que nenhuma outra instituição pode fazer esse trabalho com mais profundidade e com mais amplitude do que a Igreja Católica. Faltando comunidade de acolhimento, mais dolorosa se torna a situação dos migrantes. São partidas e rachadas. (Queriam atingir a igreja, *A Folha*, s/p. ano 8, nº 41, 29-03, 1980)

Em outra edição, Dom Adriano segue refletindo sobre as motivações que fizeram com que a Baixada fosse considerada uma terra arrasada. O bispo cita a impunidade dos criminosos, o caciquismo presente na estrutura política e econômica, e, ademais, cita novamente o crescimento desenfreado. Também afirma que, ao dar uma solução cristã para esses problemas, instiga uma hostilidade para a Diocese de Nova Iguaçu e seus fiéis, visto o regime militar que estava sendo enfrentado no país.⁶

A situação concreta da Baixada, com seus problemas tremendos, com o abandono quase total do Povo, com guias violências constantes, com a impunidade dos criminosos, com o caciquismo de certas elites econômicas e políticas, com a inchação caótica da população vinda de fora na grande maioria, isto de um lado; e do outro lado o nosso esforço de dar uma resposta de Fé cristã encarnada a esses tremendos desafios — eis o que me parece ser a causa principal da hostilidade e do ódio. Há também a situação especial que se criou no Brasil, nos últimos anos, com a segurança do regime político reduzindo a frangalhos a segurança social, das comunidades, das instituições, do Povo. Quantas violações dos direitos humanos temos de presenciar em toda a parte. (Hipólito, Dom Adriano. Participação no sofrimento do irmão. *A Folha*, s/p. ano 8, nº 414, 23-03, 1980.)

No dia 19 de julho de 1981, o Jornal a Folha fez uma publicação elencando alguns ocorridos que exemplificam a violência urbana na Baixada. Primeiramente cita o fato de que, na virada de noite de 30 para 31 de janeiro de 1981, dois rapazes foram assassinados por dois homens encapuzados no bairro de Roseiral. Outro fato, em 20 de fevereiro, deste mesmo ano, um corpo foi encontrado no vale das Mangueiras, após moradores ouvirem tiros. Neste mesmo

⁶ O Bispo Dom Adriano Hipólito se referia à explosão ocorrida na Diocese de Nova Iguaçu.

local, já haviam sido encontrados outros corpos, como informou o *Jornal do Brasil*. Durante o mês de fevereiro, ainda foram encontrados dois corpos na ponte do Amapá, repetindo-se o fato no mês de março. A partir desses episódios tristes, é apresentado como a Paróquia de Nova Iguaçu tem se preocupado com o problema da extrema violência. Em uma de suas publicações, o jornal a Folha cita a atuação da Comissão de Justiça e Paz:

Desde o ano passado, o problema da extrema VIOLÊNCIA tem preocupado a nossa paróquia. Preocupação aumentada pelas inúmeras mortes acontecidas nesta nossa área de Lote XV. O gravíssimo problema foi levado para as reuniões mensais dos agentes de pastoral das três paróquias de nossa Região: Santa Marias Jardim Gláucia e Lote XV. Não sabemos o que fazer. Como reagir? Uma tais medidas sugeridas foi levar os fatos e nossa preocupação à Comissão de Justiça e Paz. (Caíam às soltas da Baixada Fluminense. *A Folha*, s/p., ano 9, n° 487, 19-07, 1981)

Como medidas de sanar o problema da violência, a Paróquia de Nova Iguaçu, a partir do registro desses episódios violentos, levou os acontecimentos a outras instâncias que tem melhores condições de denunciar, além de ter inserido o assunto em um círculo bíblico durante a Campanha da Fraternidade. Mesmo com o medo da comunidade em falar sobre esse assunto, o autor desse artigo afirmou que padres e bispos não devem ceder a esse medo e deixar a violência como está.

Ao fazer um balanço sobre os altos índices de violência no Brasil, o jornal *A Folha* critica a ideia que para acabar com a violência, seja preciso somente erradicá-la. Isso pois é preciso apaziguar também a injustiça social primeiramente, já que esta custa muito mais ao país. Para o editorial, é alimentado no Brasil uma ilusão de que é preciso somente acabar com a violência repressiva, mas as consequências de manter uma sociedade assimétrica, se configura também como violência. Desse modo, é perguntado o porquê de não se buscar as razões reais desses formadores de conflitos, que estão se multiplicando:

Em conclusão, o exame das formas causas sociais da violência parecem confirmar uma hipótese que preocupa todos os que estão perplexos e angustiados ante a escalada da violência: hoje, não erradicação da injustiça social custa muito mais ao Brasil do que custaria sua erradicação. Em termos de violência, é imenso o preço humano e social que pagamos por essa não erradicação. Isso devido à situação de injustiça estrutural de uma sociedade profundamente assimétrica, desproporcional, composta é uma rica minoria afluyente e de uma maioria carente. Alimenta-se, entretanto, a ilusão de que, . . . simplesmente, acabar com a criminalidade mediante a violência repressiva significa acabar com a própria violência. (Exame de consciência, em vez de ufanismos furados. *A Folha*, s/p. ano 11, n°578, 13-03, 1983)

Na edição de 13 de março de 1983, o Jornal a Folha abre suas páginas refletindo sobre a convicção generalizada sobre a cordialidade do povo brasileiro. Porém, o autor dessa

publicação contrapõe essa convicção relembando episódios sombrios da nossa história, como o extermínio em Palmares, a Guerra do Paraguai, Canudos e a Ditadura Militar. Nesse sentido, em qualquer sinal de violência, frente a essa ideia de cordialidade do brasileiro, o instinto é buscar o “agente perturbador”. Assim, a responsabilidade sempre é repassada ao agente disruptivo, sem questionar as estruturas sociais que o levaram a tal ato, de forma que:

Toda repressão se sente justificada e coonestada como ato de benemerência patriótica, mesmo quando praticada pelos diversos comandos e tipos de esquadrão da morte. Estariam agindo no sentido de garantir a eficácia no combate aos mercenários do crime. Ninguém se interroga sobre a origem desses mercenários. Ninguém se lembra que, também eles, contrariamente a essa interpretação, fazem parte do povo brasileiro. (Brasileiro é tão bonzinho. *A Folha*, s/p., ano 11, n° 578, 13-03, 1983)

É importante se atentar que o autor aponta a problemática que envolve os esquadrões da morte, pois os mesmos não são investigados, principalmente pela ideia de que o grupo agia para promover o bem para com a sociedade, ao “limparem” a Baixada, assassinando que julgavam serem criminosos. Dessa forma, questiona o porquê de ninguém se perguntar quais as causas que levam as pessoas a adentrarem no mundo do crime, somente em exterminar os que são adjetivados como criminosos. Não são buscadas as causas que poderiam ter tornando essas pessoas violentas, entendendo que uma sociedade injusta é produtora de criminalidade:

Ninguém se pergunta sobre as causas que os levaram a entrar na criminalidade. Pretende-se apenas reprimir os efeitos, eliminando os criminosos. Não se procura ir às causas que tornaram violentos esses brasileiros, que deveriam naturalmente ser bons e cordiais.

É verdade: uma sociedade marcada pela injustiça social é geradora de criminosos. Uma sociedade em que a minoria se pode permitir uma noitada apazível, onde se pagam preços que o pobre só consegue obter com meses de trabalho, é realmente uma sociedade geradora de criminosos. Uma sociedade onde é difícil encontrar emprego, principalmente para os jovens apenas ingressados na força de trabalho, ou que oferece aqueles que conseguem emprego um salário ínfimo, muitas vezes sonegado, é uma sociedade geradora de criminosos. (Brasileiro é tão bonzinho. *A Folha*, s/p., ano 11, n° 578, 13-03, 1983)

Partindo da fé, o autor do artigo “Pecado é coisa ultrapassada, falava o cego”, tenta buscar critérios cristãos que possam formar um rumo para entender a natureza da violência e as suas causas. Ao debater principalmente sobre o pecado pessoal, afirma que o mesmo pode ser considerado a repulsa a vida humana, o que poderia explicar, a partir de uma visão cristã, atos violentos:

O PECADO PESSOAL — Todas as formas de violência têm sua fonte profunda na ânsia imoderada do ter, do poder e do prazer. A esse tríplice ânsia se reduzem todas as tentações, diante das quais tantas vezes a pessoa sucumbe pelo pecado. Uma simples reflexão sobre as violências, acima examinadas, revela como elas, objetivamente e em última análise, são formas de pecado.

O pecado do homem consiste em não se aceitar como criatura, filho de Deus e irmão dos outros homens, responsável, a exemplo de Jesus, pela construção de uma humanidade fraterna e justa, através do amor. O pecado é, fundamentalmente, uma rejeição da comunidade humana, tal como é desejada por Deus, na qual a pessoa se realiza e chega à felicidade, na medida em que se abre para os outros. Numa palavra: o Pecado é um fechar-se do homem om si mesmo, considerando se como valor supremo de tudo, para isso, instrumentalizando os semelhantes. (Pecado é coisa ultrapassada, falava o cego. *A Folha*, s/p. ano 11, n° 579, 20-03, 1983)

Ao utilizar uma reflexão cristã, é perceptível que o Jornal *A Folha* convoca a fé de seus fieis para a compreensão sobre a violência, apresentando que o mistério do mal, o pecado pessoal, o pecado social e a morte fazem parte do mesmo mistério. Desse modo, ao buscar critérios cristãos que permitem formar um juízo sobre os índices de violência nacional, o jornal *A Folha* afirma que todas as formas de violência são frutos do ímpeto da posse, do poder e também do prazer, estes classificados como pecado pessoal. Nessa ideia, o homem pecador, violento, é o que não se aceita como criatura filha de Deus, irmão dos outros seres humanos.

Ao final da edição de 20 de março de 1983, é abordado como a fé explica a violência no mundo feito por Deus criador, este que está sendo destruído pelas mãos dos seres humanos. Assim, ao fazer uma explicação sobre a violência no mundo a partir da fé, o Jornal *A Folha* continua suas reflexões sobre a alta taxa violência no território da Baixada, ainda utilizando o pecado como motivação para atos violentos, principalmente a ideia de poder, este que aumenta a agressividade:

Não existindo recursos disponíveis para estancar essa ânsia insaciável de ter mais, a fim de poder e gozar mais, aumentam a agressividade e a violência, aumentam as frustrações. A ânsia da riqueza empobrece o humano, prevalecendo sobre o espírito evangélico da pobreza e da austeridade, que enriquecem o humano e permitem o ser mais. A característica dominante da nossa época parece ter-se tornado a das tensões e divisões. Elas se desenvolvem em círculos concêntricos cada vez mais vastos: desde as tensões e divisões no interior das famílias e dos vários grupos sociais e econômicos que investem sobre povos inteiros, colocados afinal uns contra os outros, até as tensões e divisões que separam em blocos ou em hemisférios a humanidade inteira. (É urgente voltar ao projeto original. *A Folha*, s/p., ano 11, n° 579, 20-03, 1983)

Afirmando que o cristianismo valoriza mais o ser que o ter, o autor do artigo considera que é na partilha, na solidariedade e na promoção do outro que se é alcançado o ser mais cristão. Desse modo, como para o jornal, a violência advém desse pecado, afirma que o espaço cultural que a Baixada está inserida, está sendo impregnada pelo consumismo e pelo hedonismo, sucumbindo a população cristã as seduções da luxuria, o que poderia ser a explicação dos altos índices de violência.

No artigo “Nessas causas podemos interferir”, é apontada a importância da Campanha da Fraternidade e dos debates advindos da mesma todos os anos. Dessa forma, todo ano, de acordo com o Jornal *A Folha*, a partir da CF, chega-se na mesma conclusão sobre as causas dos problemas sociais: o modelo econômico, juntamente com a estrutura colonialista e autoritária que é imposta à sociedade brasileira:

Todo ano também, no estudo da Campanha da Fraternidade, na parte que estuda o JULGAR das situações, chegamos às mesmas causas, seja das migrações, seja da violência seja da falta de saúde, seja da falta de vida: o modelo econômico, o projeto colonialista, autoritarismo político, a marginalização imposta ao povo etc. Todas elas causas reais. Mas causas distantes e complexas. Sabemos que as situações mudam, quando se mudam suas causas. Quem de nós alcança o modelo econômico? Quem de nós ou de nossas comunidades populares tem força para erradicar o projeto colonialista, imposto ao Brasil, desde o começo? (Nessas causas podemos interferir. *A Folha*, s/p., ano 12, nº 640, 04-05, 1984)

Faz-se importante apresentar que o método utilizado pela Teologia da Libertação era o ver-julgar-agir, este sendo uma herança da especialização da Ação Católica. Este método consistia em observar a realidade com o objetivo de construir uma visão concreta do meio social, o julgar se referia a comparar a realidade aos princípios do evangelho e, o agir seria o ato de procurar soluções para solucionar problemas sociais, principalmente por meio de ações coletivas, serviços e campanhas (Pérez, 2007). Nesse sentido, é interessante perceber que o jornal *A Folha* aplica esse método nessa publicação em especial, primeiramente por procurar as causas da violência sendo: o “modelo econômico, o projeto colonialista, autoritarismo político, a marginalização imposta ao povo”. Ademais, ao afirmar a situação estrutural provoca refúgio e impotência nos agentes, de modo que o povo se afasta dessas causas, pois são colocadas como inacessíveis, longe de qualquer possibilidade de interferência, o povo se sente impotente diante de tamanha estrutura desigual, que parece inabalável, aplicando o segundo ato que é o julgar a realidade a partir dos princípios do evangelho. Por fim, como uma proposta do agir, o autor do artigo afirma que seria preciso que houvesse mudanças nas estruturas sociais, para que a situação na Baixada começasse a melhorar.

A partir do que foi exposto nesta seção, é possível perceber que existia um discurso religioso sobre a violência crescente, tanto na Baixada Fluminense como no Brasil, que envolve dois aspectos: os princípios cristãos e também sociais, porém estes se misturam dentro das publicações. Isso porque, os autores dos artigos selecionados explicam o crescimento da violência urbana por meio do pecado pessoal, principalmente a ânsia por poder, esta influenciada pela complexa dimensão política da Baixada. Não é trivial que esse argumento

seja acionado, já que na história da Baixada Fluminense, em relação à disputa por terras, na qual estavam envolvidos grileiros, posseiros e camponeses, a violência passou a ser uma tática ou estratégia para que os envolvidos alcançassem seus objetivos, mesmo que uns não tivessem tantos recursos, como o caso dos moradores camponeses.

Ademais, mesmo que o discurso cristão seja o mais repetido, a questão sobre a injustiça social também é acionada, de modo que, em muitos dos discursos, a violência urbana é explicada como uma forma de sobrevivência, frente às péssimas condições de vida experienciadas pelos moradores da Baixada Fluminense que, em algumas edições, eram correlacionadas com o que havia no território nacional. Destacam-se os escritos de P. Geurts, que cita o desenvolvimento desenfreado na Baixada, onde o saneamento e as condições mínimas de sobrevivência não o acompanharam, sendo assim, uma das motivações do sentimento de insegurança enfrentada no território.

3.2 Maria e João da Baixada: Personagens da resistência

Nesta seção, será apresentada uma das estratégias de denúncia em relação ao que os moradores da Baixada Fluminense experienciavam no tocante a violência urbana, sendo a utilização de histórias de vida de pessoas que passaram por algum tipo de brutalidade, principalmente a policial. Para isso, são apresentados alguns personagens como Dona Marli, João da Baixada, Maria da Baixada e Maria Cândida. Para isso, são narradas as histórias desses personagens, exaltando suas qualidades, como pessoas boas, trabalhadores e honestas.

Na edição do dia 06 de maio de 1979, é contada a história de Bira, um dos personagens da migração em massa feita para a Baixada Fluminense, que de acordo com o jornal, vieram para o território a “fim de escapar à fome, à miséria e à escravidão em que viviam como bóias-frias no sertão baiano, trabalhando pro doutor. Se li pelo sertão a vida era ruim, aqui na Baixada a família de Seu Chico comeu o pão que o diabo amassou” (*A Folha*, s/p. ano 7, nº365, 06-05, 1979). O jornal *a Folha* apresenta que, pela pobreza que encontrou no território, Bira roubou um pão que acarretou sua prisão, sendo mais uma vítima da violência policial. Ademais, o jornal *a Folha* atribuiu a miséria de Bira e seus companheiros de cela à falta do cristianismo, justificando essa posição a partir de um sermão de Dom Adriano, uma missa celebrada em um presídio (local este que muitos presos fazem sua primeira comunhão), no qual o bispo afirmou que, se esta primeira comunhão tivesse sido feita em outro momento, talvez o destino de muitos

lá dentro seria outro. O jornal *A Folha* afirma que Bira ainda não tinha feito primeira comunhão e, dessa forma, atribuiu a miséria de Bira e seus companheiros a falta do cristianismo.

Maria Cândida é outro personagem que o jornal *A Folha* utiliza para exemplificar a brutalidade ocorrida na Baixada Fluminense. Maria Cândida, sofreu queimaduras por sua irmã e sua tia, que foram presas posteriormente. Sua história foi contada na edição do dia quatro de novembro de 1979, enfatizando que a polícia encarregada de prender as irmãs, tiveram que conter a população que tinha sede pelo linchamento das mesmas:

Uma multidão tentou linchar, na manhã de ontem (JB 20/9/79), na Rua Valéria da Rocha — centro de Belford Roxo — as mulheres Ester Palmeira da Silva, de 50 anos, e Divione Maria Pagano, de 23. No interior de uma moradia, após espancarem com violência menina Maria Cândida Martins, de 5 anos, atiraram álcool em seu corpo e atearam fogo. A menina, que é sobrinha de Ester e ima de Divione, sofreu queimaduras de 1, 2' e 3 graus e está internada, em estado grave, na Casa de Saúde Nossa Senhora do Fatima de Nova Iguaçu. A polícia, para retirar as duas mulheres da casa, teve de usar de energia para afastar a população enfurecida. (Deus existe por causa da garota Maria Cândida. *A Folha*, s/p., ano 7, n° 392, 04-11,1979)

Esse fato também foi noticiado anteriormente pelo Jornal do Brasil (edição de 20/9/79), acusado de ser um relato simplório pelo Jornal *A Folha*, colocando a população de Nova Iguaçu em uma posição de extremismo, atribuindo a seus moradores a falência material e espiritual. Ademais, acusa a população de não ter sendo crítico, de serem analfabetos e desinformados.

Como exemplificação da violência policial ocorrida na Baixada Fluminense, o Jornal *A Folha* conta a história de vida de Dona Marli. É apresentado que Marli, pobre, preta, mulher e moradora da Baixada Fluminense, possui todas as características que a colocam na posição de insignificância e, dessa forma, o jornal a ressignifica como um símbolo da libertação de um povo prostituído. Ao apresentar a sua história em frente a violência, na qual teve sua casa invadida por policiais que mataram seu irmão na sua frente, o jornal litúrgico afirma que Dona Marli tornou-se um símbolo de consciência jurídica:

Uma mulher humilde, dotada de espantosa coragem moral, tornou-se, nos últimos dias, o símbolo da consciência jurídica e dos mais elementares sentimentos humanos contra o estado de deterioração a que chegou, entre nós, o sistema de segurança pública. Teve sua casa invadida brutalmente por oito oficiais e soldados da Polícia Militar, que lhe arrancaram um irmão, a cuja tortura e morte foi obrigada a assistir.

Já incorporada à rotina da violência oficial, a cena em si, amplamente narrada pela imprensa, não causou grande impressão ao espírito anestesiado da população. Seus desdobramentos, entretanto, passaram a somar novas e mais graves agressões à sensibilidade pública, na medida em que revelaram, nas últimas horas, & inviabilidade da segurança coletiva, entregue a órgãos policiais indignos da missão. (Marli, a mulher de quatro estrelas. *A Folha*, s/p., ano 8, n° 434, 03-08, 1980)

Na edição de natal do jornal *A Folha*, do ano de 1981, foi apresentado um episódio violento em que um grupo de pessoas que estava colando cartazes em Nova Iguaçu, convocando a população para uma caminhada para a prefeitura no dia 31 de julho, estavam sendo observados por dois homens que portavam revólveres. Estes, arrastou uma senhora do grupo para um matagal, de forma violenta e brutal. Posteriormente, ameaçaram todo o grupo caso não parassem com este movimento. Em depoimento, Maria da Baixada, esta que foi levada pelos homens armados, afirma que Deus a escolheu para ser condecorada pela perseguição, pois a covardia de seus algozes não a acovardou, mas sim, deu mais força para caminhar pelo seu povo. Utilizando o natal e a história de Jesus Cristo como alusão a Baixada Fluminense, o Jornal *A Folha* afirma que, a partir de Cristo, os pobres caminham em direção ao reino de Deus, quando se organizam socialmente:

Mas tudo isso pode parecer lirismo natalino; nesta época do ano, facilmente nos esvaímos em sentimentalismos que pouco têm a ver com o estereótipo das facas. A lição permanente de Belém é o nascimento de Cristo no meio dos pobres. Em Cristo, os pobres descobrem que são gente e caminham para o Reino, através de sua união e de suas organizações. O Reino de Deus é a força dos pobres, capaz de levar a mãe operária a enrijecer a tempera no sofrimento e a enfrentar a perseguição. Foi para a Maria da Baixada alcançar nobreza tamanha que Jesus veio ao mando. A Baixada é Belém e Maria da Baixada é o novo presépio onde Cristo continua a nascer. (Jesus Cristo nasceu na Baixada Fluminense. *A Folha*, s/p. ano 9, nº 510, 25-12, 1981)

Após uma chacina na Cidade de Deus, o Jornal *a Folha* da voz a mãe de uma das vítimas da violência policial, dona Ermelinda. Márcio José, seu filho, nunca havia tido passagem na polícia, como fala sua mãe. O artigo afirma que seu crime foi ser pobre, ser periférico e ser parte dos 70% do povo brasileiro marginalizado e afirma que essas vidas não possuem importância, pois são problemas periféricos. De acordo com Fanon (2008), essa negação de subjetividade e de humanidade da população negra é uma ferramenta utilizada pelo capitalismo para que não haja contradições entre a escravização e o liberalismo, isso pois a sociedade liberal considera como preceito da existência a liberdade. Desse modo, se a população não branca tem a sua humanidade negada, seus direitos também seriam negados, já que são vistos como não ser. Fazendo uma analogia a Maria, mãe de Jesus, nesse mês das mães, o jornal *a Folha* conta a história de Dona Ermelinda, mulher pobre e anônima, que teve seu filho vitimado pela brutalidade, assassinado pela Polícia Militar:

Caro leitor e caro filho, a Folha apresenta-lhe Dona Ermelinda de Almeida, mãezinha do garotão Márcio José, assassinado com outros quatro jovens pela Polícia Militar, na inominável matança da Cidade de Deus, em meados de janeiro. No amável Dia das Mães, fala a mãe brasileira Dona Ermelinda: Eu quero ver o meu filho! Seus covardes! Mataram o meu filho! Meu filho nunca

teve entrada na polícia, sempre trabalhou! (A mãe do céu não patrocina nosso egoísmo familiar. *A Folha*, s/p., ano 11, n° 586, 08-05, 1983)

Mais dois personagens são utilizados para apresentar o cotidiano da Baixada Fluminense: Monica e Roberto. Dois jovens que participam ativamente de sua comunidade e também, de sua diocese. Neste artigo, é exposto que durante a primeira reunião que participaram na Assembleia Diocesana, Monica e Roberto perceberam como os moradores da Baixada não conhecem sua própria história. E, nesse sentido, fica difícil solucionar os problemas do local, já que seus moradores não sabem quem são, de onde vêm nem para onde vão. Assim, apresentam Mestre Zuza, um senhor de mais idade, que nasceu e foi criado na Baixada. Este terceiro personagem gosta de ouvir e contar histórias sobre o que viu, viveu e leu. Dessa forma, a partir da história de Mestre Zuza, poderia ser contado a história da Baixada, desde as sesmarias, terras da igreja, cana, café, laranja e as imigrações... Assim, por meio de uma história de vida, poderia ser contada a história de diversas pessoas, essas que vieram de variados lugares do Brasil para Nova Iguaçu. Nesse sentido, ao apresentar os desafios enfrentados por esses imigrantes, agora moradores da Baixada, afirma como ainda falta muito para que tenham uma vida digna, de modo que:

Falta água, esgoto, transporte, escola, posto de saúde, segurança. Falta onde se encontrar, onde se divertir. Tudo é muito difícil e o aprendizado da vida na cidade se faz da maneira mais dura. Parece que ninguém se lembra deles, a não ser quando tem eleição. E parece que não tem jeito, não dá tempo para fazer nada. As mulheres que não trabalham dão um duro tremendo. Onde estive a Igreja em tudo isso? (O povo de Deus assume a caminhada. *A Folha*, s/p. ano 11, n° 614, 06-11, 1983)

A partir do que foi exposto, é possível perceber que uma das estratégias discursivas utilizadas pelo jornal *A Folha* são as histórias de vida. Dona Marli, João da Baixada, Bira, são personagens que enfrentaram a violência urbana, em especial a violência policial. Ao apresentarem esses personagens, o jornal *A Folha* tenta fazer uma aproximação com seus leitores, de forma que o meio e a ambiência foram valorizados, caracterizando a singularidade da trajetória de vida, o que possibilitou a constituição do espaço histórico que desenrolaram os acontecimentos que poderia explicar algo que parecia ser inexplicável, além de, preencher lacunas com comparações com outras trajetórias, que apresentam alguma analogia (Levi, 2006).

Utilizando Pierre Bourdieu (2006) como aporte teórico, em especial sobre a “Ilusão biográfica”, é interessante que os autores do Jornal *A Folha*, ao denunciarem a violência urbana vivenciada na Baixada Fluminense, reconstruíram o contexto em que o indivíduo agiu ou estava inserido, de modo que a trajetória social poderia ser associada ao habitus, sendo assim, uma forma de aproximação entre Diocese e leitor (apud CATANI. Et all, 2017). Desse modo, ao

apresentarem personagens reais que enfrentavam a problemática da violência urbana na Baixada Fluminense, o Jornal a folha pode produzir uma aproximação com seus leitores, fazendo com que fosse criado um sentimento de identidade do morador com a Baixada Fluminense, ao ressignificarem esses personagens como símbolo de luta e resistência.

3.3 Campanha da Fraternidade de 1983: Fraternidade e Violência

Nesta seção será analisado o debate sobre a violência urbana no Jornal *A Folha*, impulsionado pela Campanha da Fraternidade de 1983 (CF), na qual a temática proposta refletiria sobre Fraternidade e Violência. Destaca-se o conceito de violência silenciosa, que foi citado em várias edições durante o ano de 1983. Esse enfoque se justifica pois, no ano de 1983, foram encontrados 16 artigos no Jornal litúrgico *A Folha* que debatiam a violência, sendo o ano que mais houve publicações sobre a temática entre os anos de 1972 a 1984, o que, em primeiro momento, demonstra que a Campanha da Fraternidade de 1983 influenciou uma mudança no discurso religioso, aprofundando o debate sobre as diversas formas de violência e as suas possíveis causas. Além disso, é buscado entender as consequências da CF83, principalmente como suas discussões influenciaram as reuniões da Assembleia Diocesana.⁷

A edição de 20 de fevereiro de 1983 começa apresentando uma publicação do *Jornal do Brasil* (30/11/1982), na qual reflete sobre uma chocante fotografia tirada após uma batida policial na favela. Nesta, um policial desce o morro puxando uma corda com sete homens amarrados pelo pescoço. Todos estes negros, pobres, com subempregos e moradores de periferia. A crítica feita pelo jornal litúrgico ao *Jornal do Brasil* aponta como a imagem se assemelhava a uma “gravura colonial” faltando somente os “grilhões nos pés”⁸, afirmando que exemplifica perfeitamente a violência nacional e as suas relações sociais. Assim, a partir dessa imagem, apresenta o tema da Campanha da Fraternidade do ano de 1983, cujo tema é “Fraternidade sim, violência não”, afirmando ser um tema que coincide com a problemáticas enfrentadas pelo povo brasileiro:

Comemoramos em 1983, a nível nacional, o 20^a aniversário de Campanha da Fraternidade. O tema ‘Fraternidade Sim — Violência Não’ se apresenta como resposta a um problema que se entrelaça, sempre mais, no tecido da vida social brasileira: a violência. Duas razões convergem para sublinhar a oportunidade do tema escolhido. A primeira é o fato de que a sociedade brasileira sofre, perplexa e amedrontada, um fenômeno inédito na sua história: a escalada da violência. Fenômeno não exclusivo do Brasil, assume aqui características inquietantes. É, de fato, um fenômeno universal que manifesta crises mais

⁷ Reunião com representantes da Diocese para discutir, avaliar e planejar a ação evangelizadora, além de traçar metas para o futuro da comunidade religiosa.

⁸ Algemas utilizadas para limitar os movimentos das pessoas escravizadas.

profundas: violência entre países, classes e grupos sociais, violência na família e entre os indivíduos. A segunda razão é o fato de as raízes morais desse fenômeno mundial terem motivado o Santo Padre João Paulo II a convocar, para 1983, o Sínodo dos Bispos, que assumirá como: tema: 'A Reconciliação e a Penitência na Missão da Igreja'. A Campanha da Fraternidade se propõe integrar-se na grande convocação do Papa. (Fraternidade sim, violência não. *A Folha*, s/p., ano 11, n° 575, 20-02, 1983).

Ainda nesse artigo, o jornal litúrgico afirma como a comunidade não deseja a violência, mas sim, a fraternidade. Aponta ser urgente encarar o problema da violência urbana, compreendendo suas diversas formas que se apresenta. Dessa forma, aponta que a violência não deve ser resumida a criminalidade, de modo que a violência, para o autor, seria tudo o que fere a dignidade humana. Nesse sentido, violência para o jornal litúrgico, seriam todas as formas de violação do corpo, da consciência e da vida: todas as formas de violação dos Direitos Humanos.

Utilizando o Evangelho como ponto de partida, no dia 27 de março de 1983, o Jornal *A Folha* faz um balanço sobre a importância da Campanha da Fraternidade. Utilizando a história de vida de Jesus, que denunciava as opressões exercidas pelos poderosos e a hipocrisia dos fariseus, além de acolher os marginalizados, o jornal litúrgico anuncia um novo código de valores, segundo o qual é possível encarnar os mandamentos de Jesus em prol da justiça social. Nesse sentido, a campanha da Fraternidade parte desse ponto, acreditando que a repressão ao crime, para ser uma ação cristã, deve prover a regeneração de criminosos, de modo que a luta dos cristãos esteja comprometida com a verdade e a justiça, sendo fortalecida pela fé e pela solidariedade. Nesse sentido, a Campanha da Fraternidade de 1983 pode ser resumida por esse trecho:

A Campanha da Fraternidade/83 é contra a violência. Bem em tempo, porque nosso mundo e nosso Brasil ficam cada vez mais violentos. É preciso mesmo combater a violência. Tudo bem! Mas aí abrimos o Evangelho e ouvimos nosso Senhor falar assim: 'Eu não vim trazer a paz, mas a espada!' 'Eu vim trazer fogo à terra e o que quero é que ele arda!' 'O Reino dos céus exige violência e só os violentos se apossarão dele!' Cadê o Meigo Nazareno? Meigo Nazareno coisa nenhuma! Meigo com os pequenos, com os pobres, com o povão sofrido. Mas surpreendentemente violento com os grandes fariseus e hipócritas: 'Ai de vós, sepulcros caiados, limpos e armados por fora, mas, para dentro, cheios de podridão!' (Ué, cadê o doce e meigo nazareno?. *A Folha*, s/p., ano 11, n° 580)

Ao tematizar a Celebração de Páscoa, o Jornal *A Folha* publica um artigo citando a campanha da Fraternidade que, naquele ano, debate a violência. O artigo questiona como diocese poderia celebrar a Paz da Páscoa no ano da violência, além de questionar como a fé

poderia explicar tamanha violência num mundo criado por Deus. Assim, reflete como o ser humano sai do paraíso divino para implementar um projeto de destruição:

Celebramos a Paz da Páscoa no Ano da Violência. Como nossa fé explica a presença da violência no mundo criado por Deus? À luz do Projeto original, descrito na Bíblia, Deus criou o mundo e via que tudo estava bem feito. Um verdadeiro Paraíso! Para conduzir sua obra, Deus cria o homem. Abusando de sua liberdade que o torna parecido com Deus, o homem sai do Projeto divino para implantar seu projeto furado. A confusão toma conta de tudo. Agora é irmão explorando irmão, & irmão matando irmão. Para derrubar o homem e destruir o Plano de Deus, a tentação toma a forma divina de um ídolo egípcio, a Serpente sagrada. A falsificação de Deus é o começo da falsificação do homem. (Até a morte foi vencida, Feliz Pascoa, meu irmão!. *A Folha*, s/p., ano 11, nº 581, 03-04, 1983)

A partir das reflexões propostas pela Campanha da Fraternidade de 1983, o *Jornal A Folha* focou em suas publicações apresentar o conceito de violência silenciada. Esse conceito amplia a ideia de violência, pois abarca as violações dos Direitos Humanos.

No ano passado, houve aquele episódio da Ilha Grande: as irmãs que trabalham na pastoral dos presidiários tiveram, em consciência, que denunciar publicamente as atrocidades que se cometiam contra os detentos. Foi um Deus nos acuda de ‘indignações morais’, quase o mundo veio abaixo: — ‘Para que dar importância ao que acontece com aqueles marginais? A sociedade não tem coisa mais séria com que se preocupar? Marginal tem mesmo é que apanha! morrer!’ O texto-base da Campanha da Fraternidade ensina que uma das formas da violência é a violência silenciada, não anunciada, ou da qual o grande público recebe apenas, notícias vagas e esparsas, através de reportagens lúcidas, mas depressa esquecidas. Eis a violência silenciada. (Por que a televisão não explora essa violência aí?. *A Folha*, s/p., ano 11, nº 576, 27-02, 1983)

Desse modo, são classificadas como violência silenciada pelo jornal litúrgico as condições precárias de trabalho enfrentadas pelos trabalhadores operários e pelas domésticas, a opressão sofrida pelos peões e boias frias na sociedade rural, a legislação discriminatória enfrentada pelas mulheres, os acidentes de trânsito, a discriminação e abandono sofridos pelos portadores de doenças psicológicas, as condições desumanas enfrentadas no presídio, entre outras. Ademais, as notícias vagas e sensacionalistas sobre a violência na Baixada também são alocadas no conceito de violência silenciada.

Ainda na abordagem do tema da Campanha da Fraternidade, o *Jornal A Folha* faz uma reflexão sobre a violência oculta, direcionada às minorias sociais. Para o autor desse artigo, a violência oculta é fruto da conjuntura socioeconômica, em especial a violência contra negros e indígenas. Assim afirma o jornal *A Folha*, que o negro já é sinalizado com a “marca” do crime e, os indígenas têm sua cultura agredida, pois suas terras são constantemente invadidas, seu povo exterminado e sua cultura apagada com a assimilação forçada da “civilidade”. Nessa

publicação, debate-se sobre a democracia racial no Brasil, que fez com que a ideia que não existe racismo dentre as relações sociais, devido à aparente cordialidade entre os pares, fosse disseminada no país. Nesse sentido, o autor demonstra como pessoas negras são vítimas dessa estrutura, que os mantém em níveis inferiores em variados setores da vida social:

Nossos bispos ensinam que existe também a violência oculta ou ocultada. São as violências não entendidas nem relacionadas como violações de direitos humanos. São consideradas como simples consequências inevitáveis de heranças históricas e de conjunturas socioeconômicas e políticas adversas. Em primeiro lugar, cabe uma referência à violência cometida contra negros e indígenas. Sob a aparente cordialidade que o Brasil exhibe ao mundo, como prova de que não existe aqui racismo nas relações entre as diversas raças ou grupos étnicos, na realidade os negros são vítimas, entre nós, dessa violência ocultada. Ela se faz sentir, sob a forma de uma discriminação que mantém a maioria dos negros em níveis inferiores na escala profissional, criando obstáculos velados, mas eficazes contra a ascensão deles para os níveis médios e altos. Por outro lado, para muitas investidas policiais, o negro já é marcado como presumível criminoso. Os índios também são vítimas dessa violência ocultada. (Ilha da paz, habitada por um povo cordial?. *A Folha*, s/p. ano 11, nº576, 27-02, 1983)

A ideologia da democracia racial foi vitoriosa no Brasil, de modo que as diferenças produzidas pela categoria de raça são invisibilizadas, de forma que pessoas brancas são privilegiadas em questões materiais, sociais e territoriais, negando seus privilégios e justificando pelo ideal meritocrático. Dessa forma, Schucman (2014) afirma que o racismo ao mesmo tempo que cria a categoria raça, é produzido pela mesma, pois o critério racial não tem nenhuma justificativa biológica quando atribui as diferenças e desigualdades sociais em função da racialidade. Esse processo se dá pela naturalização das diferenças biológicas, que no Brasil são visualizadas pelo fenótipo. Ademais, no Brasil, o racismo se instaurou de forma peculiar, pois mesmo que o estado Brasileiro nunca o tenha legitimado, a ideologia racista esteve presente em práticas e discursos institucionais, se configurando por meio de mecanismos de discriminação presentes no corpo da estrutura social (Schucman, 2014).

Em resposta à frase dita pelo ex-presidente Geisel: “O Brasil é uma ilha de paz e tranquilidade, cercada pelo mundo violento e perturbado”, o Jornal *A Folha* publica um artigo que critica esse posicionamento, porque transmite uma sensação de paz e tranquilidade enquanto o país ainda estava saindo do período de repressão, de forma que ainda se vivia um processo de terror nacional. Dessa forma, o autor do artigo questiona:

Já é tempo de perguntar com sinceridade: Trata-se mesmo de meras coincidências? Ou existem relações causais entre as estruturas socioeconômicas, estes períodos mencionados e a escalada da violência nas suas diversas formas?

E urgente enfrentar o problema com lealdade e isenção. Chegou o momento de uma autocrítica da consciência nacional e de um exame de consciência, para cada um assumir a responsabilidade ante o problema que atinge a todos. Esse exame de consciência obriga a rever as interpretações dadas à origem do fenômeno e as interpretações que inspiram as estratégias adotadas para eliminá-lo e reduzi-lo. (Ilha de paz, cheia de escravos apanhando. *A Folha*, S/p. ano 11, n° 577, 06-03, 1983)

O artigo afirma como o agravamento da escalada da violência nesse período ditatorial coincidiu com um modelo econômico imposto ao povo, que foi submetido a incessantes aumentos de preços e a desgastes no salário. Outrossim, a repressão e o crime político não foram punidos, facilitando a arbitrariedade da ação repressiva que viola direitos que são inalienáveis. Para além, também coincide com a expansão dos meios de comunicação, ao mesmo tempo que representam o progresso, mas também fomentam a sociedade consumista. Por fim, para o jornal, o agravamento da violência também coincide com o aumento da densidade urbana a partir do aumento da população, no qual a assistência social e o saneamento básico não o acompanham.

O Jornal *A Folha* afirma como, a cada ano, a Campanha da Fraternidade, tornou-se um momento importante na vida pastoral da Diocese, pois a discussão proposta sobre os problemas sociais da realidade brasileira foi um instrumento que aliou força e fé, de modo que a Campanha se preocupava com a vida concreta. Nesse sentido, após o encerramento da Campanha da Fraternidade de 1983, cujo o tema era a “Fraternidade sim, violência não”, o Jornal *A Folha* faz um balanço sobre as Consequências da Campanha da Fraternidade para a Baixada Fluminense, pois esse território é tido como profundamente violento e, a partir das reflexões propostas pela CF83, foram buscadas respostas pastorais para essa problemática:

Em meados de novembro próximo, realizaremos nossa Assembleia Geral Diocesana. Este ano, a Campanha da Fraternidade desaguará, com toda naturalidade, na caminhada para a Assembleia Diocesana. Vivendo, como vivemos, em área tida como profundamente violenta, buscaremos, através da Campanha da Fraternidade, respostas pastorais à violência da Baixada Fluminense. De fato, entre nós não dá para fazer planejamento pastoral, sem tomarmos conhecimento da grande interrogação de Deus na violência de nossa área. (Campanha da Fraternidade/83, plataforma de lançamento da assembleia diocesana. *A Folha*, s/p. ano 11, n° 592, 12-06, 1983)

Na edição do dia 19 de junho de 1983, o Jornal *A Folha* celebra a preparação da Assembleia Diocesana, que será realizada em meados de novembro do mesmo ano. Para isso, alguns desafios estavam sendo colocados em voga, sendo principalmente o isolamento da Baixada Fluminense diante da igreja nacional. O Jornal *A Folha* argumenta que, nesses territórios, como a Baixada Fluminense, é quase impossível que se vença o isolacionismo, por conta de estar situado em um “mar de massas periféricas e marginalizadas”, no qual a violência

empurra os indivíduos para o seu caminho. Desse modo, a Igreja na Baixada Fluminense, sofre as consequências da vida precária que seu povo leva, sendo contaminada pelo isolacionismo. Nesse sentido, o Jornal *A Folha* apresenta os desafios a serem enfrentados com a assembleia Diocesana:

Tais doenças sociais e pastorais são filhas também do desconhecimento em que as pessoas vivem. As distâncias, a insegurança e as carências, entre outras causas, impedem as pessoas de se encontrar e de se conhecer. Cada um caminha de portas fechadas, carregando as necessidades afetivas em seus corações trancados, disfarçando, na dureza do rosto, a profunda precisão de encontros fraternos. A amplidão do anonimato impede o lançamento do pontes. O outro é o estranho, que evitamos como possível inimigo. E por aí vamos, tocados para a frente, inseridos num contexto violento que elimina o cruzamento amoroso dos caminhos e impede de ganharmos uma multidão de irmãos. (Assembleia diocesana – Passado comum exigindo enfrentamento comum. *A Folha*, s/p. ano 11, nº 593, 19-06, 1983)

Após essa exposição sobre o que pretendia debater a Campanha da Fraternidade do ano de 1983, é possível fazer algumas conclusões. Primeiramente, é perceptível como a Campanha da Fraternidade de 1983 inflamou as discussões sobre violência no Jornal *A Folha*, a partir da quantidade de textos apresentados, sendo o ano com o maior número de publicações sobre a temática. É interessante que, a partir da campanha, o debate da violência foi ampliado, trazendo para a discussão outros tipos de violência, para além da criminalidade. Outrossim, a questão do racismo estrutural foi colocada em discussão, apontando como o mesmo coloca pessoas negras com a “marca do crime”, sendo as primeiras vítimas da violência policial.

Nesse sentido, é possível afirmar que umas das primeiras consequências da Campanha da Fraternidade para a Baixada Fluminense colocar a problemática da violência no território como questão central no ano de 1983, de forma que a mesma acarretou mudanças para a Assembleia Diocesana, pois, através das discussões propostas, foram buscadas respostas pastorais à violência da Baixada Fluminense nas reuniões pastorais. O que se pode perceber é que a Campanha da Fraternidade influenciou o discurso religioso na Baixada Fluminense, produzindo consequências práticas, se tornando um alicerce frente à problemática da violência vivenciada na Baixada Fluminense.

3.4 O Jornal *A Folha* na Baixada e no Brasil: Percepção dos Leitores

Esta última sessão estará encarregada de trazer a percepção da comunidade do Jornal *A Folha*, por meio das cartas dos leitores. A seleção destas cartas foi feita por meio da análise de todas que foram mandadas ao jornal, de modo que foram escolhidas as que apresentavam a utilização direta do jornal litúrgico dentro da comunidade cristã. Dessa forma, serão

apresentados alguns trechos sobre como o jornal litúrgico estava sendo recebido na comunidade cristã, não somente na Baixada Fluminense, mas também no território nacional.

De acordo com uma carta enviada do estado de Fortaleza, o trabalho feito a partir do debate promovido pelo Jornal Litúrgico *A Folha* foi muito proveitoso, de forma que construiu uma conscientização no caminho do Evangelho. Dessa forma, solicita que o número de exemplares fosse multiplicado, dizendo que:

• Venho mais uma vez pedir que multiplique o número de assinaturas do jornalzinho *A Folha*. (...) E gostaria que multiplicasse de 5 para 100 exemplares... O trabalho tem sido muito proveitoso. A experiência foi muito frutífera neste ano que passou. Eu gostaria de fazer com mais pessoas, conscientizando-as melhor dentro de uma realidade evangelizadora. (...) Também gostaria de avisar que para a Equipe de Reflexão *A Folha* tem sido usada como valioso instrumental de evangelização (Fortaleza). (Cartas de leitores, *A Folha*, s.p., ano 8, n° 407, 03-02, 1980.)

Um leitor de Olinda (PE), também solicitou um aumento de remessa para sua comunidade, pois acredita que o jornal litúrgico seja um dos meios de comunicação cristãos que proporciona uma visão lucida sobre o Brasil:

• ... continuo recebendo *A Folha* em tempo. E está cada vez melhor. É provável que eu peça um aumento para nossa remessa. Espero que essa equipe possa continuar esse valioso trabalho com *A Folha*, que é um dos pouquíssimos meios de comunicação cristãos que proporcionam uma visão esclarecida deste nosso Brasil, onde até pensar está se tornando difícil. Não queira saber como o pessoal gosta: aqui e acolá ela é disputada (Olinda, PE). (Cartas de leitores, *A Folha*, s.p., ano 8, n° 407, 03-02, 1980.)

Nessa mesma edição, é apontado por um leitor do jornal litúrgico, de Trindade (GO) se destaca por sua linguagem, de forma que “há algum tempo venho lendo *A Folha*, Gosto muito, sobretudo dos artigos numa linguagem interessante. O que chama a atenção para problemas sérios que envolver a todos nós e pelos artigos de formação litúrgica, sobre a Igreja etc.” (*A Folha*, 1980). Um leitor do Rio Grande também elogiou a linguagem do Jornal, afirmando que o mesmo promove um “papo franco” com seus leitores, dizendo que:

• O motivo desta é informá-lo de que desejo fazer minha assinatura para *A Folha*. Até agora vinha recebendo e pagando mês por mês. Resolvemos agora fazer uma assinatura, tá? O trabalho é joia e quente mesmo. Puxa! A turma aqui adorou o papo firme e franco, tipo à lá gaúcha, E, chegou a hora de ação e falar-se claramente (Rio Grande). (Nossos leitores escrevem, *A Folha*, s.p., ano 8, n° 417, 13-04, 1980)

Algumas cartas dos leitores demonstram que o Jornal *A Folha* se tornou um importante instrumento para a conscientização de seus leitores, pois reflete sobre os problemas da comunidade cristã, de forma sensível e edificante:

• Estamos também interessados em difundir A Folha entre animadores de grupos de Evangelho, pois nos parece ajuda bastante a crescer na sensibilidade para os problemas de hoje (Teresina). (Nossos leitores escrevem, *A Folha*, s.p., ano 8, nº417, 13-04,1980)

• Sou preso e atualmente encontro-me cumprindo pena... Gostaria e ficaria Imensamente agradecido, se eu pudesse contar... em receber semanalmente este jornal. Pois a sua leitura muito me edifica (Niterói). (Nossos leitores escrevem, *A Folha*, s.p., ano 8, nº417, 13-04,1980)

• Por esta venho solicitar-lhe que me envie regularmente A Folha. Será utilizada para reflexões da comunidade e moverá para conscientização da mesma (Niterói). (Nossos leitores escrevem, *A Folha*, s.p., ano 8, nº417, 13-04,1980)

Ademais, é interessante que o Jornal se tornou um material de apoio para a preparação das celebrações paroquiais pelo Brasil. Isso pois, de acordo com leitores advindo de Caxias do Sul e de Ibirapu (ES), o jornal era utilizado na preparação da missa, a fim de construir uma Igreja preocupada com a vida do povo:

• Queria enviar 6 exemplares de cada domingo do excelente instrumento litúrgico A Folha. Já o conhecemos bastante e dele nos servimos para preparar o sermão e a celebração em equipe, cada sexta-feira... (Caxias do Sul). (Nossos leitores escrevem, *A Folha*, s.p., ano 8, nº417, 13-04,1980)

• ... estou enviando um cheque...para que continuem a nos enviar 20 exemplares de A Folha que muito nos ajuda em nossa caminhada pastoral por uma Igreja mais comprometida com a vida do Povo. (Ibirapu, ES). (Cartas dos leitores, *A Folha*, s/p., ano 08, nº 423, 25-05,1980)

• Há poucos dias tive a felicidade de tomar conhecimento da Folha. Achei um subsídio riquíssimo para a Missa. Por isso mesmo venho solicitar-lhe seis assinaturas. (Ponta Grossa, PR). (Cartas de leitores. *A Folha*, s/p., ano 8, nº 433, 27-07-1980)

• Os originais estão na redação. Agradecemos. Na medida do possível atendemos pedidos e sugestões. E comunicamos que a tendência atual de *A Folha* é ultrapassar os trinta mil exemplares. Graças a Deus. (Cartas de leitores. *A Folha*, s/p., ano 8, nº 433, 27-07-1980)

Por meio das cartas dos leitores, é possível perceber que o jornal Litúrgico *A Folha* ultrapassou as barreiras da Baixada Fluminense, tendo leitores do Brasil todo. Sua linguagem clara e objetiva é um ponto exaltado por quem o acompanha, além de apontar que os debates sobre a sociedade brasileira é algo que promove a conscientização social dos cristãos. Por fim, é interessante pensar que um jornal litúrgico produzido por uma Diocese muitas vezes excluída por sua localização e também por seu posicionamento político dentro do estado do Rio de Janeiro, se tornou um instrumento de evangelização em outras dioceses do Brasil, sendo um apoio na produção de sermões, missas e reuniões pastorais, mesmo com seu teor político em suas publicações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi apresentado nesta dissertação durante essa dissertação, é possível fazer algumas considerações. Em primeiro lugar, é importante apontar esse trabalho como uma potencial forma de contar a história da Baixada Fluminense pela própria Baixada Fluminense. Isso pois, ao analisar as estratégias discursivas utilizadas pelo Jornal *A Folha* em seu discurso religioso sobre os altos índices de violência na Baixada, foi construída uma narrativa alternativa ao que se era produzido nos jornais impressos hegemônicos da época, que marcaram o território com a alcunha de Baixada Sangrenta.

O Jornal *A Folha* se demonstrou uma grande fonte para essa pesquisa, visto que foram encontrados 71 textos que versavam sobre a violência urbana entre os anos de 1972-1984, dos quais 14 criticavam a mídia sensacionalista que salientava o aspecto violento da Baixada; 16 debatiam sobre a segurança no território e 41 apontavam de forma direta a violência na Baixada e também, no Brasil. Dessa forma, pode se concluir que os artigos tinham como objetivo construir uma consciência nos católicos sobre os problemas locais, frente à violência urbana que vinha crescendo rapidamente no território, principalmente em relação aos grupos de extermínio, a ditadura militar e a atuação brutal da polícia militar.

É importante salientar como a Baixada era um terreno fértil para a prática da Teologia da Libertação. Isso porque, a partir do crescimento populacional desenfreado na Baixada, as demandas religiosas ficaram cada vez maiores, de forma que era preciso construir uma forma de aproximação entre Igreja e fiéis, frente ao descompasso entre a diversificação social e o acompanhamento espiritual. Assim, a criação da Diocese de Nova Iguaçu pode ser classificada como conciliar e periférica, pois foi construída aos moldes propostos no Concílio Vaticano II e, a partir de sua localidade, suas particularidades sociais e políticas, fora colocada no plano religioso como uma igreja marginalizada.

A construção da Diocese de Nova Iguaçu marca uma aproximação entre igreja e fiéis, principalmente com o início do bispado de Dom Adriano Hipólito em 1966. Isso porque, à frente da Diocese de Nova Iguaçu, Dom Adriano aplicou o Plano Pastoral de Conjunto, que objetivava a renovação institucional da igreja, o planejamento pastoral e a aplicação das decisões conciliares advindas do Concílio Vaticano II. Ademais, Dom Adriano propôs em seu bispado uma ação sócio-transformadora baseada na ideia de comunidade, ao modo que colocou em foco atividades de convívio sócio- religiosa.

A partir dos apontamentos desta dissertação, é possível entender que a Igreja Católica estava dividida, frente ao regime militar. Isso pois, após o golpe de 1964, a CNBB emitiu um comunicado institucional que dava graças aos militares por salvarem o país do comunismo, porém, não era um posicionamento unânime, visto as disputas ocorridas em reuniões da CNBB em relação ao apoio que seria dado ou não para as forças armadas. É interessante perceber que desde a década de 1970, a CNBB é lembrada como uma das maiores forças de resistência à ditadura militar, principalmente devido à atuação de bispos que foram considerados heróis da resistência. Porém, é importante ressaltar que, mesmo diante de episódios de tortura a membros do clero, não houve rompimento total entre Igreja e Estado, vide a Comissão Bipartite, iniciada em 1970. Isso porque, essa comissão objetivava evitar um conflito maior entre Igreja e Estado, ao modo que, militares e bispos participantes da comissão, buscavam ações para a colaboração entre as duas instituições, principalmente para manter a concordata moral, essa que manteria privilégios a Igreja Católica, tradicionalmente concedidos pelo Estado Brasileiro.

Nesta dissertação, Dom Adriano teve um destaque primordial, devido a sua atuação frente à violência na Baixada Fluminense. A partir da ideia de *aggiornamento*, fez com que a Igreja Católica fosse presente na Baixada Fluminense, principalmente ao organizar e fomentar a atuação das CEBs. Porém, a partir de suas ações políticas-religiosas, não apenas sofreu represálias dentro da Igreja Católica, como também do regime militar. Devido ao alto teor político de publicações no Jornal *A Folha*, tivera uma edição falsificada, contendo publicado o relatório de Dom Sigaud, tradicionalista, no qual denunciava atos considerados subversivos de membros da Igreja Católica, que de acordo com o mesmo, eram atitudes que se afastavam do ideal católico. Esse episódio foi visto pelo bispo como uma forma de censura aplicada ao Jornal Litúrgico, com a intenção de desqualificá-lo.

As repressões ao Bispo Dom Adriano Hipólito não cessaram, pois o mesmo foi sequestrado, espancado e abandonado nu com seu corpo pintado de vermelho, deixado em um matagal em Jacarepaguá, além de ter seu fusca explodido na frente da sede da CNBB. A Diocese de Nova Iguaçu também sofreu atentados, com pichações em suas igrejas, acusando Dom Adriano de ser comunista e, também houve um atentado com a explosão de um altar da catedral da Diocese no dia 20 de dezembro de 1979. Ao defender os pobres, excluídos e trabalhadores da Baixada Fluminense, além de denunciar veementemente a atuação dos esquadrões da morte, foi considerado um desviante, de modo que suas atitudes não condiziam com o que era considerado ser um católico verdadeiro, no tocante ao ideal conservador.

Baixada Fluminense é um termo carregado de sentido, sendo evocada a ideia de homogeneidade, violência, pobreza e miséria, o que mascara sua história, suas particularidades e complexidades. Esse apagamento pode ser atribuído a narrativa construída nos jornais entre os anos 60 a 80, que enfatizavam somente os altos índices de violência do local. O território da Baixada Fluminense foi utilizado para alocar a expansão urbana advinda do crescimento da cidade do Rio de Janeiro, principalmente durante a reforma Pereira Passos, o que marcou uma ideia de centro-periferia. Assim, com a expansão loteadora na Baixada, ocorreu um crescimento populacional desenfreado no qual a infraestrutura e o saneamento básico não acompanhavam. Dessa forma, foi construída uma segregação entre Rio x Baixada, no qual até o catolicismo praticado no território foi categorizado como marginal.

Com o crescimento das vagas loteadoras, personagens como grileiros e posseiros também surgiram. A partir da disputa por terras e variados conflitos, a resistência camponesa aderiu ao uso da violência. Dessa forma, a violência deixou de ser um *modus operandi* dos donos do poder local, sendo ampliado o seu uso de forma estratégica para alcançar objetivos. Dessa forma, é possível apresentar que a sociabilidade na Baixada Fluminense pode ser classificada como violenta, pois foi normalizada e integrada às práticas sociais, moldando a maneira com que as pessoas interagem e percebem o mundo (Machado, 2004).

Outro ponto importante a ser destacado sobre a sociabilidade violenta na Baixada é o grande saque, que ocorreu em Duque de Caxias, revolta popular que ocorreu em julho de 1962. Este evento ficou marcado por saques e quebra-quebra em estabelecimentos, como uma forma de manifestação contra a falta de alimentos e o burlamento na tabela de preços. Como uma forma de controle desses manifestantes, foram convocados voluntários para o policiamento do local, o que formou a Brigada de Defesa da Família Caxiense. Ademais, nesse contexto, a Polícia Militar ganhou poder no território, ao oferecer serviços exclusivos aos mercados locais, o que marca o início dos grupos de extermínio na Baixada Fluminense.

Os grupos de extermínio eram denominados pela imprensa da época (1960-1970) como homens de ouro, pois limpavam o “território”. Nesse sentido, a década foi marcada com uma das maiores execuções sumárias da época, na qual eram assassinadas pessoas que julgavam serem criminosas, de modo que a sujeição criminal (Misse, 2010) justifica o extermínio ou seja, marcas sociais como pobreza, cor, classe e território são considerados marcas do crime.

A partir desse contexto de violência, a Baixada passa a estampar os jornais impressos da época, criando um imaginário social que reduzia a mesma somente aos altos índices de

assassinatos, a caracterizando como Baixada Sangrenta. Na edição do Jornal *A Folha*, do dia 23/07/1972, Dom Adriano aponta como que a impressão que se tinha era que não ocorria nada além de crime na Baixada. Ademais, frente essa midiaticização da violência urbana na Baixada, Dom Adriano entra em contato com repórteres e jornais da época para questionar sobre a parcialidade em reportagens que tinham a violência da Baixada como foco principal.

O jornal *A Folha* denuncia que os jornais impressos utilizavam as tragédias ocorridas na Baixada como forma de trazer repercussão para os mesmos, afirmando que as execuções sumárias ocorridas no território faziam com que fossem mais procurados por seus leitores. Ademais, também demonstra que um processo de julgamento é criado pela forma que são noticiados os casos violentos na Baixada. É importante ressaltar que o jornal litúrgico não nega os altos índices de violência no território, mas critica a forma que os mesmos são noticiados, pois são movidos pelo consumo e apelo social.

Como um contradiscurso a esse sensacionalismo midiático, as publicações do Jornal *A Folha* enaltecem a variada religiosidade da Baixada, além de afirmar categoricamente que seus moradores são bons e trabalhadores, ressaltando que é um povo que sofre com as mazelas sociais. Assim, por meio dessas publicações, era possível trabalhar a autoestima de seus leitores, além de provocar um sentimento de identidade entre morador e território.

O jornal *A Folha* fornece explicações diocesanas para os altos índices de violência na Baixada. Primeiramente, aponta que a violência no território era fomentada pelo “instinto de violência”, principalmente na edição do dia 25/06/1972, pois a vida na Baixada é dotada de insegurança, de modo que povo vivia abandonado frente ao caótico crescimento desenfreado e, que em consequência, não foram formadas comunidades estáveis, marcando a vida social pela incerteza. É interessante ressaltar a fala de Dom Adriano, no dia 01/08/1976, na qual aponta que em períodos conduzidos por ideologias nazistas ou fascistas, o conceito de segurança se torna algo maior do que é. O bispo poderia estar se referindo a Doutrina de Segurança Nacional, ideologia que constituiu o regime militar.

Ademais, como justificativa dos altos índices de violência urbana na Baixada, é interessante perceber que o jornal *A Folha* mistura explicações cristãs com aspectos políticos-sociais. Isso é perceptível ao apontar o pecado como uma das principais motivações da violência urbana, pois o mesmo é a rejeição da comunidade humana. Desse modo, aponta que a ânsia por poder, trazidos pelos autores como um pecado pessoal, pode explicar o sentimento de insegurança no território, porém, ao se atentar a história da região, é perceptível que a ânsia por

poder também abarca a dimensão política da Baixada, principalmente no que diz respeito ao que constituiu a empreitada loteadora.

A violência policial também é criticada pelos autores do Jornal *A Folha*, principalmente por Dom Adriano Hipólito. Os principais apontamentos é que a formação racista dos policiais, além da má recrutação salários baixos e a falta de equipamento fez com que a brutalidade da instituição fosse normalizada no território, para além de usarem justificativas como a falta de documentação, rotulada como “vadiagem”, para assassinar moradores. No dia 23/01/1977, destaca-se a fala de uma moradora que, a partir de uma invasão da Polícia Militar em seu bairro, afirma que prefere o amparo dos marginais, frente à brutalidade da ação policial que presenciou.

Como uma estratégia de denúncia da violência experienciada na Baixada Fluminense, o jornal *A Folha* utiliza histórias de vida em suas publicações. Dona Marli, João da Baixada, Bira, Dona Ermelinda, Maria Cândida e Maria da Baixada são algumas personalidades que passaram por algum tipo de violência urbana e que, por meio de seus relatos, se tornam símbolo de resistência. Nesse sentido, ao apresentar essas trajetórias, o jornal litúrgico poderia ser um potencial formador de identidade social, de modo que promove uma aproximação entre leitor e território.

A Campanha da Fraternidade de 1983, que teve como tema “Fraternidade Sim, Violência não” influenciou o discurso sobre a violência dentro do Jornal *A Folha*. Em vista disso, no ano de 1983, foram encontrados 16 artigos que debatiam a temática, sendo o ano com mais publicações encontrados. É importante destacar o conceito de violência silenciada, trabalhado pela campanha, esta que abarca todas as violações de direitos humanos. Ademais, a CF83 também trouxe para o debate sobre a violência na Baixada, críticas sobre a democracia racial, esta que mascara o racismo e a violência policial que perdurava na época. Dessa forma, como consequência desse debate proposto, durante a Assembleia Diocesana posterior a CF83, foram procuradas soluções para os altos índices de violência na Baixada Fluminense, além de pensar em soluções para acabar com o isolamento da Baixada, tanto dentro da Igreja Católica, como em âmbito nacional.

Por fim, conclui-se que o jornal litúrgico *A Folha* ganhou uma repercussão que não era imaginada em sua criação. Isso porque, a partir das cartas dos leitores que eram enviadas, foi possível perceber que as publicações do jornal litúrgico se tornaram um meio de conscientização política por meio do evangelho. Ao propor uma visão lúcida da Baixada e do Brasil, apresentam os leitores, promoveram uma forma de consciência cristã. Ademais, os

leitores apontam que *a Folha* era utilizada como material de apoio em missas e reuniões religiosas, para além dos muros imaginários da Baixada, sendo levado ao Brasil todo, o que demonstra o potencial político e formador de uma identidade religiosa de um boletim, cujo objetivo inicial era somente ser um canal de comunicação entre comunidade e Diocese. Dessa forma, respondendo à pergunta feita no início dessa dissertação, é possível compreender que o *Jornal Litúrgico* possuía um campo de possibilidades de atuação e algum tipo de legitimidade do discurso. Isso porque, mesmo sendo um jornal católico, possuidor de um certo capital religioso, sofreu represálias a fim de deslegitimar a publicação. Os ataques que sofreu, principalmente seu episódio de falsificação explicitam a necessidade de retirar a legitimidade da publicação, por quem o considerava um jornal subversivo. Porém, mesmo diante de ataques, manteve suas publicações, perdurando até 1993, sem mudar seu discurso político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- ALMEIDA, Tânia Maria S. Amaro de. “A Baixada Fluminense”. *Revista Pilares da História*. Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto. Duque de Caxias, v. 8, n.9, 2009.
- ALVES, J. C. S. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH, 2003.
- ALVES, J. C. S. *Violência e religião na Baixada Fluminense: uma proposta teórico-metodológica*. *Revista Rio de Janeiro*, n. 8, p. 59-82, 2002.
- ASSIS, João Marcus Figueiredo. *Negociações para o convívio no catolicismo na Diocese de Nova Iguaçu*. 2008. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- BARBOSA, Imerson Alves. *A esquerda católica na formação do PT*. 2007. 170 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2007.
- BECKER, Howard S. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BERGER, Peter. *A dessecularização do mundo: uma visão global*. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v.21, n.1, p.9-23, abr., 2001.
- BOFF, Leonardo. *Igreja: carisma e poder*. Petrópolis. Ed: Vozes, 1982.
- BORGES, Nilson. *A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 13-42.
- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: *Usos e abusos da história oral*. RJ: Editora FGV, 2006, pp.183-192.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas; prefácio Sérgio Miceli*. – 2.ed, 1ª reimpressão. Ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- CAMURÇA, M.; SILVEIRA, E. J. S.; ANDRADE JÚNIOR, P. M. DE. *Estado laico e dinâmicas religiosas no Brasil: tensões e dissonâncias*. *HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v. 18, n. 57, p. 975, 2020.
- CATANI, Afrânio Mendes. Et all. (Orgs). *Vocabulário Bourdieu*. 1 edição. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017.
- D. Sigaud envia ao Núncio as provas de suas denúncias. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Ano LXXXVII, nº 26, 04 de maio. 1977.

DAS, Veena; POOLE, Debora. El estado y sus márgenes. Etnografías Comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*, n.o 27, pp. 19–52, 2008. (introdução traduzida do inglês do livro *Anthropology in the Margins of the State*, Santa Fe: SAR Press, 2004).

DIAS, Juliana de Freitas Dias. Analistas de discurso e sua prática teórica e metodológica. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 2012.

ENNE, Ana Lucia S. Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações. Rio de Janeiro: Ciber Legenda, 2011. *Antropología Social*, n.o 27, pp. 19–52, 2008.

ESCURI, Giulia. VIOLÊNCIA DE ESTADO NA BAIXADA FLUMINENSE. In: Dicionário de Favelas Marielle Franco. Rio de Janeiro, 2023.

FANON, Frantz. *Pele Negra Máscaras Brancas*. Salvador, Edufba, 2008.

FERREIRA JÚNIOR, Possidônio Barbosa; BARBOSA, Welson. A Igreja Católica e o Golpe de 1964. *Cadernos Cajuína*, N. 3, 2018, p. 54 – 81

FERREIRA, Marieta de Moraes. A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política. In: ABREU, A. A. (Org.). *A democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. cap. 6, p. 163 - 203.

FOUCAULT. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1990. (pode procurar resenhas para ajudar)

GOMES, Paulo César. Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: *a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação: perspectivas*. Tradução de Jorge Soares. 2. ed. 1975

JAQUES CUBAS, Caroline. Igreja Católica em tempos de ditadura militar: do diálogo à subversão em páginas impressas. *Fronteiras: Revista Catarinense de História* [en linea]. 2014, 7-22

KRONEMBERGER, Adriana Bastos. Dom Adriano Hypólito no rastro da violência em Nova Iguaçu. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2018.

LOWY, Michael. *O que é cristianismo da libertação. Religião e política na América Latina*. 2º edição. São Paulo: Expressão popular, 2016.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008.

MACHADO, Carly. Simpósio especial 01 - A noção de periferia e algumas questões transversais: Estado, territórios, cuidados, fluxos e violências. *Reunião Brasileira de Antropologia*. 34. 2024. Belo Horizonte.

MACHADO, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *SOCIEDADE E ESTADO*. Brasília, v. 19, n. 1, p.53-84, jan./jun. 2004.

MADEIRA, Carla. *Tudo é rio*. Rio de Janeiro: Record, 2022.

MAINWARING, Scott. Igreja popular e política no Brasil (1916-1985). Tradução: Heloisa B. de O. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MEIRELLES, R. NOTAS SOBRE A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA DURANTE A DITADURA MILITAR: A FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE NA REGIÃO DA BAIXADA FLUMINENSE (1964-1988). Lua nova, n. 121, 2024.

MISSE, M. Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MISSE, Michel, Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria bandido. Lua Nova, São Paulo, 79, 2010.

MISSE, Michel. Violência e teoria social. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Vol.9, n.1, 2016. pp. 45-63.

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: Repensando as Religiões como Discurso. *Religião e Sociedade*. 2012, v. 32, p. 167-183

MONTERO, Paula. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. *Etnográfica* (Lisboa), v. 13, p. 7-16, 2009.

MONTERO, Paula. O Campo religioso, secularismo e a esfera pública no Brasil. *Boletim CEDES*, v. 04, p. 01-09, 2011.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. Imagens da Libertação: A atuação Política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por meio do Jornal a Folha, 2007. 182f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2007.

NETO, David Maciel de Mello. “Esquadrão da Morte”, “Grupos de Extermínio” e os Movimentos Sociais: Mudanças em uma Categoria da “Violência Urbana”. *Revista Antropolítica*, n. 52, Niterói, p. 322-347, 2021.

NIERO, Stela; FERNANDES, Silvia. Produção intelectual católica: divergências entre progressistas e integristas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). *Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, n. 26, p. 167-184, setembro, 2017.

NUNES MATHIAS, M. (2024). A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a memória da Igreja Católica sobre a ditadura civil-militar. *Boletim Do Tempo Presente*, 13(01), 106–129.

PÉREZ, Susana Roman Blanco. "Ver-julgar-agir": análise de práticas da Juventude Estudantil Católica Feminina (entre as décadas de 1950 e 1960). 2007. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

REIS, Suellen Santiago dos. De lugar segregado ao lugar espiritual da Teologia da Libertação: Diocese de Nova Iguaçu de 1970 a 1990, 2013. 127f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SALES, Marcelo Ribeiro. Muito mais do que fé e adoração: o papel político-social da Igreja Católica na Baixada Fluminense-RJ. *Educação Sem Distância*, Rio de Janeiro, n.2, dez 2020.

SAMPAIO, Matheus da Silva. Memórias, Política e Religião na Diocese de Nova Iguaçu: Resistências à Ditadura Civil-Militar Brasileira. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-

Graduação em Memória Social, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. 112p.

SANA, Peter. A Dimensão educativa do pensamento e da ação de D. Adriano Hypólito nas lutas sociais da Baixada Fluminense no período da ditadura militar (1964-1985). Seropédica, RJ. 182 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2015.

SCHUCMAN, Lia. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), p. 83-94, 2014.

SERAFIM, Adriana da Silva. A Missa da Unidade entre faixas e crucifixos: hierarquia e política na Diocese da Nova Iguaçu, 1982. Seropédica, RJ. 112p. Dissertação (Mestrado em História, Estado e Relações de Poder). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

SERBIN, Kenneth. Diálogos na Sombra: Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Gabriel do Nascimento. Um Atentado à Paixão do Povo: fé e política na evangelização da diocese de Nova Iguaçu nas décadas de 1960 e 1970. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Lucia Helena Pereira da. A invenção da Baixada Fluminense: UIIO da FUNDREM (1975/89) e a representação de uma região. *Anais do XVI ENANPUR*. Belo Horizonte, 2015.

SILVA, Sonia Ambrozino da. Diocese de Nova Iguaçu: Uma análise dos efeitos da formação sociopolítica na vida e no engajamento político de seus agentes. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

SINHORETTO, Jacqueline; MORAIS, Danilo De Souza. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. *Revista de Estudios Sociales*, n. 64, p. 15-26, 2018.

STEIN, Maria de Lourdes Tomio. A experiência do trabalho: As práticas da Pastoral Operária em Curitiba (1965-1999). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas (3a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

VIEIRA, J. (2011). Impasses e Controvérsias na Construção da Memória Histórica da Igreja Católica No Brasil. *Passagens Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, 3(2), 203–216. <https://doi.org/10.5533/1984-2503-20113203>

ZALUAR, Alba. Violência: questão social ou institucional?. In: *Insegurança Pública- Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana*. Org. Nilson Vieira Oliveira. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

FONTES

A Folha. Inferioridade dos outros é o espelho da minha inferioridade, s/p. n° 158. 01-06.1975. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4993>. Acesso em 29/05/2024.

A mãe do céu não patrocina nosso egoísmo familiar. *A Folha*, s/p., ano 11, n° 586, 08-05, 1983. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/5001>. Acesso em 29/05/2024.

A mangueira adoeceu e começou a produzir frutas venenosa. *A Folha*, s/p. ano 5, n° 245, 23-01, 1977. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4995>. Acesso em 29/05/2024.

A Margem de dados e estatísticas. *A Folha*, s/p., ano 7, n° 363, 22-04, 1979. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4997>. Acesso em: 29/05/2024.

A ordem não é matar: é viver. *A Folha*, s/p. n° 31. 07-01. 1973. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4992>. Acesso em: 29/05/2024

A solução é acabar com os que nascem ruins? *A Folha*, s/p. ano 1, n° 32, 14-01, 1973. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4992>. Acesso em: 29/05/2024

Afinal encontrado o remédio da violência. *A Folha*, s/p. ano 1, n° 8, 30-07, 1972. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4991>. Acesso em: 29/05/2024

Altamir. Condenemos porque então somos bons. *A Folha*, ano 1, n° 43, 1-04, 1973. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4992>. Acesso em: 29/05/2024

Assembleia diocesana – Passado comum exigindo enfrentamento comum. *A Folha*, s/p. ano 11, n° 593, 19-06, 1983. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/5001>. Acesso em: 29/05/2024

Até a morte foi vencida, Feliz Pascoa, meu irmão!. *A Folha*, s/p., ano 11, n° 581, 03-04, 1983. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/5001>. Acesso em 29/05/2024

Brasileiro é tão bonzinho. *A Folha*, s/p., ano 11, n° 578, 13-03, 1983. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/5001>. Acesso em 29/05/2024

Caíam às soltas da Baixada Fluminense. *A Folha*, s/p., ano 9, n° 487, 19-07, 1981. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4999>. Acesso em: 29/05/2024

Campanha da Fraternidade/83, plataforma de lançamento da assembleia diocesana. *A Folha*, s/p. ano 11, n° 592, 12-06, 1983. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/5001>. Acesso em 29/05/2024

Cartas de leitores, *A Folha*, s.p., ano 8, n° 407, 03-02, 1980. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4998>. Acesso em: 29/05/2024.

Cartas de leitores. *A Folha*, s/p., ano 8, n° 433, 27-07-1980. 1980. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4998>. Acesso em: 29/05/2024.

Cartas dos leitores, *A Folha*, s/p., ano 08, n° 423, 25-05,1980. 1980. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4998>. Acesso em: 29/05/2024.

Cumprir o dever: atirei a minha pedra! *A Folha*, s/p. n° 75. 20-01. 1974. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4993>. Acesso em: 29/05/2024

Deixa como está! Pobreza não produz violência. *A Folha*, s/p., n° 639. 29-04.1984. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/5002>. Acesso em: 29/05/2024

Deus existe por causa da garota Maria Cândida. *A Folha*, s/p., ano 7, n° 392, 04-11,1979. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4997>. Acesso em: 29/05/2024

É urgente voltar ao projeto original. *A Folha*, s/p., ano 11, n° 579, 20-03,1983. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/5001>. Acesso em: 29/05/2024

Editorial. *A Folha*, s/p., ano 1, n° 2, 18-06. 1972. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4991>. Acesso em 29/05/2024.

Editorial. *A Folha*, s/p., ano 1, n°1, 11-06, 1972. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4991>. Acesso em 29/05/2024

Eis que merecia quatro estrelas, *A Folha* s/p., n° 439, 07-09. 1980. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4998>. Acesso em: 29/05/2024

Ele teve que vir a Baixada, coitadinho. *A Folha*, s/p., ano 10, n° 530, 02-05. 1982. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/5000>. Acesso em: 29/05/2024

Exame de consciência, em vez de ufanismos furados. *A Folha*, s/p. ano 11, n°578, 13-03, 1983. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/5001>. Acesso em 29/05/2024.

Fraternidade sim, violência não. *A Folha*, s/p., ano 11, n° 575, 20-02, 1983. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/5001>. Acesso em 29/05/2024.

HIPÓLITO, Dom Adriano. *A Folha*. *A Folha* pergunta ao Bispo Diocesano, s/p., n° 10. 13-08. 1972. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4991>. Acesso em 29/05/2024.

HIPÓLITO, Dom Adriano. Mais uma pergunta ao Sr Bispo Diocesano. *A Folha* s/p., n° 9. 06-08. 1972. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4991>. Acesso em 29/05/2024.

HIPÓLITO, Dom Adriano. Olhando para trás, *A Folha*, ano 4, n° 241, 26-12, 1976. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4994>. Acesso em: 29/05/2024.

HIPÓLITO, Dom Adriano. Participação no sofrimento do irmão. *A Folha*, s/p. ano 8, n° 414, 23-03, 1980. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4998>. Acesso em 29/05/2024

HIPÓLITO, Dom Adriano. Sem medo, sem covardia, sem acomodação. *A Folha*, s/p. ano 8, n° 417, 13-04, 1980. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4998>. Acesso em 29/05/2024

HIPÓLITO, Dom Adriano. Um pouco da história do dia mundial da paz, *a Folha*, s/p., ano 8, n°403, 06-01,1980. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4998>. Acesso em 29/05/2024

HIPÓLITO. A folha pergunta ao bispo diocesano, *A Folha*, s/p., ano 1, nº7, 23-07,1972. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4991>. Acesso: 29/05/2024.

HIPÓLITO. A *Folha* pergunta ao bispo diocesano, *A Folha*, s/p., ano 1, nº7, 23-07,1972. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4991>. Acesso: 29/05/2024.

HIPÓLITO. A *Folha* pergunta ao bispo. *A Folha*, s/p. ano 1, nº11, 20-08,1972. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4991>. Acesso: 29/05/2024.

HIPOLITO. Causas da insegurança em nosso contexto social, *A Folha*, s/p. ano 4, nº 221, 08-08,1976. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4994>. Acesso em 29/05/2024

HIPÓLITO. Causas da insegurança em nosso contexto social, *A Folha*, s/p., ano 4, nº 224, 29-08, 1976. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4994>. Acesso em 29/05/2024

HIPÓLITO. Causas da Insegurança, *A Folha*, s/p. ano 4, nº 231, 17-10, 1976. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4994>. Acesso em 29/05/2024

HIPÓLITO. Maltrataram uma pobre moça? *A Folha*, s/p., ano 2, nº64. 26-08, 1973. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4992>. Acesso em: 29/04/2024

HIPÓLITO. Situação política impede ação social, *A Folha*, s/p., ano 1 nº 43, 01-04, 1973. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4992>. Acesso em: 29/04/2024

HIPÓLITO. Teu Irmão, *A Folha*, s/p., nº 250, 27-02,1977. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4995>. Acesso em: 29/04/2024

HIPÓLITO. Valores sociais secundários – desenvolvimento e liberdade – segurança e confiança – inchação ideológica – exemplos recentes – paz social, progresso: a que preço? *A Folha*, s/p. ano 4, nº 220, 01-08, 1976. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4994>. Acesso em 29/05/2024

Ilha da paz, habitada por um povo cordial?. *A Folha*, s/p. ano 11, nº576, 27-02, 1983. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/5001>. Acesso em: 29/05/2024

Ilha de paz, cheia de escravos apanhando. *A Folha*, S/p. ano 11, nº 577, 06-03, 1983. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/5001>. Acesso em: 29/05/2024

Intervenções do bispo diocesano, *A Folha*, s/p. 17-08, 1975. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4993>. Acesso e: 29/05/2024

Jesus Cristo nasceu na Baixada Fluminense. *A Folha*, s/p. ano 9, nº 510, 25-12, 1981. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4999>. Acesso em: 29/05/2024

João da Baixada não tem muito a escolher, *A Folha*, ano 1, nº 48, 06-05, 1973. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4992>. Acesso em: 29/04/2024

Ligou o radinho e pensa que já acordou, *A Folha*, s/p., 16-05, 1974. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4993>. Acesso em: 29/04/2024

Mais linchamentos na Baixada. *A Folha*, s/p. ano 1, nº41, 18-03, 1973. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4992>. Acesso em: 29/04/2024

Mão Branca – outro nome para nossa culpa coletiva. *A Folha*, s/p., ano 8, nº 440, 14-09, 1980. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4998>. Acesso em: 29/04/2024

Marli, a mulher de quatro estrelas. *A Folha*, s/p., ano 8, nº 434, 03-08, 1980. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4998>. Acesso em 29/05/2024

Marli, a mulher de quatro estrelas. *A Folha*, s/p., nº 434. 03-08. 1980. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4998>. Acesso em 29/05/2024

Na catedral dinamitada o mais belo presépio do mundo. *A Folha*, s/p., ano 8, nº 418, 20-04, 1980. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4998>. Acesso em 29/05/2024

Nessas causas podemos interferir. *A Folha*, s/p., ano 12, nº 640, 04-05, 1984. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/5002>. Acesso em: 29/04/2025

Nossos leitores escrevem, *A Folha*, s.p., ano 8, nº417, 13-04,1980. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4998>. Acesso em 29/05/2024.

O povo de deus assume a caminhada. *A Folha*, s/p. ano 11, nº 614, 06-11, 1983. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/5001>. Acesso em: 29/05/2024

O QUE foi A Folha nos seus quase 22 anos. *A Folha*, s/p., Ano 20, nº 1143, 14-11, 1993. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/5011>. Acesso em: 29/05/2024

O sacrilégio de dezembro. *A Folha*, s/p., ano 8, nº411, 02-03, 1980. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4998>. Acesso em 29/05/2024

Olhando para longe, não vemos o que está perto. *A Folha*. s.p, ano 10, nº 545, 1-08, 1982. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/5000>. Acesso em: 29/05/2024.

P. GEURTS. Insegurança na Baixada é um círculo vicioso, *A Folha*, s/p. ano 1, nº3, 25-06, 1972. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4991>. Acesso: 29/05/2024.

P. GEURTS. Insegurança-círculo vicioso?. *A Folha*, s/p., ano 1, nº 1, 11-06, 1972. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4991>. Acesso: 29/05/2024.

Participação no sofrimento do irmão, *A Folha*. s/p., nº 414, 23-03.1980. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4998>. Acesso em 29/05/2024

Pecado é coisa ultrapassada, falava o cego. *A Folha*, s/p. ano 11, nº 579, 20-03, 1983. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/5001>. Acesso em: 29/05/2024

Por que a televisão não explora essa violência aí?. *A Folha*, s/p., ano 11, nº 576, 27-02, 1983. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/5001>. Acesso em: 29/05/2024

Preocupação do policial é prender cada vez mais para ganhar pontos. *A Folha*, s/p. ano 1, nº16, 24-09, 1972. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4991>. Acesso: 29/05/2024

Pro Dr. Baixada da Silva, lixo tem seu lugar. *A Folha*, s/p., ano 4, nº 228, 26-09,1976. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4994>. Acesso em 29/05/2024

Profetas profissionais não querem Igreja política. *A Folha*, s/p., ano 12, nº 640, 04-05. 1984. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/5002>. Acesso em: 29/05/2024

Queriam atingir a igreja, *A Folha*, s/p. ano 8, nº41, 29-03,1980. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4998>. Acesso em 29/05/2024

Se ladrão tivesse que morrer. *A Folha*, s/p., ano 11, nº 598, 24-07, 1983. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/5001>. Acesso em: 29/05/2024

Ué, cadê o doce e meigo nazareno?. *A Folha*, s/p. ano 11, nº 580 27-03, 1983. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/5001>. Acesso em: 29/05/2024

Um golpe baixo: A Folha é falsificada!, *A Folha*, s/p. ano 5, nº273, 07-08,1977. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4995>. Acesso em: 29/04/2024